UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós Graduação

DEBORA REGINA AVERSAN

***Em busca de um lugar na metrópole:
Cotidiano e vivências na Cidade A.E. Carvalho***

São Paulo
2008

DEBORA REGINA AVERSAN

***Em busca de um lugar na metrópole:
Cotidiano e vivências na Cidade A.E. Carvalho***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
2008

*Dedico aos meus pais, Maria da Glória
e João, e a Kaneko e Daisaku Ikeda,
simplesmente por gratidão. Foi com eles
que aprendi a apreender acerca das
coisas da vida.*

Agradecimentos

Sempre aprendi que o valor da gratidão manifesta-se naturalmente muito mais através de ações do que por palavras. Não questiono esse aprendizado, ele me parece bastante sábio. No entanto, após encerrar um ciclo de pesquisa acadêmica, que não foi fácil, este me parece de fato o espaço privilegiado para, nesse momento, manifestar a gratidão que tenho por todas as pessoas que fizeram parte deste construto. Para mim, são como valiosos tesouros.

Inicialmente, agradeço aos meus pais, Maria da Glória Aversan e João Aversan e ao meu mestre da vida, Daisaku Ikeda, por sempre me direcionarem para o melhor. Aos meus irmãos Meire, Adriane, Henrique, Marcelo, Thaís e Thiago, agradeço por, desde o início da pesquisa, me apoiarem em tudo que fosse possível, lendo meu trabalho, ajudando nas traduções e impressão do material, agüentando as minhas aflições e ausências, enfim, me dando todo o aporte que necessitei. Agradeço também aos meus cunhados e sobrinhos, que igualmente me apoiaram e me tranqüilizaram nos momentos mais aflitivos.

Agradeço ao Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann, por ter me dado a oportunidade de, por mais um período, vivenciar o universo acadêmico, lugar onde me “realizo”. Agradeço pela paciência, benevolência e sábia orientação – sem querer incorrer em redundâncias.

À Prof. Dra. Odete Carvalho de Lima Seabra e ao Prof. Dr. Anselmo Alfredo, ambos do Depto. Geografia da FFLCH-USP, agradeço pelas valiosas e rigorosas orientações durante a banca de qualificação, que me permitiram retornar ao meu objeto como foco central da pesquisa.

Ao Ricardo G. de Araújo, agradeço pelo companheirismo incondicional, e também pela ajuda na confecção de alguns mapas.

Agradeço aos amigos bolsistas da Secretaria da Educação, por propiciarem importantes debates acerca das leituras que fizemos: Vânia, Maira, Flavio. Ao Edson, um agradecimento especial pela solícita correção ortográfica da minha dissertação. Agradeço aos amigos da BSGI, por aturarem as minhas ausências com tanta benevolência. Aos amigos do LABUR, agradeço igualmente.

Agradeço à Hellen Damaso e à Madalena Muniz Garcia pela revisão da minha bibliografia e à Carolina Vinck Santana pela revisão do *abstract*. Aos funcionários das Secretarias de Pós e de Graduação do Departamento de Geografia, agradeço pela atenção, sempre muito solícita.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a cada morador da Cidade A.E. Carvalho que disponibilizou um tanto do seu tempo para me contar histórias e causos que enriqueceram sobremaneira o meu trabalho: Sr. José Araújo, Sra. Denise Satie, Sr. José dos Santos, Sr. Raimundo Nonato, Sr. Agripino, Sr. Aderlando Ribeiro dos Santos, Sra. Isaltina Farias Barbosa, esta que se tornou uma parceira na minha pesquisa, aos membros da diretoria da SACAEC, por me permitirem participar em algumas reuniões. Muito obrigada por terem mostrado o verdadeiro valor da Cidade A.E. Carvalho.

Resumo

Esta dissertação aborda a constituição de um *lugar* no âmbito do processo de modernização e dentro do contexto da metrópole de São Paulo. *Lugar* é tido como um fenômeno que foi ganhando evidência a partir da segunda metade do século XX, sendo reconhecido como um fragmento da sociedade global. Teria, dessa forma, a potência de revelar essa mesma sociedade na sua individualidade, a partir da vida cotidiana, esta colocando-se como uma mediação entre o *lugar* e a sociedade global. Com o intuito de compreendermos o movimento dialético entre ambos, nos debruçamos sobre a Cidade Antonio Estevão de Carvalho, uma localidade dentro do distrito de Itaquera, na cidade São Paulo, que se formou no contexto da modernização da cidade e da reestruturação produtiva do capital. Parte-se do pressuposto de que, mesmo tendo surgido em tal contexto, nas relações de vivência seria possível germinar um sentimento de pertencimento sobre o lugar. Nessa perspectiva, discute-se o papel dos agentes envolvidos na produção do espaço, e considera-se a possibilidade de que a vida cotidiana possa ter manifestações particulares.

Palavras-chave: modernização, metrópole, lugar, cotidiano, São Paulo, Cidade A.E. Carvalho, Itaquera.

Abstract

This dissertation boards the constitution of a place in the context of the process of modernization and inside the context of São Paulo metropolis. Place is had like a phenomenon that was gaining evidence from the second half of the century XX, being recognized like a fragment of the global society. It would have, in this form, the power to reveal this same society in its individuality, from the daily life, and this one being put like mediation between the place and the global society. With the intention of understanding the dialectic movement between both, we leant over on the City Antonio Estevão de Carvalho, a town inside the district of Itaquera, in the city of São Paulo, which was formed in the context of the modernization of the city and in the productive restructuring of the capital. We assume that, even having appeared in such a context, in the relations of existence would be possible to germinate a feeling of belonging on the place. In this perspective, we discuss the role of the agents involved in the production of the space, and there is lifted the possibility of that the daily life can have individualized demonstrations.

Key words: modernization, metropolis, place, daily life, São Paulo, Antonio Estevão de Carvalho City, Itaquera.

Lista de Mapas

Mapa 1 - Croqui de localização da Cidade A.E. Carvalho.....	48
Mapa 2 - Mapa da Área Urbanizada da cidade de São Paulo, período de 1930-1949	49
Mapa 3 - Mapa da Área Urbanizada da cidade de São Paulo, período de 1950-1962	49
Mapa 4 -- Mapa da Área Urbanizada da cidade de São Paulo, período de 1915-1929	53
Mapa 5 - Uso e Ocupação do Solo na Cidade A.E. Carvalho, 2008	105
Mapa 6 - Equipamentos de uso público na Cidade A.E. Carvalho.....	107
Mapa 7 – Croqui de localização das maiores áreas públicas e privadas na Cidade A.E. Carvalho, com destaque para as glebas do Banco A.E. Carvalho e de Nelson Tartucci....	109
Mapa 8 - Urbanização da Cidade de São Paulo, com destaque para a Zona Leste e as Glebas do Banco A.E. Carvalho, 1950 a 2002.	121

Lista de ilustrações

Figura 1 - Vista parcial da Cidade A.E. Carvalho, sentido Sul-Norte.	39
Figura 2 - Shopping Metro Itaquera.....	40
Figura 3 - Antiga sede do Banco A.E. Carvalho	55
Figura 4 - Panfleto de divulgação de venda dos lotes, do Banco A.E. Carvalho.	59
Figura 5 - Planta da Casa de nº 3.	61
Figura 6 - Croqui das casas construídas pelo Banco.	62
Figura 7 - Comércio situado na Avenida Rui Barbosa (Águia de Haia).....	64
Figura 8 - Trecho da rua que dava acesso a passagem de nível, próximo à Estação Artur Alvim.	64
Figura 9 - Festa comemorativa à inauguração do obelisco da Av. Águia de Haia.	70
Figura 10 - Obelisco da Avenida Águia de Haia, no dia da inauguração.	71
Figura 11 - Foto atual do obelisco da Avenida Águia de Haia.....	71
Figura 12 - Igreja de Nossa Senhora.....	76
Figura 13 - URCA da Cidade A.E. Carvalho.....	77
Figura 14 - Times Santa Luzia e URCA da AE Carvalho	79
Figura 15 - Time do Santa Luzia.	79

Figura 16 - Time do URCA da AE Carvalho na década de 1970.	80
Figura 17 - Time Juventus da AE Carvalho.....	81
Figura 18 – Sede do Santa Luzia	83
Figura 19 – Movimento dos Sem Terra de Ermelino Matarazzo.	92
Figura 20 - Grupo do Movimento sem Terra, liderado por D. Socorro.	94
Figura 21 – Conjunto Habitacional A.E. Carvalho – CDHU, localizado na gleba 6.	98
Figura 22 - Conjunto Habitacional Águia de Haia - CDHU, localizado na Gleba 5.	98
Figura 23 - Primeiros moradores do Conjunto Águia de Haia - CDHU.	99
Figura 24 - Famílias chegando de mudança no Conjunto Águia de Haia I	99
Figura 25 - Família reunida na sala de sua nova casa.....	100
Figura 26 - Vista panorâmica da porção Sul da Cidade A.E. Carvalho.....	112

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Uso do Solo nas terras de Emydio Campanella.....	51
Tabela 2 - Distribuição e Tamanho das Glebas da Cidade A.E. Carvalho.....	58
Tabela 3 - Conjuntos Habitacionais construídos pelo IPESP, de 1979 a 1986.....	86
Tabela 4 - Favelas e Núcleos Urbanizados nas glebas da Cidade A.E. Carvalho, 2008.....	89
Tabela 5 - Conjuntos Habitacionais da Prefeitura, construídos nas glebas da Cidade A.E. Carvalho.	90
Tabela 6 - Loteamentos nas glebas da Cidade A.E. Carvalho.....	91
Tabela 7 - Conjuntos Habitacionais construídos pelo CDHU nas glebas da Cidade A.E. Carvalho e proximidades, até o ano de 1995.	94

Lista de Siglas

CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
FDZL	Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste

IPESP	Instituto de Previdência do Estado de São Paulo
METRÔ	Companhia do Metropolitano de São Paulo
SACAEC	Sociedade Amigos da Cidade A.E. Carvalho
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento
SESI	Serviço Social da Indústria
SFH	Sistema Financeiro de Habitação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. Modernização – metrópole e lugar	14
1.1 O processo de modernização	16
1.1.1 Sobre a produção do espaço na sociedade moderna	21
1.2 O lugar.....	26
1.3 Cidade-urbano-bairro	30
1.4 Metrópole-cotidiano-lugar.....	32
2 A produção do espaço urbano na Cidade A.E. Carvalho.....	36
2.1 Primeira Geração de Moradores – As glebas de Vila Campanella	50
2.2 Segunda geração de moradores – Um Banco criando bairros	54
2.2.1 Cotidiano e signos de pertencimento da segunda geração	62
2.2.1.1 A Cidade AE Carvalho começa a ser povoada	62
2.2.1.2 A Rádio Divulgadora e o contato com o mundo	73
2.2.1.3 A promessa para acabar com as tempestades e a construção da Igreja de Nossa Senhora	75
2.2.1.4 A festa do Futebol	77
2.3 Terceira geração de moradores – adensamento populacional e urbano da Cidade A.E. Carvalho	84
2.3.1 Papel do Estado como agente especulador e produtor do espaço urbano da periferia – IPESP	84
2.3.2 Movimentos de Moradia e o processo de favelização	87
2.3.3 Movimentos de moradia e as “Casinhas do Quércia”	91
2.4 Quarta geração de moradores – Jardim Vila Nova	100
2.5 Modernização e valorização da Cidade A.E. Carvalho – o Metrô chega ao bairro.....	105
3 Modernização e crise da sociedade produtora de mercadorias: como fica a produção do lugar?	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	126
ANEXOS.....	133

INTRODUÇÃO

Lugar pode ser considerado como um fragmento da metrópole. Nessa condição, apresenta-se como um espaço banal, produzido ao “acaso”, sem uma preocupação urbanística e mesmo histórica implicada na sua constituição.

Daí que escrever sobre o *lugar*, ou sobre a *história do lugar*, torna-se tarefa complexa.

O fato de ser constituído como um espaço banal, de certa forma revela o circuito da informalidade em que escapam os signos da formalidade, como documentos jurídicos, por exemplo. Logo, não havendo registros que possam documentar a constituição de um lugar, tem-se apenas a memória de pessoas que podem ou não mobilizar as suas lembranças de forma a compor essa história.

Ainda assim, são lembranças que nem sempre vão ao encontro da intencionalidade do pesquisador, cabendo a este, portanto, encontrar os nexos necessários.

Felizmente, em nossa pesquisa, as lembranças não só nos auxiliaram a compor a história do lugar como também forneceram elementos que nos apontaram para uma possível crise da produção do espaço.

Considerando-se que o lugar não existe senão em relação à metrópole, tornou-se necessário abordar ambas as temáticas, num movimento sempre dialético. Entendemos que não fosse por esta opção, falar do lugar por ele mesmo implicaria em perder a dimensão histórica do lugar propriamente dito.

Por outro lado, sabe-se que a metrópole ocorre na junção de diferentes lugares, no sentido de que, apesar de constituírem-se num mesmo processo histórico, cada lugar pode expressar uma particularidade.

Essa é a complexidade que nos deparamos ao falar do lugar no contexto metropolitano. Pois são tantos lugares emergindo como fragmentos dentro da metrópole que se quer uma, que a trajetória de cada um se dilui numa totalidade que parece homogênea.

Assim, compreender a constituição da metrópole e encontrar, ou não, a individualidade do lugar, constitui-se um dos nossos objetivos.

Daqui emana o presente trabalho: o significado do *lugar* dentro da metrópole de São Paulo e o que ele guarda de individualidade.

Dessa perspectiva, as primeiras questões que surgem são sobre o significado dos conceitos de *lugar* e de *metrópole*. Qual a relação do lugar com a metrópole paulista? Como o lugar se insere na metrópole e ao mesmo tempo a revela? O que é específico deste lugar? O quê do lugar fica manifesto na metrópole? O quê da metrópole fica manifesto no lugar? Na incursão acerca destes conceitos, também surge a questão sobre quem são os agentes de produção desses espaços? Esses agentes têm a sua história de vida constituída no lugar?

O estudo do lugar no contexto da metrópole paulista é o recorte histórico definido. Assim, resgata-se os processos de formação e produção do espaço urbano a partir de meados do século XX, momento em que na cidade de São Paulo explodem as periferias urbanas. No presente estudo, a metrópole paulista representa o *todo* e a periferia o *lugar*.

Capturar, no tempo e no espaço, o processo de formação das periferias urbanas, permite compreender o modo pelo qual se constituem as cidades, analisar a forma pela qual a sociedade brasileira tornou-se, em tão pouco tempo, urbana, permite-nos compreender o processo de *modernização* da cidade de São Paulo. Ou

seja, quando o sistema produtor de mercadorias e seu fetichismo absorvem todo o espaço paulistano.

A relação estabelecida entre a periferia urbana e a cidade, se explica no contexto da modernização. E esta, por sua vez, se concretiza/realiza no espaço, via agentes sociais. Portanto, o modo pelo qual foi se constituindo a cidade, com a formação de sua extensa periferia urbana, através dos seus diversos agentes de produção do espaço, de origens também diversas, é o viés que nos permite compreender tanto o processo de constituição da cidade de São Paulo, no contexto do processo de modernização econômica brasileira, quanto a diversidade sociocultural que compõe um modo de vida urbano moderno.

Os nexos que explicam a formação da cidade de São Paulo não se encontram apenas na metrópole. Partimos do pressuposto de que nos pormenores, nas particularidades, que os encontraremos.

Então, o *lugar*¹ é o nosso ponto de partida, e o bairro Cidade Antonio Estevão de Carvalho – Cidade A.E. Carvalho – corresponde ao recorte escolhido dentro da metrópole como objeto de estudo, pois se encontra no bojo do processo de modernização da cidade de São Paulo, que produziu e definiu espacialmente uma grande metrópole.

Ao mesmo tempo em que esse espaço vai se produzindo, num ritmo sempre constante, apesar da aparente estagnação, um segundo movimento vai acontecendo dialeticamente em relação ao primeiro: é a (re) produção da vida cotidiana, o próprio viver.

¹ Faremos um tratamento à parte acerca do conceito de lugar, por tratar-se de um dos conceitos centrais desta pesquisa. No entanto, salientamos, já nessa linhas iniciais, que *lugar* será utilizado sempre em relação à metrópole, como uma escala menor desta.

Assim, o presente trabalho versa sobre a forma como o sistema produtor de mercadorias foi se revelando na cidade de São Paulo, pautado na exploração do solo urbano. Ao mesmo tempo, procura demonstrar a aparência modernizadora deste sistema refletida na produção do espaço urbano, destacando a atuação dos agentes envolvidos em todo esse processo. Para apreciar este duplo movimento, elegemos os conceitos de *metrópole* e de *lugar*, buscando a relação dialética entre ambos.

Para o seu desenvolvimento, procedemos a pesquisas empíricas e acadêmicas, além do estudo de bibliografia pertinente para construir a pesquisa, dividindo-o em três capítulos.

No primeiro, *Modernização – metrópole e lugar*, apresentamos uma discussão sobre os conceitos que delimitam a pesquisa, discorrendo acerca das teorias sobre o urbano, a cidade, a metrópole, o lugar e o cotidiano, empregados no contexto da sociedade produtora de mercadorias e no conseqüente processo de modernização do espaço.

No segundo capítulo, *A produção do espaço urbano na Cidade A.E. Carvalho*, detalhamos o objeto de estudo apresentando o seu desenvolvimento histórico-espacial, buscando, com base na bibliografia citada, refletir criticamente sobre o empírico, a produção do espaço, o cotidiano e as relações do viver.

No terceiro capítulo, *Modernização e crise da sociedade produtora de mercadorias: como fica a produção do lugar?*, apresentamos uma problematização acerca da relação entre modernização e produção do espaço / crise da sociedade produtora de mercadorias, de forma a indagar se a produção do espaço urbano poderia ou não evidenciar concretamente os momentos do colapso do processo de modernização.

1. Modernização – metrópole e lugar

Sendo este um estudo que versa sobre a produção social do espaço urbano e a produção espacial do lugar, dentro do contexto da sociedade moderna, torna-se relevante apresentar o significado conceitual desta sociedade.

Nesse sentido, buscamos compreender os meandros por onde se desenvolve a modernização e apreender como, no âmbito do cotidiano, ela se realiza. Esse é um movimento de profunda reflexão, porque ao mesmo tempo em que procuramos apreender o fenômeno anterior – processo de constituição e desenvolvimento da modernização, buscamos destacar esse mesmo processo na escala do lugar.

Partimos do pressuposto de que o cotidiano se realiza dialeticamente em relação ao processo de modernização. Cotidiano e Modernização consistiriam em faces amalgamadas de um mesmo processo sendo difícil definir o limite entre ambos. Porém, às vezes, na escala do lugar, através da leitura do objeto de estudo, algo salta aos olhos. É como se no âmbito do vivido, dos pequenos grupos, a vida cotidiana se realizasse, *grosso modo*, num processo retardatário do que estabelece a vida moderna, considerando-se o *tempo* e os signos deste modo de vida.

Este foi um dos aspectos que nos chamou a atenção na Cidade A.E. Carvalho. Nas últimas duas décadas, várias foram as mudanças em sua paisagem, conseqüências de investimentos públicos e privados, que implicaram, por exemplo, na alteração dos fluxos e na ocupação de áreas vazias. Enquanto isso acontecia, a Cidade A.E. Carvalho permanecia com o seu “jeito interiorano” ², no sentido de, aparentemente, não viver o ritmo da metrópole.

² Definição do Sr. Antonio Carlos de Oliveira, morador da Cidade A.E. Carvalho desde 1956. São Paulo, 2008.

Essa aparência, que para nós apresentou-se como uma questão, está na origem deste trabalho. Com ela passamos a refletir sobre os ritmos, os tempos da vida cotidiana e da metrópole; sobre o movimento de produção da metrópole e os seus diversos agentes; sobre o significado do lugar e da metrópole para quem vive dentro desse contexto – e aqui se considera tanto os que se deslocam diariamente para trabalhar ou resolver suas demandas pessoais, quanto os que têm na Cidade A.E. Carvalho seu lugar de morada e de trabalho; enfim, sobre os “sistemas de objetos e os sistemas de ações (...) que compõe cada subespaço (...) cuja totalidade é o mundo”. (SANTOS, 2005, 159).

Tendo como mote estas reflexões, o presente capítulo pretende resgatar, e mesmo dialogar, através do objeto de estudo, com alguns conceitos que permitem teorizar sobre o empírico, confirmando que não existe acaso na produção social do espaço urbano.

Com base em alguns autores³, identificamos conceitos que evocam o movimento histórico de transformação do espaço e de seus usos, que surgem como categorias para o entendimento da sociedade moderna, logo da produção social do espaço, na escala metropolitana ou na escala do lugar. São os conceitos cidade-urbano-bairro, metrópole-cotidiano-lugar. Neste estudo, consideramos essas tríades centrais, pois revelam a essência do espaço, a essência da sociedade moderna. Como procedimento metodológico, apresentaremos cada uma. Antes, porém, é preciso discorrer acerca do que seja o processo de modernização. Pois, é dentro do contexto da sociedade moderna que surgem nossas indagações.

³ Henry Lefebvre (1969), Anthony Giddens (1991), David Harvey (1992), Ana Fani A. Carlos (1996), Milton Santos (2005) e Odette C.L. Seabra (2006).

1.1 O processo de modernização

De maneira geral, tem-se por *moderno* um ideário, uma visão de mundo que sinaliza para a transcendência de um *status quo*, para a ruptura com um movimento anterior. No contexto das Artes, *moderno* é o novo que chega para suplantir o velho, transformando-o, aprimorando-o, ou mesmo ignorando-o ou retrocedendo em alguns aspectos. Nesse sentido, fala-se muito sobre o estilo, a estética, a ética e a arte modernas. Para Bradbury, (1989: 15-16)

A modernidade, na acepção usual da palavra, é algo que avança com os anos, acompanhando sua velocidade, como a curva ondulação de um barco; o moderno do ano passado não é o moderno deste ano. (...) A noção de moderno passa por alterações com uma rapidez muito maior do que termos semelhantes com funções análogas, como “romantismo” ou “neoclássico”. Na verdade, como diz Lionel Trilling, ele pode dar tantas voltas em seu significado que acaba olhando na direção oposta. Podemos empregar o termo historicamente, para situar uma determinada fase estilística que está se acabando ou já se acabou (daí o uso corrente de contraposições como protomodernismo, paleomodernismo, neomodernismo e pós-modernismo). Também o empregamos para sintetizar um constante estado de coisas modernizador e o decorrente estado mental e intelectual do homem por ele gerado – aquele “tipo de consciência freqüente no mundo moderno, obcecada por uma compulsão em prosseguir, reduzida ao desespero pela velocidade continuamente crescente do movimento geral”. Mas a palavra conserva sua força graças à sua associação com um sentimento tipicamente contemporâneo: a sensação historicista de que vivemos em tempos totalmente novos, de que a história contemporânea é a fonte de nossa significação, de que somos derivados não do passado, mas da trama ou do ambiente circundante e envolvente, de que a modernidade é uma consciência nova, uma condição recente da mente humana – condição que a arte moderna explorou, vivenciou e a qual às vezes se opôs.

Do ponto de vista histórico, a modernidade é revelada com a *sociedade moderna* através do modo de vida urbano que está na base de ações desta sociedade, e relaciona-se com uma nova forma de produção e comercialização de objetos, tornados *mercadorias*, que culmina com a Revolução Industrial, no século XVIII, e que firma o sistema produtor de mercadorias. Desta forma, representa um momento em que toda a formação econômico-social irá se desenvolver a partir dos circuitos que envolvem a produção industrial. Assim, “‘Modernidade’ refere-se a

estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (GIDDENS, 1991, pág. 11). Espoliação do campo e inchaço das cidades serão aspectos visíveis desse fenômeno. A cidade, dentro deste contexto, surge como palco e objeto dessas transformações. O circuito produtivo criado a partir de então tomou a cidade para seu uso. A cidade cresceu e se modernizou, no mesmo compasso em que recebia o novo que se colocava como absoluto.

Fundamental foi a participação de cientistas e pensadores em fincar na sociedade uma “axiologia moderna”, especialmente com o intento de romper com o pensamento místico e religioso vigente, tornando hegemônico o conhecimento científico. A cidade, por sua própria estrutura, foi o local que permitiria o desenvolvimento de todo esse escopo científico. Assim, nos fala Harvey (1989: 23):

Embora o termo “moderno” tenha uma história bem mais antiga, o que Habermas (1983, 9) chama de *projeto* da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas”. A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. O pensamento iluminista (...) abraçou a idéia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade.

Com a sociedade moderna iniciou-se um processo de desenvolvimento que abarcaria a economia, a cultura, a política. Ao mesmo tempo, transformam-se as relações espaços-temporais instituídas. Nessa metamorfose surge o aspecto negativo da sociedade moderna, pois que, ao impor um domínio irrestrito sobre a natureza, levando-se às últimas conseqüências um pensamento racionalista, o

homem, sendo ele próprio um ser natural, dominou a si mesmo, e as estruturas sociais criadas a partir de então fizeram com que emergisse um processo, talvez irreversível, de fetichização. Henri Lefebvre (1969) ao analisar as estruturas espaciais da cidade, revela esse processo quando demonstra a dualidade com que se manifesta o homem moderno, alienado de si mesmo.

“(...) [para Marx] a sociedade burguesa (capitalista) na qualidade de período da civilização, caracteriza-se pela separação, pela cisão e pela dualidade levadas ao extremo; tudo o que constitui o próprio (a essência) do homem torna-se exterior como uma coisa material para o homem que emerge da natureza material. O homem e o humano não desaparecem; aquilo que se opõe a eles vem ainda deles. É o “outro”, o segundo: a alienação deles.” (LEFEBVRE, 1969, pág. 199).

Abarcar a relação espaço-tempo surge como um caminho possível para se compreender a sociedade produtora de mercadorias e a produção social do espaço. Giddens (1991) postula que para “compreender as íntimas conexões entre a modernidade e a transformação do tempo e do espaço, temos que começar traçando alguns contrastes com a relação tempo-espaço no mundo pré-moderno”. Nas culturas pré-modernas, nas palavras do autor, havia uma relação intrínseca entre tempo e espaço, ou seja, o tempo era referenciado em função do espaço ao qual ele estava inserido.

A sociedade moderna, com seu caráter racional, esvazia o sentido do tempo natural, que agora ganha uniformidade, racionalidade, segundo a intencionalidade do mundo do trabalho, no contexto da sociedade produtora de mercadorias, e os espaços produzidos passam a seguir este novo padrão temporal.

Não pretendemos, nessas linhas, traçar um recuo no tempo histórico até chegar às civilizações que antecederam a sociedade moderna. Basta-nos reconhecer que no século XVII estão postas as bases da mudança econômica, tecnológica e cultural que se consolidará no século XVIII e que, fazendo um salto na

história, toma vulto mundial a partir da segunda metade do século XX. Este que foi notoriamente um século em que o tempo de produção se afasta definitivamente do tempo das relações sociais, ao mesmo passo em que se misturam. O tempo da produção subverte o tempo das relações sociais, ditando a elas um novo ritmo, que se inscreve no espaço urbano a partir de desenho evanescente, revelado com a cidade moderna e a sua metamorfose em metrópole.

Bastante elucidativo é o panorama do século XX apresentado Hobsbawm (1995, pág. 283-284):

Em muitos aspectos, os que viveram de fato essas transformações na hora não captaram toda a sua extensão, pois as experimentaram paulatinamente, ou não são concebidas como revoluções permanentes. Por que a decisão da população rural de procurar trabalho na cidade implicaria, na mente deles, uma transformação mais duradoura do que o engajamento nas Forças Armadas ou em qualquer setor da economia de guerras mundiais? Eles não pretendiam mudar seu estilo de vida para sempre, mesmo que acabassem por fazê-lo. São os que os vêm de fora, revisitando periodicamente os cenários de tais transformações, que reconhecem quanta coisa mudou. Como estava absolutamente diferente, por exemplo, Valença de princípios da década de 1980 da mesma cidade e região na década de 1950, quando este escritor vira pela última vez aquela parte da Espanha. (...) De fato, a rapidez da mudança foi tal que o tempo histórico podia ser medido em intervalos ainda mais curtos. Menos de dez anos (1962-71) separam uma Cusco onde, fora dos limites da cidade, a maioria dos homens índios ainda usava trajes tradicionais de uma Cusco onde uma substancial proporção deles já usava o *cholo*, isto é, roupas européias. No fim da década de 1970, barraqueiros na feira de uma aldeia mexicana já faziam as contas de seus clientes em pequenas calculadoras de bolso japonesas, ali desconhecidas no início da década.

Segundo este autor, uma característica marcante do século XX é a intensa aceleração do tempo. Quem vive essa época, não percebe o tempo passar, nem as mudanças instauradas com a mesma velocidade. O avanço tecnológico no âmbito dos transportes, do sistema de comunicação, e de todo o circuito que envolve a produção de mercadorias, encurtou as distâncias. Como fica nesse contexto a produção do espaço urbano? A produção do espaço, e sua conseqüente transformação, ocorrerão seguindo a imperatividade do tempo?

Como já fora mencionado, a gênese desse processo encontra-se no século XVII. Porém, na cidade de São Paulo, contexto ao qual se insere a Cidade A.E. Carvalho, esse fenômeno toma corpo nas últimas décadas do século XIX, quando a cidade vê ampliada a sua participação no circuito da economia mundial, através da produção agropecuária, principalmente a produção cafeeira, formando uma elite que utilizará parte do seu capital para expandir a malha ferroviária do interior paulista e do Vale do Paraíba⁴ para a cidade de São Paulo.

Nessa mesma época, há, por parte das elites nacionais, a política de branqueamento da nação, atraindo grande contingente de migrantes para o Brasil, onde boa parte ficará concentrada nas regiões produtoras de café do estado de São Paulo e na capital paulista, como pode-se verificar em diversos estudos que abordam esse processo de imigração .

Ao mesmo tempo, é fomentado o processo de industrialização que tomará vulto já nas primeiras décadas do século XX. Muitas indústrias serão instaladas às margens da linha férrea, de forma a facilitar o escoamento das mercadorias produzidas. A cidade de São Paulo, como palco deste fenômeno, atrairá destarte um grande contingente populacional⁵.

⁴ A ferrovia que ligava o Vale do Paraíba à cidade de São Paulo foi, anos mais tarde, anexada à linha férrea da Central do Brasil. Sobre a forma como se expandiu a malha ferroviária e de circulação de automóveis no Estado de São Paulo, relacionada com a morfologia da cidade de São Paulo, tornada um eixo central, ver: PRADO JUNIOR, Caio. A cidade de São Paulo – geografia e história. 13ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁵ Do terceiro quarto do século XIX em diante, a população de São Paulo tem um crescimento vertiginoso. No ano de 1872 contava-se 31.385 habitantes. Em 1900, esse número é sete vezes maior, totalizando 239.820 habitantes. Vinte anos mais tarde, a população dobrou, para 579.033. Fonte: PMSP. SEMPLA. Histórico Demográfico do Município de São Paulo. [HTTP://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/tabelas/pop_brasil.php](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/tabelas/pop_brasil.php). Acesso em 14/08/2008.

1.1.1 Sobre a produção do espaço na sociedade moderna

O conceito de *produção do espaço* envolve não somente a análise do espaço concreto, mas a relação deste com a formação social que cria e recria este mesmo espaço. Segundo Santos (1996:148),

Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por *inércia dinâmica* queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais.

Essa inércia ativa ou dinâmica se manifesta de forma polivalente: pela atração que as grandes cidades têm sobre a mão-de-obra potencial, pela atração do capital, pela superabundância de serviços, de infra-estruturas, cuja repartição desigual funciona como um elemento mantenedor das tendências herdadas.

Seguindo a lógica de SANTOS, o espaço emerge como um agente que pode viabilizar ou não as manifestações de formação social, ele entra no contexto social como agente indutor e induzido e não como mero palco das ações do grupo e/ou contexto social.

Alguns autores – e aqui nos interessa aqueles que estudam o urbano, as cidades e as metrópoles – analisam o espaço a partir do estabelecimento da sociedade produtora de mercadorias e sua espacialização, via processos não simultâneos de realização, defendendo a tese dos “territórios não-capitalistas”.

Outros postulam que a produção do espaço capitalista está posta a partir do momento em que as relações sociais se fundamentam na sociedade produtora de mercadorias. Então, o espaço já seria, por excelência, “capitalista”, já que um dos fundamentos deste modo de produção é a propriedade da terra.

Assim, as transformações na paisagem não ocorrem simultaneamente. Cada nova mudança procede para adequar este mesmo espaço às necessidades valorativas do capital. Seabra (1987), Silva (1998), Santos (2004) Damiani (2005) e

Godoy (2005) são alguns exemplos desta linha de pensamento. Robert Kurz (1992) também defende a tese da *não-simultaneidade do processo de modernização* e acrescenta à sua tese a *simultaneidade da crise da sociedade produtora de mercadorias*. No entanto, este último não apresenta, e nem é a sua intenção, como isso se concretiza no espaço produzido. Em nossa pesquisa, tentaremos demonstrar esse fenômeno através dos conceitos de *produção social do espaço* e do conceito de *lugar*.

Cabe, nesse momento, uma breve discussão acerca das duas proposições acima destacadas, como forma de assegurar o caminho teórico adotado.

Robira (2005)⁶ apresenta o conceito de *territórios não-capitalistas*, que são áreas pouco ou nada exploradas, temporariamente, pelo capital. Baseada no pensamento de David Harvey, defende a tese de que “*para que o sistema [capitalista] perdure, os territórios não-capitalistas devem permanecer nesta situação não capitalista*” (pág. 09). E continua dizendo que:

[...] a idéia de D. Harvey de que o capital necessita de territórios que permaneçam obrigatoriamente em ‘situação não-capitalista’ para superar suas próprias crises de superacumulação – válida para o exame geral do capitalismo global – pode ser válida também para explicar os processos espaciais que sustentam os espaços centrais dos territórios metropolitanos, sobretudo se se considera que, apesar dos discursos e desejos de equilíbrio territorial, o processo de acumulação capitalista se produz, não só com base nas diferenças sociais e econômicas, mas por meio das diferenças territoriais. [...] Esses territórios “não-capitalistas” poderiam ser denominados mais propriamente de “territórios não-metropolitanos” ou “territórios adormecidos”, porque as suas particulares estruturas urbanas, sociais e econômicas, subprodutos do processo de acumulação territorial, invalida-os temporalmente para a própria acumulação e, não obstante, serão espaços a transformar nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades do capital. (ROBIRA, 2005:09)

Mas, como o capital se apropria desses territórios para, em seguida, transformá-los? Pode-se dizer que isso acontece, via de regra, pelo jogo do discurso

⁶ ROBIRA, Rosa Tello. *Áreas metropolitanas, espaços colonizados*. In: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole / Ana Fani Alessandrini Carlos, Carles Carreras (orgs.). – São Paulo: Contexto, 2005. (Novas abordagens. GEOUSP; v.4).

e do poder – político e econômico – e até mesmo pelo uso da força institucional (policial). Robira remete essa forma de apropriação ao que acontecia no período de colonização.

(...) o processo de metropolização se realiza, ao igual que como o de colonização, em primeiro lugar como processo de acumulação primitiva produzindo enormes déficits urbanísticos e diferenças sociais profundas que, como reservas de solo urbano e força de trabalho, alimentam depois, nos momentos em que começam a diminuir as taxas de crescimento demográfico e de expansão urbana, o processo de acumulação da metrópole inserido “na lógica expansionista geral de um sistema capitalista no qual domina a acumulação incessante de capital e a busca interminável do lucro, que dá lugar [...] à pretensão perpétua de criar um contexto geográfico que facilite as atividades capitalistas num lugar e momento determinado, só para ter que destruí-lo e ter que construir um contexto totalmente diferente num momento posterior, sem poder saciar nunca sua perpétua rede de acumulação”. (ROBIRA, 2005:14)

Os “territórios-adormecidos” funcionariam como uma espécie de reserva de capital, resgatada na medida em que o próprio capital fosse se expandido. Ocorre que essa expansão é constante e se mantém às vezes de forma intensa, às vezes de forma menos intensa, ainda que ocorram momentos de retração econômica. Por isso, o espaço urbano metropolitano tem um aspecto “vultoso”, de um lugar que está em constante ampliação. Muitas vezes, onde há uma densa concentração de equipamentos urbanos, onde se acredita não haver mais espaço para novas construções, ergue-se um novo prédio, surge um novo projeto urbanístico, o que relativiza, de antemão, a existência de “territórios-adormecidos”.

Seguindo essa corrente de pensamento, os “vazios urbanos” são, geralmente, os lugares periféricos da metrópole, com todos os tipos de carências urbanas e sociais. Por outro lado, do ponto de vista daqueles que estão desprovidos do básico para viver, os “vazios urbanos” representam uma conquista: é justamente nesses espaços que muitas pessoas terão acesso, ainda que precariamente, à sua moradia – pois que para viver na cidade, ou em qualquer lugar, é preciso habitar. O acesso pode advir do ponto de vista jurídico, de duas formas: irregular via

ocupações e favelizações, ou regular, legitimado pelo poder público. A Cidade A.E. Carvalho contempla ambas as formas.

Os vazios urbanos existem de fato, porém, estão relacionados à acumulação do capital e implicam, por exemplo, em processos de especulação imobiliária, o que contempla o seu caráter altamente lucrativo. No entanto, talvez não devam ser considerados conceitualmente como “territórios adormecidos” ou “não capitalistas”. Partindo do ponto de vista do processo modernizador não simultâneo (KURZ, 1992), tais territórios adormecidos possuem o signo da mercadoria, portanto, têm como essência o valor de troca, que pode oscilar em função do contexto urbanístico, mas não deixa de existir.

Em alguns lugares a modernização se apresenta como uma massa estrutural de componentes urbanos, de redes de circulação e de informação altamente desenvolvidas. Em outros lugares, surge na forma de “vazios urbanos”. Como veremos adiante, a área onde foi construído o conjunto habitacional Águia de Haia⁷, na Cidade A.E. Carvalho, ratifica essa segunda aparência.

Segundo depoimentos, houve um acordo entre a liderança do movimento de moradia e a prefeitura municipal, determinando o local onde o conjunto seria construído. Era uma área que pertencia à família de Paulo Maluf. Quando estava quase finalizado o processo burocrático que precedia à edificação do conjunto habitacional, o poder público municipal alterou a localização e determinou que as casas fossem construídas na Encosta Norte, que fica há mais de 10 km de distância da Cidade A.E. Carvalho, sentido Leste. Ao ser questionado pelo Movimento sobre o motivo da mudança de local, a prefeitura argumentou que a área era muito valorizada para receber um conjunto habitacional. Essa argumentação impeliu o

⁷ Ver: Mapa 5 – Uso e ocupação do solo na Cid. A. E. Carvalho, pág. 105.

Movimento a realizar acampamentos na área que havia escolhido, de forma que a prefeitura recuou na sua decisão.

Este fato nos coloca o conflito de interesses que surge quando a questão é o uso do solo urbano. Há uma clara distinção entre aqueles que olham a cidade como *lôcus* da acumulação e aqueles que olham para a cidade como uma conquista, uma garantia para a manutenção da sua vida. E é nesse jogo que se apresenta a perversidade deste sistema. A disputa por um lugar na cidade não cessa. Isso quer dizer que sempre haverá territórios sob o olhar, o interesse daqueles que “planejam” as cidades (tecnocratas, políticos aliados ao grande capital, agentes imobiliários etc.). Nesta disputa, os agentes que representam o grande capital possuem o poder de legitimar as suas ações, seja pela via do discurso jurídico, seja pelo uso da força policial, que têm a seu favor.

DAMIANI (2005), ao analisar a produção do espaço na metrópole paulista, apresenta o conceito de *urbanização crítica*. Segundo a autora, não existem *territórios não-capitalistas*. O que há, na verdade, é a impossibilidade do urbano, como um modelo de modo de vida, para todos. E essa impossibilidade se traduz no espaço mesmo, através, por exemplo, do modelo de moradias populares desenvolvido pelo Estado.

A experiência de fixar espacialmente grandes massas de população das periferias pode ser contraditória à expectativa de novos negócios incluindo essas áreas, que equivale a vitimar a massa periférica e pobre com a varredura ou acumulação primitiva do espaço. O modo como ela se realiza tem sido o de intervenção estratégica no espaço, incluindo desapropriações pontuais, proporcionalmente ao volume da população fixada. Esse fenômeno está entre os cruciais para compreender as crises atuais: não há o urbano para todos nessa geografia movimentada da cidade capitalista, considerando que o capital é movimento, é inerentemente circulante. (DAMIANI, 2005: pág. 41-42).

Escolhemos a Cidade Antonio Estevão de Carvalho para o nosso estudo porque em sua produção espacial, apresenta todo esse jogo de interesses, com a

conseqüente transformação da paisagem, baseada na ação de agentes privados, do Estado e da sociedade civil organizada em movimentos de moradia, ou em associações comerciais. Tais transformações não ocorrem somente no seu espaço direto, mas também indiretamente, através de transformações no seu entorno, refletindo na produção do seu espaço interno.

Dentro do conjunto de mudanças recentes, destaca-se o projeto da Nova Radial Leste⁸, que transformou o leito da antiga linha férrea da Central do Brasil em uma avenida de grande circulação. Foi junto a essa linha de trens, entre as estações de Itaquera e Artur Alvim, que surgiram as primeiras ocupações na Cidade A.E. Carvalho. Esse projeto faz parte do movimento de valorização da Zona Leste, iniciado no ano de 2004, a partir da Lei 13.833, que criou o Programa de Incentivos Seletivos para a Área Leste do Município de São Paulo, que deu origem à Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú.⁹

1.2 O lugar

Lugar é um conceito que incorpora tanto as dimensões sociais, econômicas e históricas da sociedade como um todo, quanto os aspectos da vida cotidiana e sua

⁸ O projeto da Nova Radial Leste teve a participação efetiva do Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste – FDZL. Composto por empresários locais e agentes públicos, o Fórum suscitou a mobilização popular pró-avenida. Na concepção dos participantes do Fórum, a estação de trens de Itaquera representava um entrave ao desenvolvimento do bairro, pois estava na linha onde passaria a nova avenida. Em uma das reuniões de consulta popular que o Fórum organizou, que teve a participação de aproximadamente 500 pessoas, decidiu-se favoravelmente sobre a demolição da estação de trens, uma construção com mais de 130 anos, pois o que estava em jogo era o desenvolvimento econômico da região. Sobre esse assunto, consultar o sítio <http://www.fdzl.org.br>. Acesso em 20/06/2007.

⁹ VER: Decreto N 45.082 de 04/08/2008, que regulamenta da Lei 13872/04, que aprova a operação urbana consorciada Rio Verde Jacu. O Decreto e a Lei podem ser consultados no sítio http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/pesqnumero.asp?t=D&n=45082&a=s=&var=0. Acesso em 23/10/2007.

produção material. Portanto, diz respeito à forma como as pessoas interagem e se relacionam, dialeticamente, no âmbito do vivido, com seu espaço direto.

Essa breve descrição aproxima-se muito do conceito de *bairro*. Ocorre que *bairro* e *lugar* não são sinônimos. Em estudo recente, Seabra (2004) apresenta o conceito de *bairro* demonstrando a partir da lógica de desenvolvimento da metrópole paulista, porque não é mais possível falar em bairro após a primeira metade do século XX. Para a autora,

Os bairros, na história urbana se definem em relação à cidade. Também não se constituem como uma unidade censitária. Antes, constituem-se em ambiência de vida marcados por enraizamentos locais e por isso guardam um amplo espectro de práticas perpassadas por relações singulares que são distinguíveis como próprias de tal ou qual matriz sociocultural ou, ainda, por ser a tradução de sincretismos diversos. (SEABRA, 2004: 280)

O período histórico ao qual se insere o nosso objeto de estudo traduz um momento em que a cidade já não é mais a cidade histórica, com seus bairros cada qual manifestando uma matriz sociológica e cultural particulares, organizados em torno de um poder central. O nosso contexto é o da cidade que se transforma em metrópole, que explode em periferias distantes e densamente habitadas e que, no caso da região em questão, tem até os dias atuais, um crescimento populacional positivo.

Dentro desse contexto, torna-se difícil falar em um enraizamento local, advindo de determinada matriz sociocultural. No entanto, percebeu-se um movimento de apropriação do espaço que ia além do simples habitar. E foi na busca de compreender também esse movimento que fizemos a opção pelo conceito de *lugar*, considerando-se, até o momento, a impossibilidade de utilizar o conceito de *bairro*. De toda forma, como *bairro* ainda exerce forte presença no imaginário coletivo, em alguns momentos lançamos mão deste conceito apenas em termos coloquiais, para aproximar o objeto de estudo do leitor, uma vez que a Cidade A.E.

Carvalho constitui-se numa parcela do distrito de Itaquera¹⁰ e é difícil para quem não a conhece perceber a abrangência do espaço abordado.

Assim como *bairro*, *lugar* também é um conceito de bastante relevância para a geografia. Dessa forma pudemos encontrar definições do conceito de *lugar* em autores que se debruçam sobre o conhecimento da ciência geográfica.

SILVA (1988), na obra *O Espaço Fora do Lugar*, ao tratar da problemática do objeto geográfico, qual seja, o espaço, assinala o *lugar* como sendo uma categoria hierarquicamente seguinte ao espaço. Desta forma, não teria, necessariamente, uma escala definida.

O objeto lógico [da geografia] refere-se ao espaço. Lugar é a categoria hierarquicamente seguinte. O espaço é pois o maior lugar possível. O lugar manifesta-se como área, região, território. Estes são uma expressão do lugar. O espaço geográfico considerado por este caminho categorial não pode ser considerado isoladamente da população, quer se trate do homem-habitante, quer do home-produtor. Essa população percebe e toma consciência do espaço em que vive e trabalha. Por isso a importância das relações: o lugar determina as relações e estas o lugar. Daí, a decorrência ontológica: o lugar e a relação entre os lugares, assim como entre a população e esta e o lugar. Uma trama de relações e lugares. (SILVA, 1988: 07)

O *lugar* surge então como um recorte do espaço, abarcando relações entre pessoas e entre lugares. E essas relações se aprofundarão ou não em função da intensidade de redes que se estabelecem tanto em relação às pessoas quanto em relação aos lugares.

SEABRA (1987) apresenta o conceito de *lugar* numa relação dialética entre *forma* e *conteúdo*: “O lugar é ao mesmo tempo particular e geral. Tem uma forma e um conteúdo. Enquanto forma, não revela, necessariamente a própria essência, e enquanto conteúdo o lugar é uma relação historicamente constituída.” (SEABRA,

¹⁰ Desde o ano de 2002, com o Plano Regional de Subprefeituras, implantado na cidade de São Paulo através da Lei 13.399 que estabelece as subprefeituras na cidade de São Paulo, utiliza-se como divisão territorial dentro do município as seguintes escalas territoriais: prefeitura, regiões (Leste 1, Leste 2, Noroeste, Nordeste, Oeste, Centro, Centro Sul, Sudeste e Sul), subprefeituras, distritos e vilas ou jardins.

1987: 274). Aqui também o *lugar* não existe por si só, descontextualizado. Ele é a revelação do uso que determinado grupo social imprimiu no tempo àquele ponto específico do espaço.

SANTOS (2005) discorre sobre o *lugar* como uma “entidade” que revela empiricamente o mundo, sempre submetido às redes de ações e manifestando uma tecnoesfera e uma psicoesfera. Isso implica em que o lugar possui certa individualidade, definida a partir da existência dos grupos sociais:

[...] O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente.

[...] O espaço geográfico é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações, um conjunto indissociável. Cada subespaço inclui uma fração desses sistemas, cuja totalidade é o mundo.

Cada subespaço se define conjuntamente por uma tecnoesfera e uma psicoesfera, funcionando de modo unitário. A tecnoesfera é o mundo dos objetos, a psicoesfera é a da ação. Os objetos, naturais ou artificiais, são híbridos – no sentido proposto por S. Latour e A. Gras – já que não tem existência real, valorativa, sem as ações. Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros. (SANTOS, 2005: 158-159)

Há um aspecto comum entre as três definições: ambas estabelecem o conceito de *lugar* em termos relacionais, como sendo uma instância, um fragmento que dialoga com uma totalidade, no caso a metrópole, e é por ela envolvido, ao mesmo tempo em que, nas suas menores tessituras, pode revelar o conteúdo dessa totalidade. Dentro desse processo, evidenciam-se as vivências dos grupos sociais presentes no lugar, permitindo trazer à tona aspectos psicossociais, de modos de vida, que a metrópole tenderia ocultar.

Por outro lado, podem também confirmar aquilo que a totalidade nos coloca como característico da sociedade contemporânea: a sociedade de massas, a constituição fetichizada do sujeito; e ao mesmo tempo as resistências, a luta sempre presente no cotidiano de quem vive a precariedade de uma cidade moderna. Então,

para confirmar ou negar essas proposições, consideramos necessário revelar o conteúdo do lugar.

1.3 Cidade-urbano-bairro

A cidade não é uma invenção da sociedade moderna, ela existe desde épocas que antecedem esse período. Assim sendo, seu conjunto de formas sempre foi um atributo do grupo social específico, de modo que na cidade ficava estampada a cultura, a religião e havia ainda resguardada a função de um centro de comando político; a cidade era o *locus* da realização e afirmação da prática social como um todo. Então, é certo afirmar que, uma vez transformadas as relações sociais de produção, mudam também a forma, a configuração e o conteúdo das cidades. Foi assim que surgiram, por exemplo, as cidades clássicas, as cidades medievais, as cidades industriais.

A partir do estudo da sociedade urbana, H. Lefebvre resgata uma cidade que, considerada pelo autor como paradoxal às cidades contemporâneas, existiu em função do seu valor de uso; ele a define como uma obra:

Desta forma, a cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas. Assim era a cidade que a idade média ocidental criou. (...) de maneira que, paradoxalmente, a cidade dos mercadores e dos banqueiros continua a ser para nós o tipo de modelo de uma realidade urbana onde o uso (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) predomina ainda sobre o lucro e o proveito, sobre o valor de troca, sobre os mercados e suas exigências e coações. (LEFEBVRE, 1996: 47)

Quando, no período da primeira revolução industrial – século XVIII – a cidade passa a ser o ambiente onde serão concentrados os meios de produção, inclusive a

força-de-trabalho, surge uma ruptura da cidade obra com a cidade moderna, que torna-se um lugar de consumo, onde a fruição, o encantamento ficam pulverizados. O espaço da cidade entra na lógica da racionalidade produtiva, e aqui começam a surgir os bairros com as suas funções específicas: bairro fabril, bairro operário, etc. Se firma entre ambos – bairro e cidade – uma relação intrínseca, sendo comum definir um em função do outro. Veja-se a definição de bairro apresentada na Enciclopédia de Direito:

(...) A divisão das cidades em bairros é muito antiga e pode dizer-se que surgiu naturalmente, inclusive à medida que, com a divisão do trabalho, as pessoas que militavam no mesmo ofício congregavam-se num só local (e.g., as corporações medievais, ou os comerciantes, nos atuais bairros comerciais)¹¹.

O bairro também tem sua história construída a partir de como se deu a dinâmica política, econômica e social da cidade. Enquanto uma célula da cidade, se esta se transforma também o bairro irá se transformar. Porém, para a Geografia, o que é mais importante reter na definição de bairro, e que não tem como ser explicitado numa definição formal como a apresentada acima, é que ele próprio provém da sociedade moderna, que tem como uma de suas características firmar-se por meio da segregação espacial. Dessa forma, erigiu-se como um *“fenômeno histórico e social que no processo de urbanização traduziu-se por uma espacialidade específica”* (SEABRA, 2004: 28), onde as situações objetivas da vida ganhavam significado. Por isso, no bairro podia-se encontrar os sujeitos históricos da vida cotidiana. Esses sujeitos imprimiram aos bairros características tão peculiares que

¹¹ Enciclopédia Saraiva do Direito. Coordenação do Prof. R. Limongi França, São Paulo, Saraiva, 1977, pág. 30.

foi possível existir em um mesmo contexto histórico bairros com atributos diversos uns dos outros. É nessa diversidade que se encontra o limite entre *bairro* e *lugar*.

O *lugar*, enquanto uma fração da metrópole – este é o recorte espacial que ora utilizamos – não manifesta, num primeiro olhar, um atributo específico, apesar de nele também estarem postas as situações da vida cotidiana. A impressão que se tem é de que todos os *lugares* são iguais, sobretudo aqueles que estão na periferia da metrópole. Mas o são de fato? Seria possível encontrar conteúdos distintos, oriundos de manifestações histórico-sociais dentro de uma paisagem que parece ser homogênea? A periferia paulistana emergiu dentro de um mesmo contexto histórico, porém, teria ela, assim como seus agentes de produção, a mesma trajetória?

Como veremos, não houve um *tempo* para que as relações de parentesco, os signos que dão significado a um grupo se firmassem na Cidade A.E. Carvalho, pois em menos de 50 anos surgiram quatro gerações de moradores, com trajetórias distintas umas das outras, havendo, inclusive, uma circunstância conflituosa entre parcela da terceira geração e a quarta geração de moradores. No entanto, em nossa incursão na Cidade A.E. Carvalho encontramos situações objetivas que ou rechaçam ou ratificam essas proposições.

1.4 Metrópole-cotidiano-lugar

Tendo em vista os apontamentos precedentes, inferimos o seguinte: se os bairros surgem com as cidades modernas – o que implica dizer que são eles próprios fenômenos da modernização – e se desfazem se reconstruindo como “não-bairros” (SEABRA, 2004) no processo de explosão da cidade tornada metrópole, o que surge, então, como fragmento desse corpo maior, uma vez que viver a

metrópole na sua totalidade é algo improvável? A nossa hipótese é a de que o *lugar* surge como categoria privilegiada das análises que pretende abarcar as escalas do cotidiano, se o considerarmos como uma fração do espaço em que ainda seja possível estabelecer uma relação de vivência corpórea. Daí emana a segunda hipótese: a possibilidade da existência de *lugares* em um mesmo *lugar*.

(...) o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo, o *lugar* se apresenta como o ponto de *articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. (CARLOS; 1996:16-17)

Se considerarmos que cada vez mais as experiências sociais se circunscrevem em espaços cada vez menores, podemos inferir que uma unidade habitacional mais os seus vizinhos imediatos constituem um *lugar*? Dentro de cada gleba da Cidade A.E. Carvalho, surgiu uma variedade de grupos, constituídos a partir de trajetórias distintas, que tiveram uma relação com seu espaço direto também distinta. Assim, cada grupo construiu o seu lugar, a partir das suas experiências.

Por outro lado, considerando-se que a metrópole seja uma totalidade, que agrupa vários lugares, não poderia ela, por si só, ser um *lugar*. A metrópole é a expressão da expansão da indústria e da reestruturação produtiva, é a expressão da ordem que impõe a produtividade como regra; é a expressão da expansão do setor de serviços e da informalidade, da imposição do meio técnico-científico-informacional; é a expressão da expansão das redes e dos fluxos de objetos materiais e imateriais; é um espaço que ainda recebe imigrantes, muitos dos quais acionados pela mobilidade do trabalho; é a expressão do planejamento racionalista que cria ao mesmo tempo espaços funcionais e de segregação, donde emergem

novos loteamentos, ocupações, conjuntos habitacionais aos montes, via de regra, em espaços periféricos. Com toda essa ordem de coisas, pode-se dizer que a metrópole é o espaço onde somam-se fragmentos. Assim nos fala SANTOS (1990: 187):

Quanto mais extensa e mais populosa a cidade, maior a tendência a que nela se encontre um maior número de frações de aglomeração dotadas de características próprias, tanto no que se refere ao meio construído e às infra-estruturas, quanto às condições socioeconômicas locais. A subdivisão da área urbanizada em diversos municípios, como no caso das Regiões Metropolitanas, representa um fator suplementar de diferenciação, na medida em que cabe ao poder público municipal uma série de prerrogativas legais, como o zoneamento e a fiscalidade.

Todo esse arcabouço fomenta a produção de um espaço que dá a impressão de caos. No entanto, uma leitura possível deste espaço indica que essa é a aparência da (re)produção da sociedade moderna, “organizada” em torno do circuito metropolitano.

O Estado que mantém a metrópole recriando-a através do desenho urbano, articulado aos agentes privados de produção do espaço, viabiliza processos que permitem a desarticulação dos bairros antigos, de forma a gerar novos conteúdos nos objetos que podem permanecer. Ao mesmo tempo, cria outros espaços, grandes espaços como os conjuntos habitacionais, que aguardam a elaboração de um conteúdo, que não virá por parte do Estado. Assim, a população que é alocada nesses espaços, busca um ideal urbano dentro do próprio cotidiano. Segundo Damiani (1995: 112) “*tendo o cotidiano, se dorme em paz*”. E continua dizendo que:

O cotidiano inclui o homem inteiro em seus diferentes momentos: o da vida privada, o dos lazeres, o do trabalho; e exatamente quando cada um desses momentos se constitui como tal, sustentado por instituições, organizações, poderes, conhecimentos, é que o tema se torna crucial. Quando cada momento se realiza como tal, e vive se repartindo ainda mais, é que o cotidiano aparece como totalidade. Totalidade costurada, arquitetada no seio da desintegração desse homem inteiro, homem cada vez mais cindido, dividido. A lógica, o pensamento analítico se realiza socialmente; cada momento da vida social tenta se estabelecer como realidade autônoma. Tenta criar um mundo. (DAMIANI, 1995: 110)

O cotidiano pode ser a negatividade da *vida-de-bairro*. Mas, por outro lado, é a negação da precariedade absoluta da vida. A terceira e a quarta gerações de moradores da Cidade A.E. Carvalho trazem na sua constituição a materialização da vida cotidiana.

2 A produção do espaço urbano na Cidade A.E. Carvalho

A Cidade Antonio Estevão de Carvalho – Cidade A.E. Carvalho – foi formada na primeira metade do século XX, entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, através de um empreendimento imobiliário do Banco A.E. Carvalho, que no ano de 1943 começou a comprar antigas chácaras e terrenos na Zona Leste da cidade de São Paulo, com o objetivo de realizar um loteamento voltado para a população de baixa renda. Nos primeiros anos, a partir de 1943, houve o trabalho de levantamento topográfico e de parcelamento do solo. Foi somente no ano de 1956, que o Banco fundou oficialmente a Cidade A.E. Carvalho¹².

Constituída numa região distante do centro da cidade de São Paulo, localiza-se entre duas estações de trem – Itaquera e Engenheiro Artur Alvim¹³ da linha férrea Central do Brasil. Esse fato foi fundamental para o sucesso das vendas dos lotes, pois a possibilidade de fácil acesso e locomoção era o maior atrativo do empreendimento, além da sua função objetiva – habitação própria.

¹² Segundo Sr. José de Souza, ex-funcionário do Banco e morador da Cidade A.E. Carvalho, o bairro foi instituído no dia 07/09/1956. Ele nos contou que Antonio Estevão de Carvalho, um dos proprietários do Banco, procurava fundar seus empreendimentos, sempre que possível, nesta data, que é comemorativa para o Estado brasileiro, de forma a enaltecer o empreendimento. Assim no dia 07 de setembro de 1948, inaugurou a Cid. Patriarca e a estação de trens de Patriarca.

¹³ A Cidade A.E. Carvalho localiza-se no distrito de Itaquera, aproximadamente 20 km a Leste do centro da cidade de São Paulo. Sua área ocupa uma extensão que vai, no sentido Sul-Norte, desde terras contíguas à antiga linha férrea da Central do Brasil até a Estrada Velha de Mogi, atual Avenida Imperador; fechando o polígono, a leste tem-se o rio Jacú-Pessegue e a avenida de mesmo nome, e no sentido oeste porções de terras que margeiam a Avenida Águia de Haia, estando do ponto de vista administrativo entre a divisa dos distritos de Artur Alvim, Cidade Líder e Ponte Rasa. Até o ano de 2001, sua administração era compartilhada entre as administrações regionais da Penha, de Itaquera e de Ermelino Matarazzo. Com o Plano Regional de Subprefeituras, implantado na cidade de São Paulo através da Lei 13.399 de 1º de agosto de 2002, passou a pertencer administrativamente à subprefeitura de Itaquera, e territorialmente ao distrito de mesmo nome. Ver: Mapa dos distritos de São Paulo, Anexo I. A subprefeitura de Itaquera é composta por quatro distritos: Itaquera, Conj. José Bonifácio, Parque do Carmo e Cidade Líder. Ver: Mapa 5 - Uso e Ocupação do Solo na Cidade A.E. Carvalho, pág. 105.

Assim, considerando-se a sua localização e a função de bairro dormitório, até fins da última década do século XX, aproximadamente até 1990, a Cidade A.E. Carvalho assemelhava-se a uma cidade interiorana, como se estivesse fora do circuito metropolitano, apesar da densidade populacional. Durante o dia, circulavam por lá estudantes, aposentados, donas de casa, professores que trabalhavam meio período, desempregados, comerciantes etc. Nessa época, sua paisagem era composta basicamente por alguns conjuntos habitacionais do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, algumas favelas, um pequeno comércio (açougues, mercearias, armazinhos, imobiliárias, agências bancária e dos correios) concentrado nas avenidas principais – Águia de Haia e Campanella –, residências, que às vezes funcionavam também como granjas, além de três escolas públicas, centros de educação infantil privados e um posto de saúde.

Em 1988, com a inauguração da estação Corinthians-Itaquera, da Companhia do Metropolitano de São Paulo – em 01/10/1988 – essa paisagem começa a sofrer mudanças. A ocupação urbana na Cidade A.E. Carvalho renova-se: levadas a cabo por movimentos de moradia, surgem mais duas favelas, uma grande ocupação – o Jardim Vila Nova. O comércio acentuou-se nas avenidas principais indo ganhar fôlego também na Avenida dos Alamandas. Apesar da quantidade, em termos qualitativos variou muito pouco em relação ao tipo de serviço oferecido até então, e constitui-se, em sua maioria, de bazares, mercados, lojas de construção, pizzarias, padarias, imobiliárias, lojas de produtos para animais, lojas de cosméticos, chaveiros, bares, quatro agências bancárias, uma agência dos correios, entre outros.

Nessa mesma época, foi inaugurado, no encontro das avenidas Água de Haia e Esperantina, o Shopping Center Leste¹⁴ que depois viria chamar-se Shopping Artur Alvim, popularmente conhecido como “Shopping Coquinho”. O Shopping contava, além das lojas, com praça de alimentação, salas de cinema, agências bancária e dos correios. Do lado externo do shopping havia duas lanchonetes de redes de fast food. Durante cinco anos, ele serviu de ponto de encontro, área de lazer e de excursão para as escolas da região, que levavam os alunos para assistirem a filmes, pois os cinemas mais próximos ficavam no bairro da Penha. Após esse período, o shopping fechou. Somente uma das lanchonetes continua em funcionamento. Todo o restante da estrutura está sem uso e depredada.

As áreas verdes na Cidade A.E. Carvalho são praticamente inexistentes. O pouco que há corresponde às praças que o Banco criou na época do loteamento. São pequenas praças de parada de ônibus, com alguns bancos, como a Praça dos Professores, ou são ilhas que ficam no canteiro central de três ruas. Em geral, não há uma apropriação dessas praças pela população da Cidade A.E. Carvalho. São “praças de passagem”. A ilha da rua Caititu tem um campo de futebol de várzea e uma cancha para o jogo de bocha. Do meio da rua em diante, indo encontrar-se com a Avenida Jacú-Pêssego, a praça foi ocupada pelo movimento de moradia.

¹⁴ Inaugurado em 29 de Maio de 1991, com um espaço de 28.000 m², 164 lojas, estacionamento para 3.000 carros/dia, lanchonetes, restaurantes, cinemas e áreas de lazer, este empreendimento da PORTORICO INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA, configurou-se como uma fonte importante de lazer e de diversificação comercial, além de oportunidades de empregos para a população local, porém, progressivamente foi perdendo espaço para os outros Shoppings que foram sendo inaugurados posteriormente a ele, como Shopping Leste Aricanduva, Shopping Penha e Shopping Tatuapé, de tal forma que suas lojas foram sendo fechadas e hoje ele se encontra praticamente desativado, exceção feita ao HABBIB's situado na área externa do Shopping que ainda conta com grande movimento por ser uma das únicas opções deste tipo de serviço nas proximidades. In: SILVA, Mirtes Moreira; ALBUQUERQUE, Maria Conceição Rodrigues de; MAZZORCA, Antonio Carlos M. Meio ambiente e cidadania: a educação ambiental como instrumento de resgate da identidade e auto-estima de uma comunidade, na busca pela melhoria da qualidade de vida – uma experiência com alunos de ensino fundamental, numa escola municipal da zona leste de São Paulo. VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Vitória-ES, 2002.

O lazer restringe-se aos botecos e pizzarias. Para os associados, existe o SESI, que oferece atividades físicas, práticas esportivas, cursos de culinária e de teatro, atividades para grupos de terceira idade, contando ainda com duas piscinas.

Figura 1 - Vista parcial da Cidade A.E. Carvalho, sentido Sul-Norte.
Foto: Debora Regina Aversan, abril/2008.

Nos primeiros anos do século XXI, tem início uma série de investimentos na região, resultado do Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste¹⁵, originado a partir do Decreto Nº 43.293, de dois de junho de 2003. Com ele, novas estruturas surgiram na paisagem da Cidade A.E. Carvalho. Em fevereiro de 2002 foi inaugurada a primeira faculdade pública da Zona Leste de São Paulo, a Faculdade de Tecnologia – FATEC Zona Leste, no terreno onde já estava em construção uma penitenciária estadual. Através de movimentos populares, com a inédita união de todas as entidades de bairro e de movimentos de moradia da região, o governo estadual recuou no projeto de construção da penitenciária e, utilizando a estrutura já erguida – colunas, vigas e sapatas – construiu um complexo de ensino onde operam

¹⁵ Ver sítio:

http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=03062003D%20432930000. Acesso em 27/07/2008.

três unidades: a Faculdade de Tecnologia (Fatec) Zona Leste, a Escola Técnica (Etec) Zona Leste e o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico¹⁶.

No ano de 2004 foi inaugurada a Nova Radial Leste, avenida construída sobre o leito desativado – linha de trem e estações – da Central do Brasil, no trajeto que ficava entre as estações Engenheiro Artur Alvim e Guaianazes. Em 2005 é inaugurado um túnel para ligar esta avenida ao trecho mais antigo.

Figura 2 - Shopping Metro Itaquera.

Em cobertura vermelha estão as estações de trem e de metro e o terminal de ônibus. Ao fundo, tem-se o Centro de Treinamento do Corinthians. Na frente da foto, abaixo do shopping, parte da favela Goiti. Foto: Debora R. Aversan, abril/2008.

Em outubro de 2007, foi inaugurado em parceria pública e privada o Shopping Metro Itaquera, como parte das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Zona Leste. O Shopping fica exatamente ao lado do Poupatempo Itaquera, das estações de trem e do metrô, e do terminal de ônibus. Sendo, portanto de fácil

¹⁶ Ver sítio: http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Fatec/Escolas/Zona_Leste.html. Acesso em 24/03/2008.

acesso para as mais variadas origens. Tem-se, dessa forma, um complexo público e privado de transportes, prestação de serviços públicos, centro de compra e de lazer.

Em se tratando de transporte automotivo, nas ruas e avenidas da Cid. AE Carvalho circulam mais de 10 linhas de ônibus. Umas, tem como ponto final a estação Artur Alvim do Metropolitano de São Paulo: Jd. Robru, Jd. Das Oliveiras, Jd. Moreno, Cid. AE Carvalho, Term. AE Carvalho; outras fazem o itinerário bairro a bairro: Jd. Helena-Ceret, Term. AE Carvalho-Ceret, Conj. José Bonifácio-Penha, Conj. José Bonifácio-Metrô Penha, Cohab Barro Branco-Metro Guilhermina Esperança; outras linhas fazem o percurso bairro-centro: Jd. São Paulo-Term. Pq. Dom Pedro, Jd. Etelvina-Term. Pq. Dom Pedro, Cohab Inácio Monteiro-Term. Pq. Dom Pedro e Vila Santana-Term. Pq. Dom Pedro. Também existem lotações com os mais diversos itinerários, que passam por AE Carvalho, e terminam o percurso em Artur Alvim. Além das estações do Metrô, e da estação de Itaquera¹⁷ da CPTM, que muitos moradores acessam a pé, há o terminal de ônibus Cid. A. E. Carvalho.

Este é o panorama atual da Cidade A.E. Carvalho. Pelas linhas acima, percebe-se tratar, por um lado, de um local periférico, de passagem, e de pessoas muito simples. Por outro lado, nota-se que esta mesma localidade figura, desde sempre, como um lugar de possibilidades para os mais variados interesses: pessoas buscando o seu lugar para morar, investidores dos setores público e privado, que encontram nas localidades mais afastadas do centro da cidade, um *locus* de expansão do seu capital.

Essa maleabilidade de usos da Cidade A.E. Carvalho a coloca numa condição de representatividade dos usos possíveis do solo urbano e mais, como um exemplar da forma como a metrópole se expande. Por este motivo, é possível

¹⁷ A estação de trem de Itaquera, da CPTM foi inaugurada no dia 27/05/2000. Em 18/11/2000 foi inaugurado o Poupatempo Itaquera.

encontrar em alguns estudos que versam sobre a produção do espaço urbano da cidade de São Paulo, referências desta localidade, pois além de tudo, surgiu como um empreendimento significativo na época, em função da extensão da área loteada e do tipo de empreendimento imobiliário.

Langenbuch (1971) faz uma breve referência sobre a Cidade A.E. Carvalho em *A Estruturação da Grande São Paulo – estudo de geografia urbana*. Nesta obra, o autor analisa a formação da metrópole paulista, buscando as suas origens numa época em que São Paulo começava a esboçar a possibilidade de torna-se uma metrópole. Com um recorte temporal que abrange desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, Langenbuch fala dos primeiros aldeamentos, povoados, pousos de tropas e vilas – que com eles surgiram –, rotas de tropeiros, chegando finalmente a implantação da linha férrea, que se inicia nas duas últimas décadas do século XIX, e ao processo de loteamentos em pontos isolados da cidade, associados às estações de trem.

Em ampla pesquisa sobre a área que envolvia tanto o núcleo central da cidade de São Paulo, como o cinturão agrícola que a circundava, assim como os subúrbios industriais, Langenguch conclui que é a partir da instalação das estações de trem que começaram a surgir ocupações mais distantes do núcleo central, ao que ele denomina num primeiro momento de *povoados-estação*.

As ferrovias conferiram às faixas por elas servidas uma vocação suburbana, por ora apenas incipiente, e às estações ferroviárias uma vocação de polarização da industrialização e do povoamento suburbano. Os povoados-estação seriam os 'embriões' de importantes núcleos suburbanos da atualidade. (LANGENBUCH, 1971, pág. 129)

As aglomerações se formavam no entorno das estações de trem das linhas férreas da São Paulo Railway, inaugurada em 1867, da Central do Brasil e da Sorocabana (SAMPAIO, 1994). Algumas aglomerações, em função da distância em

relação ao centro de São Paulo, acabavam por desenvolver um pequeno comércio, outras receberam indústrias têxteis, de cerâmica etc. De toda forma, uma vida não somente rural, mas urbana começa a ser esboçada nessas localidades. Alguns desses povoados, ao longo do tempo, se especializaram no setor terciário, com comércios simples, e acabaram por se constituir em pequenas centralidades. Esse foi o caso de Itaquera e de Artur Alvim.

Conforme a cidade ia expandindo a sua malha urbana, e com ela o seu comércio e a sua influência, conseqüência do processo de metamorfose da cidade em metrópole, os núcleos afastados começaram a ter um caráter não mais de subúrbio, mas sim de periferia. Dentro deste contexto, ele destaca a nova atividade lucrativa, a mina de ouro, da cidade de São Paulo: os loteamentos na periferia. Aqui, ele cita a Cidade A.E. Carvalho como um exemplo deste processo.

No domínio da Central do Brasil, a suburbanização residencial, se bem que já importante em 1940, toma um ímpeto que supera de longe o desenvolvimento até então verificado. Na linha-tronco conhecem um notável crescimento os subúrbios de Itaquera, Guaianazes (...). Além disso, surgem dois novos núcleos suburbanos: "Cidade Patriarca" que surge quase concomitantemente com a Estação Patriarca, inaugurada em 1948, e a "Cidade A.E. Carvalho" que se estabelece junto à estação Engenheiro Artur Alvim (...), que não obstante datar de 1921, ainda não havia atraído o povoamento suburbano. (LANGENBUCH, 1971: 185)

Esses bairros são categorizados pelo autor como *subúrbio-estação*, uma vez que foram implantados junto às estações de trem da Central do Brasil. (LANGENBUCH, 1971: 221)

Já nas décadas de 1980 e 1990, época em que os estudos sobre geografia urbana apresentam um caráter mais crítico, como conseqüência de um pensamento que foi se constituindo nas duas décadas anteriores, a Cid. AE Carvalho figura entre os bairros periféricos da cidade. Portanto, inserido no contexto das formas de *mobilidade do trabalho* e de *exclusão sócio-espacial*.

Sampaio (1994), em artigo intitulado “O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana”, discorre sobre a atuação da iniciativa privada, aliada à ação do Estado¹⁸, na produção do espaço urbano, desde tempos que remontam à época da consolidação da República Brasileira, no ano de 1889, até meados do século XX. Dessa forma, apresenta o processo histórico de constituição da cidade de São Paulo num recorte temporal que vai de 1889 até 1960.

A participação da iniciativa privada era sugerida pela Comissão, facilitando-se a “organização de empresas destinadas a construir vilas e habitações operárias, mediante favores que o Congresso do Estado conceder”. Esses favores significavam desde a desapropriação de terrenos municipais, isenção de todos os direitos municipais e estaduais sobre os prédios construídos, garantia de renda de 10% sobre a quantia orçada e efetivamente despendida com a construção, além do privilégio da concessão de transporte “por ônibus ou diligências se não for possível a concessão de linha de bonde desde o centro da cidade até a sede da vila operária”. Encontramos nesse documento as diretrizes do que viria a ocorrer na evolução da ocupação do espaço urbano de São Paulo: a extensão da cidade em direção à periferia e aos municípios vizinhos, a tendência à expulsão da população trabalhadora da região central, sua segregação espacial em áreas mais distantes do núcleo central da cidade, e a delegação à iniciativa privada das providências relacionadas à ocupação do solo urbano, principalmente no que diz respeito aos setores habitacionais e de transportes. O poder público tem a incumbência de facilitar a ação da iniciativa privada através da concessão de incentivos diversos. (SAMPAIO, 1994:20)

A expulsão da população trabalhadora para áreas mais distantes, assim como a produção de moradias operárias por parte da iniciativa privada, como afirma a autora, naquela época, estava relacionada com a produção de casas para aluguel. As áreas mais distantes estavam entre 5 a 10 km do centro da cidade e, atualmente, constituem os chamados bairros tradicionais: Penha, Tatuapé, Butantã, Santana, etc.

Como veremos, à época em que é formado o loteamento da Cid. AE Carvalho, ou seja, cinquenta anos após o início desses processos especulativos, a extensão da periferia dobrou: a Cid. AE Carvalho está mais ou menos a 20 km do

¹⁸ Sobre a atuação do Estado, considera-se: favoritismos, facilidades concedidas por meio de projetos de leis, abertura de vias de acesso, etc.

marco zero da cidade de São Paulo. Outro diferencial foi o surgimento de uma tendência à aquisição do imóvel próprio, os lotes, ou mesmo as casas eram vendidas e não alugadas.

Muitos loteadores ofereciam como benefício ao comprador, a planta da residência ou parte do material de construção. Em alguns loteamentos era possível encontrar as duas opções. Esse fato revela uma nova prática de exploração do solo urbano.

Assim como a Cidade A.E. Carvalho, outros bairros, não só da Zona Leste, surgiram com o mesmo tipo de empreendimento. Exemplos disso são a Vila Romana e a Bela Aliança, onde havia a oferta da planta residencial aprovada pela Prefeitura; no Butantã, além da planta, o comprador receberia tijolos (BACELLI, 1982: 81). Na Zona Leste surgiram o Parque Buturussú, próximo ao bairro de Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, próximo a São Miguel, São Matheus, entre outros. No caso deste último, a Loteadora Bei Filho, responsável pela criação e loteamento do bairro, doava 500 telhas e 2.000 tijolos aos novos proprietários que, através de mutirões, levantavam suas casas. (SANTOS, 1997: 82).

Esse intenso processo de ocupação da periferia paulistana evidencia-se através do Mapa 3, que representa a área urbanizada na cidade de São Paulo em um período de 12 anos, de 1950 a 1962, sobretudo se a compararmos com o Mapa 2, de mesmo tema, que representa um período anterior, de 1930 a 1949. Como pode-se notar, em 12 anos, a Zona Leste expandiu sua área urbana até o limite municipal, crescendo mais do que o dobro em relação ao período anterior, onde levou-se 19 anos para que a área urbanizada da cidade chegasse até Ponte Rasa e Artur Alvim.

No Mapa 2, as áreas que foram urbanizadas no período, representadas no mapa pela cor vermelha, correspondiam a parcela do cinturão verde que circundava o núcleo urbano mais antigo e eram, até então, destinadas ao uso de hortas e de chácaras de final de semana. Note-se que a expansão se dá em todos os sentidos: Norte, Sul, Leste, Oeste e Sudeste, chegando, nos sentidos Oeste e Leste, aos limites municipais. No distrito de Itaquera, pode-se notar uma mancha laranja, que corresponde à área urbanizada no período anterior ao ano de 1949 Trata-se da ocupação que se deu em torno da estação de trem de Itaquera da Central do Brasil – que foi inaugurada em 06/11/1875 – ao que Langenbuch (1971) denomina de *subúrbio-estação*. A Noroeste deste núcleo mais antigo, em vermelho, tem-se a área que equivale ao loteamento da Cidade A.E. Carvalho e, a Norte, o loteamento do Parque Guarani. Na divisa do distrito de Itaquera com os distritos de Artur Alvim e Ponte Rasa, em cinza, tem-se as glebas 5 e 7, que não haviam sido ocupadas até o momento.

Rodrigues & Seabra (1986) abordam a questão da habitação popular e as diversas formas como ela se apresenta na cidade de São Paulo. “*Evidentemente que, na medida em que a habitação popular se apresenta como questão social, [deram] ênfase àqueles processos pelos quais as classes trabalhadoras foram enfrentando o problema*”. (RODRIGUES; SEABRA, 1986: 21). Recuperando os processos de urbanização apresentados por Aroldo de Azevedo e Jurgen Langenbuch, abordam criticamente essa temática, trazendo-a a luz da estruturação produtiva brasileira.

Assim, o aumento do significado da solução da moradia dos trabalhadores, através da construção da casa própria pela via da autoconstrução nos loteamentos da periferia da cidade, vincula-se ao padrão de crescimento das cidades no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. (RODRIGUES; SEABRA, 1986: 23).

Dentro do contexto do padrão da periferia das cidades no Brasil, surgem como característica da habitação popular os cortiços, a autoconstrução, o barraco da favela e as casas construídas pelo então Sistema Financeiro de Habitação – SFH. Sendo que, a autoconstrução em loteamentos, muitas vezes clandestinos, e as favelas foram formas que mais cresceram após a década de 60:

Em 1974, o número de moradores proprietários é dos mais altos, atingindo até 75%, justamente nos bairros onde a renda média é das mais baixas (São Paulo em distritos – 1974; Instituto Gallup de Opinião Pública), constituindo na maior parte das vezes os chamados novos bairros “operários”, onde predomina a autoconstrução em casas precárias da periferia.

Estima-se que cerca de 63% das habitações produzidas na Grande São Paulo o são através do mecanismo da autoconstrução que se constitui assim na fórmula “natural”, espontânea, que parte significativa da população encontrou para a solução do problema da moradia, vinculado ao processo dos “loteamentos periféricos”. Com a economia inflacionada e como preço fixo dos terrenos, as prestações tinham uma participação relativamente menor, ano após ano, no orçamento familiar. (RODRIGUES; SEABRA, 1986, p. 21-22)

Nesse contexto da autoconstrução, atrelado à “mentalidade da casa própria” (BONDUKI, 1998), que constitui-se a Cidade A.E. Carvalho. Em pesquisa anterior¹⁹, ao apresentarmos o seu histórico de desenvolvimento e ocupação, criamos a categoria de *gerações de moradores*, com o intuito de mostrar as ondas, ou melhor, os momentos de ocupação e produção do espaço urbano que possuem marcos definidos, do ponto de vista temporal, onde destacam-se momentos de produção do espaço, atrelados a algum projeto público, na maioria dos casos, ou privado, externo ao bairro e maior no que tange à escala de incidência. Ou seja, não são processos isolados, pelo contrário, estão atrelados ao movimento de expansão da metrópole de São Paulo.

No presente estudo, manteremos a mesma categoria, revisitando-a e redefinindo cada geração de moradores.

¹⁹ Ver: AVERSAN, D.R. O Lugar da Cidade A.E. Carvalho na metrópole paulista: um estudo de bairro. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Depto de Geografia – FFLCH/USP, 2004.

Mapa 1 - Croqui de localização da Cidade A.E. Carvalho
(limites definidos a partir das glebas do Banco A.E. Carvalho)

Mapa 2 - Mapa da Área Urbanizada da cidade de São Paulo, período de 1930-1949
 Fonte: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico>. Acesso em 26/05/2008

Mapa 3 - Mapa da Área Urbanizada da cidade de São Paulo, período de 1950-1962
 Fonte: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico>. Acesso em 26/05/2008

2.1 Primeira Geração de Moradores – As glebas de Vila Campanella

Resgatando os processos de ocupação da Cidade A.E. Carvalho, chegamos às últimas décadas do século XIX, momento em que já se verificava uma ocupação incipiente numa área que pertencia à jurisdição do bairro da Penha. Eram glebas com plantações de eucalipto, chácaras de finais de semana ou de veraneio, algumas casas dispersas ligadas a olarias e uma pedreira. Além disso, havia um pequeno aglomerado de casas próximo à estação de trem de Itaquera. Os maiores proprietários de terras da região eram Emygdio Campanella e a Sociedade Anônima Martinelli²⁰.

As casas concentravam-se na porção sul, nas proximidades da linha férrea e das estações de trem de Itaquera e Artur Alvim, assim como nas porções Noroeste e Nordeste, junto aos rios Tiquatira, Jacú e seu afluente, o rio Verde. Era na margem dos dois primeiros rios, que correm no sentido Sul-Norte e vão desaguar no rio Tietê, que se concentravam as olarias. Uma delas, de propriedade de Nelson Tartuce e sua mulher Carmela Giordano Tartuce, possuía alguns fornos e casas operárias²¹ de pau-a-pique (ver Anexo II: Escritura do 9º Cartório de Registro de Imóveis, n. 829). Fato curioso, porque indica a possibilidade de haver na região certa atividade econômica.

Segundo Langenbuch (2001) era uma prática comum instalar comércios nas proximidades das estações de trem, pois viabilizava tanto o transporte de produtos quanto o deslocamento de operários. Esse parece ter sido o caso da olaria de Nelson Tartuce, que se localizava próxima à estação de trem de Artur Alvim, aspecto que pode ter sido um facilitador para a obtenção de mão de obra. Além dela,

²⁰ Ver Anexo I: Planta de Divisão do Sítio de Itaquera e Artur Alvim, 1938.

²¹ Grifo nosso.

existiam na região mais 05 olarias, concentradas nas várzeas dos rio Tiquatira e Jacú.

A planta a qual fizemos referência é um documento que foi utilizado no ano de 1933 para definir uma questão jurídica de posse de terras, o que sugere uma ocupação anterior a este ano, concentrada nas mãos de uma família. A área mapeada na planta é de 3.384.306 m², e estava dividida em cinco lotes, tendo como proprietários: Lote 1 – Da. Regina Campanella Maleta; Lote 2 – Dr. Florindo Campanella; Lote 3 – Carmo Campanella; Lote 4 – Da. Luiza Campanella Giordano; e Lote 5 – André Campanella. Havia uma modesta ocupação no Lote 2, nas proximidades da estação de trem de Itaquera. Todos os outros lotes tinham ocupação dispersa, com ênfase no uso da terra para produção de telhas e tijolos.

Tabela 1 - Uso do Solo nas terras de Emydio Campanella

Uso do solo	Quantidade
Olaria	06
Pedreira	01
Casas	13
Chácaras	02
Empresa de construção	03

Fonte: Planta de Divisão do Sítio de Itaquera e Artur Alvim, 1938. Organização: Débora R. Aversan, 2008.

De propriedade da Sociedade Anônima Martinelli, havia uma extensa plantação de eucalipto – uma marca na paisagem – e uma pedreira. Somando-se a área de ambas, tem-se 1.446.143,00 metros quadrados de área que foi comprada pelo Banco A.E.Carvalho em 29/10/1945.

Na década de 1960, os eucaliptos ainda faziam parte da paisagem da Cidade A.E. Carvalho e certas famílias obtinham renda através da venda desta madeira.

Concentradas no lote 5, havia a presença de três empresas de construção e de imóveis. Também existiam chácaras com plantações de hortaliças. Algumas delas resistiram ao loteamento, permanecendo até aproximadamente os anos 1990.

Toda a área referida acima viria a compor boa parte das 1ª, 3ª e 5ª Glebas que o Banco loteou.

Pelo próprio histórico de ocupação, pode-se perceber que a região que iria compor a Cidade A.E. Carvalho consistia em uma área de chácaras de finais de semana, de sítios, tendo também a presença de algumas construtoras. Segundo o Sr. José dos Santos²², Nelson Tartuce, apesar da propriedade e da olaria, residia em uma casa no centro da cidade. Boa parte da família Campanella também residia em outros lugares. Exceção feita a Sra. Regina Campanella Maietta, que morava em um sítio na gleba 6.

Dessa forma, a primeira geração imprimiu como marca tão somente os nomes de ruas, praças e avenida, que surgiriam anos mais tarde. Não há indícios de que houvesse uma presença forte dos seus moradores, de modo a suscitar uma relação afetiva entre estes e o seu lugar de morada. Pode-se dizer que estamos tratando, até este momento, de parcela do cinturão verde que circundava a área urbana da cidade de São Paulo. Essa situação pode ser ratificada através da leitura do Mapa 4 – Mapa da área urbanizada da Cidade de São Paulo, entre os anos de 1950-1962, onde dentro do quadro de bairros da cidade de São Paulo, pode-se observar que até o ano de 1929, para fins de área urbanizada, tinha-se somente o mapeamento dos bairros que ficavam mais próximos à região central da cidade, ou os bairros mais

²² Informação fornecida por José dos Santos, em São Paulo, em 2008. Ele e sua família mudaram-se para a Cidade A.E. Carvalho no ano de 1947, antes do lançamento do empreendimento. No ano de 1948 tornou-se funcionário do Banco, atuando em levantamento topográfico e na divisão dos lotes dentro das glebas. Ele conheceu pessoalmente a Sra. Regina Campanella Maietta, que na época já era senil.

2.2 Segunda geração de moradores – Um Banco criando bairros

Essa foi a geração que mais tempo durou e que, conseqüentemente, pode imprimir mais intensamente a sua marca na Cidade A.E. Carvalho. A segunda geração, assim como as gerações que a sucederão, foi fundamentalmente de imigrantes vindos de outras localidades da cidade de São Paulo, ou de outros estados²⁴. Ela já é a aparência do processo de efervescência industrial que envolveu a cidade desde as primeiras décadas do século XX e que mobilizou um grande contingente de imigrantes. Esse processo trouxe em seu bojo “*profundas diferenciações de classe desenhando a paisagem social da cidade [que] ver-se-á cercada por um cinturão de loteamentos suburbanos, distintos quanto à classe que os ocupa, e mesmo quanto à sua utilização (industrial ou residencial)*”. (BACELLI, 1982: 15).

É com a segunda geração que começa, de fato, a história da Cidade A.E. Carvalho enquanto bairro instituído.

Foi a Casa Bancária Predial e Fiadora A.E. Carvalho & Cia, denominada Banco A.E. Carvalho S/A a partir de certidão expedida pela Junta Comercial de São Paulo em 12/04/1954, uma empresa de propriedade de três irmãos – Mário, Antonio e Alcides Estevão de Carvalho – atuante no mercado imobiliário paulistano e adjacências, que projetou este bairro.

Aos 25 de janeiro de 1954, o jornal O Estado de São Paulo exibia a seguinte propaganda: “A Casa Bancária Predial e Fiadora A.E. Carvalho S.A. sente-se honrada por ter contribuído com a sua parcela de realizações para o desenvolvimento de São Paulo. Sob os seus auspícios, vários

²⁴ Em se tratando da história de ocupação da cidade de São Paulo, sabe-se que a rigor todas as gerações são de imigrantes. Porém, como só é possível falar na Cidade A.E. Carvalho a partir do momento em que ela é formalmente instituída, assim como também não se tem dados de quando chegaram os primeiros moradores – a família dos Campanellas, a família Jafet etc. – consideraremos a primeira geração como sendo “natural” deste lugar.

milhares de habitantes têm hoje a sua casa própria ou então a estão construindo – por preço extremamente módico. Ascende a 4.929 o número de casas já entregues na Cidade Patriarca e nas diversas vilas e a 15.702 o número de lotes já vendidos. Esses empreendimentos populares atingem a cifra de Cr\$ 383.307.035,10. Desta maneira, a Casa Bancária Predial e Fiadora A.E. Carvalho S.A. assinala com a sua atuação uma presença ativa nesta terra dos bandeirantes”. (SANTOS, C. 1997: 71)

O Banco A.E. Carvalho era um importante agente de produção do espaço urbano tanto na zona leste quanto em outras regiões da metrópole paulista²⁵.

Figura 3 - Antiga sede do Banco A.E. Carvalho (onde se lê A.Patriarca), situada na Rua Formosa, nº 409, Centro, São Paulo/SP. In: Souza, 2003, pág. 43. O prédio ainda existe.

No caso da Zona Leste, atuava mais especificamente em áreas próximas à linha férrea da Central do Brasil, entre as estações de Vila Matilde e Itaquerá, uma

²⁵ O Banco A.E. Carvalho tinha projetos imobiliários em Suzano, Itapeverica da Serra, Zona Norte e Zona Leste da cidade de São Paulo. Na Zona Sul, administrava propriedades de terceiros.

região que sequer fazia parte do planejamento urbano da cidade, como assinalado anteriormente. Pela Figura 4, pode-se perceber a forte presença desta empresa, que se orgulhava em poder contribuir com o que acreditavam ser o desenvolvimento da cidade de São Paulo, chamando atenção, inclusive, para a possibilidade da casa própria. Dos outros empreendimentos levados a cabo pelo Banco, destacam-se: Cidade Líder, Cidade Patriarca, Vila Santa Teresa, Vila Ré e Vila Granada. Houve, porém, uma estratégia diferenciada para a Cidade Patriarca, sobretudo no que diz respeito ao projeto arquitetônico e ao público que se pretendia alcançar:

Se compararmos os bairros da Cidade A.E. Carvalho e Cidade Patriarca, que são contemporâneos, perceberemos algumas diferenças e similaridades. No que diz respeito às diferenças, no primeiro loteamento não há, praticamente, praças, não havia restrição quanto à instalação de comércio local, existem apenas duas avenidas, a estação ferroviária já existia e as casas apresentavam arquitetura singela. No outro bairro, as casas apresentavam melhor acabamento, havia a intenção de projetar um bairro para abrigar camadas da classe média, as praças são amplas e as ruas são arborizadas. Em ambos os loteamentos, prevalecem características residenciais. Alguns moradores da Cidade Patriarca dizem que a empresa que projetou o bairro teve a colaboração (no projeto) de profissionais que trabalharam na Companhia City. A mesma que projetou o bairro Cidade-Jardim na Capital (...). (Souza, 2003: 46)

Diferentemente do bairro Cidade Patriarca²⁶ - um projeto desenvolvido pelo Banco A.E. Carvalho que visava atrair compradores que tivessem um poder aquisitivo mais elevado, em relação aos padrões da região – na Cidade A.E. Carvalho, assim como nos outros bairros citados, o Banco tinha a intenção de criar um bairro popular voltado para pessoas de baixa renda. Comparando-se as plantas destes dois bairros, é evidente a distinção no próprio projeto arquitetônico de ambos. O primeiro projeto parte da estação de trem, como sendo uma centralidade, e dela

²⁶ A Cidade Patriarca foi projetada entre duas estações de trem – Engenheiro Artur Alvim e Vila Matilde. Não havia uma parada de trem e nem uma linha de ônibus que chegasse até este lugar. Portanto o seu acesso seria bastante restrito. Assim, o Banco concebe um projeto arquitetônico com uma estação de trem para atender o novo bairro que surgiria, e, ao mesmo tempo, impulsionar as vendas dos lotes. Dessa forma, em 07/09/1948, era fundada a Cidade Patriarca, com a estação de trem de mesmo nome, que foi doada para a Central do Brasil. Este fato demonstra a amplitude de atuação do Banco A.E. Carvalho, que parece não restringir-se somente ao mercado imobiliário, *strictu sensu*.

avancam ruas que acompanham o traçado das curvas de nível, simétricas dos lados direito e esquerdo da estação; na confluência de um grupo de ruas sempre há uma praça.

Já no segundo projeto, o da Cidade A.E. Carvalho, as ruas formam uma quadrícula. O único caminho que acompanha o traçado da curva de nível é a Avenida dos Campanellas, que na verdade era um caminho de passagem que ligava Artur Alvim à estação de trem de Itaquera, presente já na década de 1930²⁷. O parcelamento do solo em lotes é bem elevado, conforme Tabela 2, e há pouquíssimas praças. De toda forma, no traçado das ruas houve um cuidado para evitar cortes contrários aos fluxos de água, tanto de córregos quanto de drenagem pluvial. As ruas são largas e os lotes encontram-se em áreas de maior altitude de forma a evitar alagamento em épocas de chuvas.

Nos primeiros anos da década de 1940, o Banco A.E. Carvalho concentrou-se em comprar os terrenos dos antigos proprietários – exceção à chácara de Nelson Tartucci – enquanto, ao mesmo tempo, instalava a Cidade Patriarca. Assim, ao longo de alguns anos, pode constituir sete glebas, que receberam como nome o próprio número de composição. Então, a primeira gleba a ser formada, loteada e vendida foi a 1ª Gleba e assim sucessivamente. Cada gleba recebia um projeto de arruamento, segundo as diretrizes da Lei nº 4505/1954, Artigo 775, do Código de Obras vigente.

Aos compradores era oferecido o projeto da casa ou o material de construção, para esta segunda opção, o Banco explorava os equipamentos existentes na região: as olarias, que forneciam telhas e tijolos, e a pedreira.

²⁷ Ver Anexo I: Planta de divisão do Sítio de Itaquera e Artur Alvim, 1938. Depois da inauguração da Cidade A.E. Carvalho, a Avenida dos Campanellas foi dividida. A partir do encontro com a Avenida Água de Haia, em direção a Artur Alvim, passou a chamar-se Avenida Esperantina.

Das sete glebas que o Banco compôs, as duas últimas, as glebas 6 e 7, ficaram sem projeto de loteamento. Pelo quadro a seguir, pode-se observar que as glebas tinham tamanhos expressivos, que foram bem aproveitados pelo Banco, do ponto de vista do parcelamento do solo, onde quatro, das sete glebas, tinham mais de 1000 lotes. Note-se também que a área composta pelo Banco era superior à propriedade de Emygdio Campanella: 4.081.829,55 m² é o total da área que o Banco A.E. Carvalho compôs.

Tabela 2 - Distribuição e Tamanho das Glebas da Cidade A.E. Carvalho

Gleba	Tamanho (m ²)	Lotes
1 ^a	829.700,00	1.447
2 ^a	211.045,95	429
3 ^a	760.82,40	1.407
4 ^a	623.138,18	1.384
5 ^a	991.276,02	1.931
6 ^a	451.207,00	s/ projeto
7 ^a	214.660,00	s/ projeto
Total	4.081.829,55	6.598

Fonte: Planta de Localização das Glebas – Cidade A.E. Carvalho, 1964.
Organização: Débora R. Aversan, 2008.

Por ser um bairro voltado para pessoas de baixa renda, uma das estratégias de divulgação das vendas dos lotes, adotada pelo Banco, era a entrega de panfletos do empreendimento no horário de almoço ou de saída dos operários das fábricas. Mas, além disso, a melhor estratégia que o Banco pode contar foi a divulgação informal, o chamado “boca-a-boca”. Todos os antigos moradores aos quais tivemos contato souberam da Cidade A.E. Carvalho através de um conhecido.

Era apresentado como um atrativo do lugar a proximidade deste com as estações de trem, Artur Alvim e Itaquera, o que facilitaria a mobilidade e o acesso ao centro da cidade. A 2^a Gleba estava a poucos metros de distância da estação de

trem Engenheiro Artur Alvim. Esta estação, que inicialmente foi fundada com o nome de Oitava Parada em 19/08/1921, sofreu no ano de 1943 uma alteração de localização, ficando 200 metros à frente, sentido Leste, do ponto inicial²⁸, fator benéfico ao empreendimento que estava por surgir.

Figura 4 - Panfleto de divulgação de venda dos lotes, do Banco A.E. Carvalho.
Fonte: Acervo (particular) do Sr. José de Souza, s/d.

No panfleto de divulgação do lançamento da 3ª Gleba da Cidade A.E. Carvalho – Figura 4 – pode-se verificar os benefícios que o Banco ofertava aos possíveis compradores, como planta da casa e assistência técnica. Interessante notar como o panfleto chama a atenção para a possibilidade da casa própria, ratificando a casa própria como um bem necessário à população. Outra oferta eram

²⁸ A estação foi aberta em 19.08.1921, com o nome de *Engenheiro Artur Alvim*, que foi o chefe da via permanente da Central do Brasil em 1888, em substituição à antiga estação de nome *Oitava Parada*. Na época ela se situava duzentos metros à frente da estação atual, e ficava no ponto mais elevado de todo o ramal de São Paulo, da Central do Brasil. Em 1943, ela foi transferida para o local atual. No ano de 1988 ela foi reformada e no dia 20 de dezembro foi reinaugurada com novas instalações para se conectar com a estação de metrô, de mesmo nome. Em 27/05/2000 passa a circular o expresso leste da CPTM e no mesmo dia a estação de *Artur Alvim* e todas as estações que a sucediam sentido Leste até Guaianases foram desativadas.

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/artalvim.htm>. Acesso em 14/07/2008.

as opções de benfeitorias nos lotes. O Banco A.E. Carvalho oferecia a opção do lote com a casa construída ou com o material de construção. Na verdade, essa era uma estratégia que permeava a ação dos especuladores imobiliários na Zona Leste. Em São Matheus, em Sapopemba, na Vila Nova York, entre outros, os especuladores imobiliários ofereciam a mesma proposta aos compradores. Uma das razões era a própria oferta de material de construção existente nas regiões mais afastadas do centro, em função das várias olarias presentes no cinturão caipira da cidade de São Paulo. Este que foi sem dúvida a “menina dos olhos” dos especuladores imobiliários, principais agentes de produção da periferia paulistana nesta época.

Em relação às opções propostas pelo Banco A.E. Carvalho, a primeira ofertava o lote com a casa já construída, havendo ainda três projetos: a) casa com um quarto, cozinha e banheiro; b) casa com um quarto, cozinha, sala, banheiro e terraço (varanda); c) casa com banheiro, dois quartos, cozinha, sala e terraço.

A segunda opção, com um preço inferior em relação à primeira, ofertava o lote mais o material de construção: telhas, tijolos, areia e uma liga de material argiloso que substituíam o cimento. Nas glebas 1 e 2, as casas surgiam em grandes quantidades, construídas pelo Banco, principalmente na margem das avenidas Rui Barbosa – atual Águia de Haia – e Campanellas. “Na Avenida Rui Barbosa as casas brotavam aos montes, feito capim”²⁹. Já nas glebas seguintes, boa parte das famílias escolhe a segunda opção, ficando elas mesmas encarregadas de construir as suas casas. Quando os compradores iam visitar os seus lotes, nele já encontravam os materiais de construção.

²⁹ Depoimento da Sra. Denise Satie Nagata, moradora da Cidade A.E. Carvalho desde 1958. A Avenida Rui Barbosa corresponde a Avenida Águia de Haia. Logo no início do loteamento, a avenida chamava-se A.E. Carvalho, depois Rui Barbosa, Águia de Haia, David Ben Gurion, e novamente Águia de Haia.

Os lotes tinham “em sua maioria, 290m² (10m de largura e 29m de comprimento)”. (Souza, 2003: 42). Algumas famílias compravam o lote em duas, geralmente parentes, e o dividiam.

Figura 5 - Planta da Casa de nº 3.
Doação: Sr. José de Souza. São Paulo, s/d.

A figura acima representa um dos projetos de casa que o Banco oferecia. Nas glebas 1 e 2, é possível, ainda hoje, encontrar casas com essa mesma aparência.

Nas glebas seguintes observa-se a construção de casas mais simples, que correspondem ao projeto a ou modelo 1, como aparece na Figura 6. As famílias que compraram os lotes nessas glebas construíam suas casas aos poucos. Também podemos encontrar ainda hoje casas parecidas com esse modelo.

Figura 6 - Croqui das casas construídas pelo Banco.

Elaborado a partir da descrição do Sr. José de Souza, ex-funcionário do Banco e morador da Cidade A.E. Carvalho. Organizado por Debora R. Aversan, 2004.

2.2.1 Cotidiano e signos de pertencimento da segunda geração

2.2.1.1 A Cidade AE Carvalho começa a ser povoada

Em meados da década de 1950, feito o loteamento e já com arruamento, chegam os primeiros moradores. Boa parte dessas pessoas tomou conhecimento da Cidade A.E. Carvalho através de conhecidos. Vieram das mais variadas regiões da cidade de São Paulo, da região metropolitana e de outros estados. Do estado do Paraná vieram descendentes de japoneses, formando, inclusive uma comunidade de que criou a Casa de Cultura Japonesa. Eles ficaram concentrados nas Glebas 1 e 2 e em parte da Gleba 3, junto à Avenida Campanellas. Na Gleba 2, desenvolveram algumas hortas, que perduraram até o final da década de 1990.

Importante destacar aqui o caráter das pessoas que chegaram nesta época. Eram notoriamente pessoas simples, de baixa renda, trabalhadores fabris, em sua maioria. Apesar disso, tinham a possibilidade de acessar ao uso do solo urbano através da propriedade da terra, podendo arcar com as prestações da casa, que

vinham através de uma carteira de mensalidades, com prazos que excediam 10 anos, ainda que para isso necessitassem sucatear ainda mais a sua existência.

Por outro lado, essas pessoas constituem-se também no grupo populacional que na mesma época “esvazia” os bairros de ocupação mais antiga, como Luz, Tatuapé, Santana, Brás, onde moravam de aluguel, com o objetivo de obter a sua casa própria, ainda que isso tivesse como consequência estar longe do seu trabalho. Como diziam à época, “quem quiser se esconder, vai morar na Cidade A.E. Carvalho”³⁰.

(...) Temos pois, de um lado, a oferta de terrenos mais baratos em loteamentos periféricos que passam a proliferar e, de outro, a possibilidade de utilização da ferrovia (...). os mecanismos de definição de tributos diferenciais do solo urbano em uma cidade de rápido desenvolvimento econômico vão favorecer a segregação espacial das atividades e, em particular, a segregação social na cidade, expulsando (ou instalando diretamente) as classes populares em bairros periféricos. (RODRIGUES; SEABRA, 1986: 27)

Com as casas que surgiam aos montes, vieram os primeiros comércios na margem da Avenida Rui Barbosa, bem próximos à estação de trem Engenheiro Artur Alvim (Figura 7). O Bar São José funcionava como uma mercearia, onde os moradores compravam pão, querosene, farinha, entre outros produtos. Também tinha uma agência dos correios, que na época era de propriedade particular; e o (primeiro) Instituto de Beleza Denise, que existe ainda hoje, no lado oposto da avenida. Pela foto, pode-se notar como a Avenida Rui Barbosa era estreita, porém tinha a largura necessária para passagem de um pequeno caminhão ou ônibus. Na margem oposta ao comércio, não havia nenhuma outra construção. A rua à esquerda do Bar São José, dava acesso à passagem de nível da Central do Brasil. Por ela era possível seguir caminho sentido centro da cidade.

³⁰ Depoimento da Sra. Denise Satie Nagata, moradora da Cidade A.E. Carvalho desde 1958.

Figura 7 - Comércio situado na Avenida Rui Barbosa (Águia de Haia) próximo à estação de trem Engenheiro Artur Alvim. Fonte: Acervo (particular) Denise Satie Nagata. São Paulo, 1961.

Figura 8 - Trecho da rua que dava acesso a passagem de nível, próximo à Estação Artur Alvim. A passagem está desativada e no terreno há um estacionamento. O acesso para o outro lado da linha é por meio de um túnel.
Foto: Debora R. Aversan. São Paulo: agosto, 2008.

A família do Sr. Antonio Carlos de Oliveira chegou no ano de 1956. Seu pai era alfaiate. Morava com a mulher e seus dois filhos em uma casa alugada na

Avenida Antonio de Barros, no Tatuapé. Ficou sabendo da venda dos lotes através dos seus clientes. Como os filhos ainda eram pequenos – a filha mais velha tinha em torno de dois anos de idade – o casal foi construindo a casa aos finais de semana, e toda a família mudou-se com a casa ainda por terminar. O pai do Sr. Antonio que já tinha bronquite piorou sua condição de saúde, por trabalhar na construção da casa exposto ao mal tempo, que na época era úmido e chuvoso, vindo a falecer ainda jovem, com 42 anos, cinco anos após ter mudado com sua família para a Cidade A.E. Carvalho. A partir deste evento, a mãe torna-se a responsável pela família, e também passa a exercer a profissão de alfaiate.

Você comprava o seu lote e assinava o contrato. Quando você chegava lá, já tava todo o material: tijolo, areia. Cimento não existia. Era uma liga que eles faziam para poder juntar com a areia. Como a areia era pouca, então tinha que juntar com o barro. Então ficava a molecada brincando e minha mãe e meu pai levantando tijolo por tijolo. Era um luta. Tanto que meu pai morreu de bronquite justamente porque ele pegou friagem, porque ficava trabalhando até tarde. E naquela época aqui era frio. Era a época do São Paulo da garoa. Aqui batia uma garoa gelada. E meu pai lá sem camisa, fazendo a casa. Morreu jovem. (Trecho da entrevista do Sr. Antonio Carlos de Oliveira. São Paulo, 2008)

A família do Sr. Santiago mudou-se da Zona Norte da cidade no ano de 1957. Assim como a família do Sr. Antonio, ergueram a sua casa e se mudaram sem que as portas e janelas estivessem fixadas. À noite, seu pai fechava a entrada da casa com uma madeira, para que nenhum animal invadisse a casa. Com o tempo, foram realizando as benfeitorias necessárias. As portas e janelas foram colocadas um ano após a mudança.

Lobos, animais selvagens, a plantação de eucaliptos e capoeira, bem como as dificuldades com a falta de infra-estrutura básica, são as imagens que marcaram

esses moradores³¹. Não havia energia elétrica e nem água encanada. Cada casa tinha o seu poço artesiano e a sua lamparina.

É. A gente conta as histórias e o povo acha que é mentira. Eu conto o que eu sei da minha época de moleque. Aqui tinha um rio, na rua Caititu, que na época era um rio, hoje em dia é um córrego, você não pode nem passar perto, e ali era o rio preferido da gente tomar água. Peixe ali... tinha cada peixe “desse tamanho”. Naquele riozinho. Não só nele, mas também naquele da rua André Cavalcante. O ponto gostoso da molecada era tudo ali. A gente ia lá, catava peixe, pescava. Na época tinha também uma chácara que começava na Av. Campanella – falo avenida mas ela ainda não existia – e dava aqui em baixo, na Imperador. Aqui era tudo uma chácara, de um japonês. Então aqui ninguém fazia feira. Uma que não tinha, e outra que saía todo mundo daqui, minha mãe falava: “vai lá na chácara buscar verdura” – alface, couve, o que precisava. E o japonês sempre deixava. Eram poucos moradores. A chácara dele era muito grande. A gente entrava, catava o que queria e levava. Era muita comida. Na época, quando era mato mesmo, todo mundo sabe que pra você ter um meio de vida precisa comer muita carne. (...) Eu e meu irmão, a gente entrava e saía na taboa lá em cima, lá perto do Milton Cruzeiro. Era tudo taboa – uma vareta que dá no brejo, sobe e lá em cima ela faz um tendão. Aquele tendão você bate, sai um pó. Dentro disso daí dava muito preá. Então a gente entrava, eu e mais dois irmãos, a gente entrava e saía lá em cima, mas era tudo coisa limpa. Aí levava pra casa, minha mãe limpava. Era a carne que a gente comia. Tatu, peixe, tinha tudo a revelia. Isso aqui era uma beleza. Hoje em dia eu fico olhando assim, eu falo: “Meu Deus, como as coisas acabam tão de repente”. (Trecho da entrevista do Sr. Antonio Carlos de Oliveira. São Paulo, 2008)

Apesar da proximidade com as estações de trem, o caminho percorrido até ambas era uma trilha por onde passavam carroças, uma na avenida A.E. Carvalho, atual Águia de Haia, e outra na Avenida dos Campanellas. Em época de chuvas, os moradores saíam com dois pares de sapatos para trabalhar, um para pisar no barro – a galocha, quando tinham – e outro para calçar antes de entrar no trem.

Não tinha condução. Vinha de trem até Artur Alvim e subia a pé até aqui. O único meio de transporte que tinha era o trem, onde tá o metro hoje. Antigamente tinha uma passagem de nível de trem. Tem muita história naquela passagem de nível de trem ali [referindo-se à antiga passagem de nível da linha de trem da Central do Brasil, que ficava metros antes da estação de Artur Alvim]. Muita desgraça aconteceu ali e a gente tem na mente até hoje. Era tudo trilha. Não tinha rua, não tinha nada. A única subida que tinha era uma quebrada comprida. Mato de um lado e de outro. Não tinha nada. Isso aqui foi desbravado mesmo por moradores mais antigos, que era a gente. Depois foi povoando, uma casinha aqui, outra ali³².

³¹ Ver matéria de jornal intitulada “Gente que via a A.E. Carvalho Crescer e Progredir”, Anexo II.

³² Depoimento do Sr. Antonio Carlos de Oliveira, morador da Cidade A.E. Carvalho desde 1958.

Anos mais tarde, por meio de reivindicações dos moradores, foi colocada uma linha de ônibus que saía da Avenida A.E. Carvalho em direção a Celso Garcia. Este ônibus foi apelidado pelos moradores de “Poeirinha”, por dois motivos: 1º: por circular em ruas sem asfalto, em dias secos o ônibus vinha levantando uma nuvem de poeira por onde passava, avistada de longe; 2º: o ônibus estava em mau estado de conservação, e o seu assoalho era furado. A poeira entrava no ônibus e sujava os pés dos passageiros. Dessa forma, mesmo quem o utilizava, tinha que levar dois pares de sapatos para trocar ao descer. Quem não tinha dois pares, saía de chinelos e calçava os sapatos quando chegava à Avenida Celso Garcia.

Eles me falaram que andavam daqui até a Penha pra pegar transporte. A pé, até a Penha. E era muito difícil, então com essas reivindicações que eles fizeram pra conseguir esse ônibus que eles deram o nome de poeirinha, ele levava até a Celso Garcia, só que eles tinham que tá com dois calçados, um no pé e um na sacola, porque era terra de barro vermelho. Aí a poeira era tão grande que a poeira passava pelo buraco do ônibus e sujava todo os pés. Por isso que eles chamavam de poeirinha, porque o ônibus era todo esburacado. Aí quando eles chegavam na Celso Garcia eles passavam um paninho nas perna pra tirar o excesso de pó, aí aquele chinelo que eles tavam calçado eles colocavam na sacola e o chinelo da sacola eles colocavam no pé pra poder fazer compra ou trabalhar. E era assim que era a vida desse povo todos os dias. Eles tinham essa luta. E trabalho mesmo, de registro em carteira, não existia.³³

Na década de 1960, outra linha de ônibus é colocada na Cidade A.E. Carvalho, a Praça Clovis - Cidade A.E. Carvalho.

Como se pode perceber através da descrição do contexto da época, tratava-se de pessoas muito simples que aqui se estabeleceram, e que, aos poucos, foram criando os seus laços e os seus signos de pertencimento com a Cidade A.E. Carvalho.

³³ Depoimento da Sra. Isaltina Farias de Barbosa, moradora da Cidade A.E. Carvalho desde 1996.

2.2.1.1 Sociedade Amigos da Cidade A.E. Carvalho – SACAEAC

Quase três anos haviam passado desde a fundação da Cidade A.E. Carvalho, quando um grupo de amigos criou, no dia 08/03/1959, a Sociedade Amigos da Cidade A.E. Carvalho – SACAEAC, a primeira entidade de bairro da Cid. A.E. Carvalho, sediada em uma pequena casa na rua Jupará.

Com o lema “Nós acreditamos na força do trabalho”, que tempos depois mudaria para “Deus, união e trabalho”, a SACAEAC tinha como objetivo “defender os interesses da população”³⁴, fossem eles relacionados a melhorias no bairro ou a atividades festivas e de lazer. Dessa forma, os seus integrantes começaram a organizar movimentos entre os moradores para pressionar o poder público a realizar obras de infra-estrutura e de melhorias no bairro.

Assim, atuaram

em todas as áreas, na luta pelas reivindicações do bairro, tais como: iluminação pública, rede de esgoto, asfalto, transportes, construção de posto de saúde etc. Lutou para que os moradores pudessem elevar o seu nível cultural com promoções de festas, comemorações, cursos profissionalizantes, palestras, reuniões, eventos, cursos de alfabetização, distribuição de remédios, atendimento médico, cesta básica etc.”³⁵.

Desde a sua fundação, já passaram pela SACAEAC 14 presidentes. Destes, houve um, na gestão de 1979 a 1983 que deixou a entidade praticamente falida. Os membros integrantes da SACAEAC diziam que este presidente era comunista, e que utilizava a sociedade como fachada para desenvolver a sua atuação política.

Em 1983, quando retomaram a presidência, os membros pagaram as dívidas da sociedade com seu próprio dinheiro para evitar que ela fosse fechada. Pois, entendiam que a SACAEAC era fundamental para o desenvolvimento da Cidade A.E.

³⁴ NONATO, Raimundo. Pequeno Retrospecto da História do Nascimento do Bairro A.E. Carvalho e da Sociedade Amigos da Cidade A.E. Carvalho. São Paulo, s/d, pág. 02. Ver: Anexo II.

³⁵ Depoimento da Sra. Isaltina Farias de Barbosa, moradora da Cidade A.E. Carvalho desde 1996.

Carvalho. Na verdade, ela era a materialização de um projeto de vida, que simbolizava o envolvimento que essas pessoas tinham com o bairro. Por isso, fizeram todo um esforço para evitar que ela fosse encerrada.

No final da década de 1980, com a ajuda de alguns políticos, demoliram a casa que sediava a sociedade para construir um grande salão, que é utilizado para jogos de futebol society, festas e eventos. Neste salão também foi construída uma cancha para jogo de bocha, e é na sede que ficam guardados os vários troféus que a SACAEC ganhou neste jogo.

Em décadas anteriores, entre 1960 e 1980, a SACAEC tinha uma participação bastante ativa no bairro. Ajudou a criar a Rádio Divulgadora, que como veremos mais adiante, era um importante meio de comunicação e de integração na Cidade A.E. Carvalho. A Figura 8 mostra uma festividade organizada pela SACAEC, em parceria com Associação dos Comerciantes da Cidade A.E. Carvalho, para a inauguração do Obelisco da AV. Águia de Haia, que foi construído no canteiro central desta avenida, próximo à esquina com a Av. Agapantos.

O obelisco da Águia de Haia foi oferecido pela Associação dos Comerciantes da Cid. AE Carvalho e inaugurado em 18/07/1976. Na foto de inauguração – Figura 9 – podemos ver boa quantidade de pessoas prestigiando o evento. Há uma fanfarra desfilando e as bandeiras do Brasil e do Estado de São Paulo asteadas. Ao fundo, há três prédios comerciais, um deles com a inscrição “Bazar Progresso”, o primeiro armazém, e tornou-se referência no bairro, pois era onde a população comprava material escolar e aviamento de costura.

Quando da inauguração do obelisco, a Avenida Rui Barbosa já se chamava Avenida Águia de Haia, e a sua largura havia dobrado. Ela foi asfaltada mantendo uma praça central, onde foi construído o obelisco. Através desta avenida tornou-se

possível acessar a Avenida São Miguel e portanto os bairros de Ermelino Matarazzo, Ponte Raza e São Miguel Paulista.

Festa, nós tínhamos festa de aniversário da Cidade A.E. Carvalho, que vinham os bombeiros, vinha a fanfarra das escolas do bairro. Na própria avenida Águia de Haia se fazia isso, a escola Oito de Maio, a escola Geni Gomes, né. E fazia aquela festa de aniversário do bairro. Então aquilo era uma festa bonita. Numa ocasião veio a Ângela Maria cantar. Outras ocasiões vinham outros cantores. Então aquela época se tinha movimento, o povo participava mais. O lazer na A.E. Carvalho sempre foi restrito, né. Não temos praça na A.E. Carvalho. Não temos praça, não temos centro. A A.E. Carvalho é um bairro que não tem centro. (Trecho da entrevista do Sr. José Santiago. São Paulo, 2004)

Figura 9 - Festa comemorativa à inauguração do obelisco da Av. Águia de Haia.
Fonte: Acervo (pessoal) Sr. José de Souza. São Paulo, 18/10/1976.

Se compararmos as Figuras 10 e 11, perceberemos que há, notoriamente, uma ruptura na paisagem da foto, sobretudo no que diz respeito ao elemento central: o obelisco. A foto de 1976 é um registro da festa que foi promovida para enaltecer um elemento construído para, de alguma forma, ser um ícone do bairro. Mas que se desintegra no tempo, adquirindo um novo uso, qual seja, espaço para propagandas – Figura 11.

Pode-se afirmar portanto que o obelisco revela as pressões que o *lugar* sofre ao estabelecer sua conexão com o mundial. [O lugar, quando] *preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis, aponta para a fragmentação do mundo da dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura etc. que se gesta concomitantemente ao mundial.* (CARLOS; 1996: 29). O obelisco é um fragmento de uma história que somente os moradores mais antigos conhecem e (se) reconhecessem. Os novos moradores veem o obelisco como um enclave à circulação de pedestres, ou, como mostra a Figura 11, um espaço que está a disposição para qualquer uso. “Assim, as referências [do] lugar e de espaço no urbano vão sendo experimentadas de modo contingente, em curtos momentos e determinados trajetos”. (SEABRA, 2003: 31)

Figura 10 - Obelisco da Avenida Águia de Haia, no dia da inauguração.
Fonte: Acervo (pessoal) Sr. José de Souza, 18/07/1976.

Figura 11 - Foto atual do obelisco da Avenida Águia de Haia.
Fonte: Acervo (pessoal) Sr. José de Souza, s/d.

Atualmente, a SACAECE já não tem papel tão notório, como era até as últimas décadas do século XX. No entanto, continua empreendendo atividades de cunho recreativo, e também político, articulando-se com alguns vereadores e deputados, visando não somente melhorias no bairro como também a legitimidade deste no contexto da cidade.

Dessa forma, encaminha pedidos aos órgãos competentes da prefeitura para a melhoria do sistema viário, como solicitação de colocação de lombadas em vias de muito movimento; articulam junto ao conselho de segurança para que haja uma guarita da polícia militar e mais segurança para os moradores. Mas, existem outras atuações que revelam um caráter da SACAECE no que diz respeito aos signos de pertencimento do próprio bairro. Ou seja, que buscam legitimar a Cidade A.E. Carvalho enquanto bairro através dos equipamentos públicos.

Quando houve a inauguração do Shopping Center Leste, que depois viria chamar-se Shopping Artur Alvim, apresentou proposta junto à administração deste shopping para que ele tivesse o nome de Cid. AE Carvalho. Infelizmente, o shopping fechou antes que tivessem qualquer resultado. No ano de 2004, enviaram um pedido à prefeitura municipal de São Paulo para que utilizassem a estrutura do shopping para construir algo que beneficiasse os moradores do bairro. A sugestão seria a instalação de um hospital municipal (Ver Anexo II).

Em março de 2007, aproveitando o momento em que o Metrô mudou o nome de algumas estações, de forma a relacionar estas com os bairros ao qual pertencem, enviaram uma carta a um vereador solicitando a mudança de nome da estação Artur Alvim para Artur Alvim – AE Carvalho.

A diretoria justifica essas solicitações pelo fato de ambos os equipamentos estarem situados dentro da Cidade A.E. Carvalho. Eles não compreendem como no

bairro Aricanduva, tem-se o shopping Aricanduva, no bairro da Penha, tem-se o shopping Penha e o metrô Penha, na Cid. AE Carvalho o shopping chama-se, num primeiro momento, Shopping Center Leste, e em seguida Shopping Artur Alvim. Também não entendem, ou ainda, indignam-se pelo fato de várias estações do metrô receberem nomes compostos em função da sua localização. Por exemplo: Corinthians-Itaquera, Palmeiras-Barra Funda, Mooca-Bresser. Para eles, a estação de Artur Alvim, que está dentro da Cid. AE Carvalho, deveria chamar-se Artur Alvim-A.E. Carvalho. Recentemente, também manifestaram a sua indignação em relação ao Centro Educacional Unificado – CEU que foi inaugurado no bairro, e que recebeu o nome de Céu Azul da Cor do Mar...

Atualmente, a SACAEC arrecada fundos através da contribuição dos seus associados e, principalmente, do aluguel da sua quadra para jogos de futebol society e para uma escola particular situada ao lado da sede que não tem quadra de esportes.

2.2.1.2 A Rádio Divulgadora e o contato com o mundo

Na década de 1960, moradores ligados às diretorias da SACAEC e do URCA – time de futebol da Cidade A.E. Carvalho – fundaram a Rádio Divulgadora da Cidade A.E. Carvalho.

Como não detinham a tecnologia de transmissão em ondas, a rádio funcionava através de um alto-falante aos finais de semana e/ou em datas festivas. Tocava músicas, enviava recados e/ou comunicados, criava concursos anuais para cantores, onde o prêmio costumava ser um corte de cabelo pago pela SACAEC, prestava serviços à comunidade auxiliando o encontro de pessoas.

Aos sábados, dia de baile, era possível ouvir o som das músicas a longa distância. Sobretudo porque a rádio ficava no ponto mais alto, na Avenida Água de Haia.

Um exemplo de serviço prestado pela rádio é a história a seguir, contada por moradores mais antigos. Certo dia, um homem veio procurar seu irmão que morava na Cid. AE Carvalho. Ele não tinha ao certo o endereço do irmão e portanto não sabia onde encontrá-lo. Então foi até a rádio e pediu que anunciassem o seu nome: “João Almeida Batista, venha até a rádio...”. Dona Mariana, que conhecia este homem, avisou que o estavam chamando no alto falante. João dirigiu-se até a rádio, e quando lá chegou seu irmão já havia ido embora, há poucos minutos. Novamente, a rádio anunciou no alto-falante que João estava lá, de forma que os dois irmãos se reencontraram³⁶.

Abaixo, trecho uma poesia que a Rádio Divulgadora ofereceu aos moradores da Cidade A.E. Carvalho:

*“Cidade AE Carvalho
minha homenagem quero prestar
ao povo desta Cidade
e desta gente tão popular!
Cidade AE Carvalho
Oh! Terra amada e varonil,
Cidade AE Carvalho,
és o orgulho do meu Brasil”³⁷*

³⁶ Depoimento da Sra. Mariana Alves Rodrigues. Moradora da Cidade A.E. Carvalho desde 1959.

³⁷ In: Santos, Cida. Zona Leste Fazendo História. São Paulo: Marco Markovitch, 1997: 70.

2.2.1.3 A promessa para acabar com as tempestades e a construção da Igreja de Nossa Senhora

A região de A.E. Carvalho encontra-se situada sobre quatro divisores d'água, que formam as bacias dos rios Tiquatira e Jacú – afluentes do rio Tietê, e dos rios Verde e Caititu – afluentes do rio Jacú. Dessa forma, tem um relevo bem acidentado, apesar de não ter colinas altas.

Em épocas de chuvas, ocorriam enxurradas e deslizamentos, pois a vegetação nativa havia, há muito tempo, sido suprimida. Além disso, a plantação de eucaliptos atraía muitos raios. Os moradores, bastante apreensivos ante esta situação, fizeram uma promessa a Nossa Senhora de construírem uma capela com seu nome caso os desastres naturais tivessem fim. Como se vê, a autoconstrução não se restringe à construção da casa própria, mas estende-se também à construção, em sistema de cooperação, de equipamentos considerados necessários ao grupo de moradores.

Deste modo, a capela foi construída pelos próprios moradores, homens e mulheres, na década de 1960, na Praça Jandaira – que ficava na Gleba 1 – em um dos pontos mais altos. O acesso até ela era por picadas no meio da capoeira. A missa era realizada aos domingos, por um padre que vinha da paróquia de Vila Santana, e todos os domingos os fiéis iam para a missa com um facão nas mãos, para abrir o caminho que havia sido fechado no intervalo de uma missa a outra. Na ausência de um padre, eram os adeptos mais velhos que celebravam a missa.

Na década de 1970, a Igreja designou um padre para a capela de Nossa Senhora, que, considerando-a de difícil acesso e distante das vias de circulação,

resolveu construir outro prédio na Avenida dos Campanellas, pois dizia que “*não queria rezar missa no meio do mato*”³⁸.

Figura 12 - Igreja de Nossa Senhora
Na época em que a foto foi tirada, o sino da igreja havia sido furtado.
Foto: Debora R. Aversan. São Paulo: agosto, 2008.

A nova capela, que tem o nome de Paróquia Cristo Ressuscitado, é freqüentada pelos moradores que se mudaram para a A.E. Carvalho após a década de 1970. Porém, para os moradores que construíram a capela Nossa Senhora, e seus descendentes, esta é a “igreja oficial” da Cidade A.E. Carvalho.

Atualmente, ambas realizam suas atividades separadamente, inclusive procissões, e são freqüentadas de acordo com a proximidade de seus fiéis. Na capela Nossa Senhora, são os ministros que costumam celebrar as missas, o padre a celebra uma vez por mês. Além da tradição com procissões, a capela celebra anualmente missas com a Pastoral Afro e missas sertanejas.

³⁸ Essa justificativa foi encontrada nas entrevistas com os moradores antigos.

2.2.1.4 A festa do Futebol

O futebol representava na Cidade A.E. Carvalho uma das poucas atividades de lazer para as famílias, sobretudo para os homens. Era também uma forma de agregar os seus moradores. Havia quatro times mais representativos: o Juventus AE Carvalho, o URCA Futebol Clube, o Santos da A.E. Carvalho e o Santa Luzia. A Figura 13, do time URCA da A.E. Carvalho, mostra a participação da comunidade neste evento. Nela posam 11 jogadores, duas crianças, que provavelmente eram os mascotes do time, 1 rapaz mais jovem segurando uma maleta de medicamentos, com o nome do time e uma cruz pintados no centro da mala, e um policial, que se destaca pelo uniforme: calça de vinco, cinta, camisa de manga com bolsos e abotoadores no ombros, gravata, um distintivo no peito e chapéu, também com distintivo no centro.

Figura 13 - URCA da Cidade A.E. Carvalho.
Acervo (particular) Aderlando Ribeiro dos Santos. São Paulo, s/d.

Todo final de semana havia jogos de futebol entre os times da Cidade A.E. Carvalho e times de outras localidades. Os times acima citados possuíam seus próprios campos de várzea, apesar de haverem nesta época muito mais de quatro campos de futebol.

Naquele tempo todo lugar tinha campo. Porque não tinha divertimento. Não existia. Ou você jogava bola ou você não fazia nada. A vila toda ia assistir o jogo: pai, marido, mulher, filho, neto, namorada, todo mundo ia no campo e ele ficava super lotado. Porque não tinha outro divertimento. Não tinha briga, não tinha nada. (...) Era tudo trabalhador. Hoje não, hoje é tudo complicado. (...) A turma vinha, porque todo mundo se conhecia. Outro dia passou uma senhora aqui – agora ela é uma senhora, mas ela era uma criança igual você – se lembra quando a gente ia assistir televisão na sua casa, do seu pai, da sua mãe? Eu lembro nada, faz mais de 30 anos. Então, eles iam assistir televisão na nossa casa. Você vê, quem tinha um rádio era bacana. Aqui ninguém tinha nada. Tinha duas camisas e duas calças. Uma você usava no sábado e no domingo, e a gente falava “Vai pra missa?”. Missa era ou parque ou circo. A outra calça e a outra camisa era pra você trabalhar a semana toda. Era isso que o cara tinha.³⁹

O futebol, juntamente com a missa e os bailes que eram realizados pela Rádio Divulgadora e pela SACAEC, ou às vezes pelo circo que ficava na área onde hoje está o SESI⁴⁰, era o grande evento da Cidade A.E. Carvalho. Os moradores reservavam as suas melhores peças de roupas para participar de um desses três eventos.

Na Figura 14 - Times Santa Luzia e URCA da AE Carvalho, pode-se ter um panorama de como era a Cid. A.E.Carvalho na época em que haviam as grandes disputas de futebol. Os times estão posando para a foto no campo de várzea do Santa Luzia, que ficava na Gleba 2, próximo à olaria que fazia parte da propriedade de Nelson Tartucci. Ao fundo, do lado esquerdo da foto, tem-se um corte de talude que margeava a estrada de ferro. Ao fundo, tem-se algumas casas que pertenciam ao bairro de Artur Alvim. As duas casinhas brancas isoladas na colina existem até hoje, mesmo com os novos traçados da Avenida Radial Leste e do metrô.

³⁹ Depoimento Sr. Aderlando Ribeiro dos Santos, morador da Cidade A.E. Carvalho desde 1958.

⁴⁰ Ver Mapa 5 - Uso e Ocupação do Solo na Cidade A.E. Carvalho, 2008.

Figura 14 - Times Santa Luzia e URCA da AE Carvalho em dia de disputa no campo do Santa Luzia. Acervo (particular) Aderlando Ribeiro dos Santos. São Paulo, s/d.

Figura 15 - Time do Santa Luzia. Acervo (particular) Aderlando Ribeiro dos Santos. São Paulo, s/d.

Na figura 15 tem-se novamente o time do Santa Luzia, posando no mesmo campo que os jogadores da Figura 14. As fotos datam aproximadamente de fins da década de 1960 e início da década de 1970. Além dos componentes do time, percebe-se a presença de outros homens que muito provavelmente prestigiavam o time. A própria roupa dessas pessoas demonstra como eram pobres os moradores da Cidade A.E. Carvalho. Ao fundo, pela quantidade de casas pode-se notar como ainda era incipiente a ocupação na região.

Figura 16 - Time do URCA da AE Carvalho na década de 1970.
Acervo (particular) Aderlando Ribeiro dos Santos. São Paulo, s/d.

Na figura 16, tem-se novamente o time do URCA da AE Carvalho posando em seu campo localizado, até hoje, na rua Juciri, que era parte integrante da Gleba 3. O URCA tinha como marca o uniforme listrado, além do brasão do lado esquerdo da camisa. Aqui também pode-se notar o aspecto simples das pessoas, através das suas roupas. O tênis utilizado pelos times era o alpargatas, que era o mesmo utilizado para trabalhar.

Tênis, eu nem sabia o que era. Eu tinha uma alpargatas roda – sabe o que é? – e aquilo vai desfiando e você vai cortando as pontas, porque você não tem dinheiro para comprar outra; e passa na poça de água aquilo enche a meia, molha tudo. Aquilo que você tinha. Aquilo que era o sapato do pobre. A gente usava só galocho e capa de chuva, porque só tinha barro. Naquele tempo chovia todo dia. São Paulo chovia direto, era muita árvore, só chácara, sítio...⁴¹

Ao fundo da foto, tem-se os morros que compunham a pedreira Itaquera, situada a sul da linha férrea da Central do Brasil, que está passando no fundo de vale existente entre o campo e a pedreira.

Figura 17 - Time Juventus da AE Carvalho.
Acervo (particular) Aderlando Ribeiro dos Santos. São Paulo, s/d.

A Figura 17 é uma foto do Juventus da AE Carvalho. Nela posam, além dos jogadores, os patronos do time – dois primeiros homens do lado direito – e torcedores. Ao fundo, na mesma área onde se via, na Figura 16, somente capoeira,

⁴¹ Idem.

agora tem-se os prédios, ainda em construção, dos conjuntos habitacionais Padre Manoel da Nóbrega (Itaquera I-B) e José de Anchieta (Itaquera I-A) ambos construídos pela Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB-SP⁴², e inaugurados no ano de 1978. Assim, pode-se inferir que a foto acima data de meados da década de 1970. Enquanto que a figura 14 de fins da década de 1960 e início da década de 1970.

O jogo de futebol era uma prática que os moradores da Cidade A.E. Carvalho trouxeram das suas vivências como operários, pois muitos jogavam futebol nos times das indústrias nas quais trabalhavam. O Sr. Aderlando Ribeiro dos Santos – proprietário das fotos apresentadas nas figuras 13 a 17 e morador da Cidade A.E. Carvalho desde 1958 – trabalhava na fábrica da Nadir Figueiredo, que ficava na várzea do rio Tietê, e fazia parte do time de futebol. Entrou para o time do URCA logo que chegou na Cidade A.E. Carvalho, e lá ficou por mais de dez anos.

Desde criança, eu só joguei futebol e dancei. Era o meu divertimento dançar e jogar futebol. Joguei na CMTC, joguei na Nadir Figueiredo, disputava campeonato da Leste. Só na Nadir Figueiredo, eu tive sete suspensões em seis anos. E não fui mandado embora porque eu jogava futebol. Eu era bom de bola. Então, tinha um chefe que me suspendia antes do almoço, (...) se eu era suspenso na parte da manhã, o escritório me quebrava o galho e eu só perdia o dia todo. Se eu era suspenso depois do almoço, eu só perdia aquele restante de horas (...)⁴³.

A partir da década de 1970, com a chegada da terceira geração, o futebol paulatinamente deixa de ser um evento da família, restringindo-se a uma atividade dos homens.

Atualmente existem onze campos de futebol amador, ou de várzea, na Cidade A.E. Carvalho⁴⁴ – a mesma quantidade de escolas públicas de ensino básico

⁴² Ver: http://www6.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/cohab/organizacao/0003. Acesso em 07/07/2008.

⁴³ Depoimento Sr. Aderlando Ribeiro dos Santos, morador da Cidade A.E. Carvalho desde 1958.

⁴⁴ Ver Mapa 6 - Equipamentos de uso público na Cidade A.E. Carvalho. 107.

– e vários times, pois cada grupo de geração de moradores criou o(s) seu(s) time(s) de futebol, mas nem sempre com um campo próprio. Os campos do URCA e do Santa Luzia têm jogos todos os finais de semana. No campo do Santa Luzia funciona também uma escola de futebol. A sua antiga sede, como pode-se ver na figura 18, está mal conservada, e seu espaço é utilizado como uma venda de doces e bebidas.

Os homens são os principais frequentadores desses campos, disputando campeonatos internos e regionais.

Figura 18 – Sede do Santa Luzia
Foto: Debora R. Aversan. São Paulo: agosto, 2008.

2.3 Terceira geração de moradores – adensamento populacional e urbano da Cidade A.E. Carvalho

2.3.1 Papel do Estado como agente especulador e produtor do espaço urbano da periferia – IPESP

Na década de 1960, o Banco A.E. Carvalho entra em concordata e transfere, no ano de 1966, as suas propriedades e a carteira de mensalidades para o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP. Desta forma, os pequenos proprietários tornam-se devedores deste Instituto.

O IPESP já possuía projetos de construção de residências populares destinadas aos funcionários públicos do Estado de São Paulo – uns já implantados, outros destinados a implantação futura. Porém, tem na Cidade A.E. Carvalho o *locus* de implementação de um de seus maiores projetos⁴⁵.

Assim, no ano de 1979 é inaugurado

O primeiro conjunto construído pelo IPESP (...) de “200 casas da 3ª Gleba”. (...) com pouco mais de 160 casas térreas e sobrados, todas geminadas, é o mais próximo da estação Corinthians Itaquera do Metrô. Entre um grupo de casas e outro misturam-se as primeiras casas construídas por particulares. Alguns moradores deste conjunto contam que inicialmente foi bastante difícil adaptar-se à nova moradia, pois as ruas eram sem iluminação e sem asfalto e o sistema de esgoto era através de fossas sanitárias. As casas, com exceção das que já existiam, eram todas iguais, o que levava, à noite, a certa confusão de casas entre os seus moradores. Também, devido à declividade do terreno em que fora construído o Conjunto, em épocas de chuvas, as ruas viravam verdadeiras corredeiras d’água, impedindo a circulação de carros e até mesmo de pessoas. Através de mobilizações, os moradores foram conquistando algumas melhorias: primeiro veio a instalação da rede elétrica, em seguida o sistema de esgoto e a pavimentação das ruas. (AVERSAN, 2004: 24)

⁴⁵ Até 1964, o IPESP havia construído na cidade de São Paulo o conjunto da Previdência (805 casas), do Butantã (563 casas), do Caxingui, Planalto Paulista, e Ibirapuera. Até a década de 1980, havia construído também os seguintes conjuntos: Tucuruvi, na Zona Norte, com 976 unidades; Previdência, com 648 unidades, e Capela do Socorro, com 648 unidades, ambas na Zona Sul; e 190 unidades no interior do estado de São Paulo. (Rodrigues e Seabra; 1986: 42-43).

Após o término do conjunto de “200 casas”, houve um lapso de três anos até que o IPESP concluísse mais um conjunto habitacional, o Alamandas, que foi dividido em seis projetos menores, conforme consta na Tabela 3. O Alamandas estava concentrado na gleba 1 e tinha capacidade para 820 famílias, portanto, o maior conjunto construído na região pelo IPESP.

Nos anos subseqüentes, até fins da década de 1980, foram entregues todos os outros conjuntos, agregando à Cidade A.E. Carvalho mais 2.248 unidades de moradia.

A clientela do IPESP eram os funcionários do estado de São Paulo, o que fomentou a chegada de uma nova geração de moradores que vinham dos mais variados lugares, assim como ocorrera quando da fundação do bairro pelo Banco A.E. Carvalho. Porém, nesse caso, havia um diferencial, que era o perfil específico desses moradores: por serem funcionários públicos, oriundos principalmente das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde e de Segurança Pública, tinham uma situação de trabalho estável e não precisavam deslocar-se a longas distâncias, pois seus postos de serviços, em geral, eram na região.

Os moradores do IPESP, sobretudo do conjunto de casas e do conjunto Alamandas, integraram-se ao bairro através da segunda geração, que foi a precursora em criar os primeiros comércios que abasteciam a Cid. A.E.Carvalho, como granjas, padarias, hortas, vendas de verduras e frutas, além de serem os responsáveis pela construção das duas igrejas e das primeiras escolas. Por outro lado, adaptar-se ao novo bairro não foi fácil, pois vieram de locais onde já havia toda uma infra-estrutura instalada, ainda que as suas moradias fossem de aluguel.

Tabela 3 - Conjuntos Habitacionais construídos pelo IPESP, de 1979 a 1986

Nome do Conjunto	Localização (Gleba)	Blocos	Aptos/Blocos	Capacidade Total
Pérolas	1	6	32	192
Alamandas 1	1	8	20	160
Alamandas 2A	1	8	20	160
Alamandas 2B	1	5	20	100
Alamandas 3	1	9	20	180
Alamandas 4A	1	7	20	140
Alamandas 4B	1	4	20	80
200 Casas*	3	-	-	164
Araucárias 1	5	10	20	200
Araucárias 2	5	11	20	220
Esmeraldas	5	12	48	576
Amaralinas	7	7	32	224
Diamantes	7	4	32	128
Paratibe	7	13	20	260
Alfazemas 1	7	5	32	160
Alfazemas 2	7	9	32	288
Total		118	388	3232

Fonte: IPESP – Inst. de Previdência do Estado de São Paulo.

*Primeiro conjunto construído na Cidade A.E. Carvalho pelo IPESP. O projeto inicial previa a construção de 200 casas, daí a origem do seu nome. No entanto, por haver lotes particulares, só foi possível a construção de 164 casas, entregues no ano de 1979. Organização: Debora R. Aversan, 2008.

Não tardou para que também eles começassem a marcar presença na Cidade A.E. Carvalho. Professores desses conjuntos organizavam as festas juninas e ensaiavam as quadrilhas com as crianças e adolescentes. Alguns policiais tentavam oferecer um mínimo de segurança. Outros atuavam em âmbito político, brigando por asfalto para as ruas, rede de esgoto e iluminação pública.

Podia-se notar que essa geração tinha a intenção de “fincar” raízes, que não estava de passagem, tamanho era o esforço em fazer com que cada vez mais a Cidade A.E. Carvalho pudesse receber melhorias. Esse esforço não era isolado, estava atrelado às ações da SACAEC e ao mesmo tempo envolvia as pessoas que moravam em lotes localizados entre os conjuntos. As duas gerações de moradores estavam ligadas ao bairro pelo próprio sistema de moradia ao qual haviam aderido, o financiamento da casa própria com parcelas a perder de vista – os planos de

financiamento do IPESP eram de 20 anos. Tinham, dessa forma, de criar seus vínculos com o *seu* novo lugar de morada.

2.3.2 Movimentos de Moradia e o processo de favelização

Na mesma época em que são construídos os conjuntos do IPESP, surgem cinco favelas na Cidade A.E. Carvalho⁴⁶. Fenômeno que ocorre em toda a região metropolitana e em outras partes do Estado, e tem sua origem no fato de que

No desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da super-exploração da força-de-trabalho no campo, que conduz à migração rural-urbana; do empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto e do preço da terra urbana que conduz à necessidade de sucessivos deslocamentos no espaço urbano até a invasão de áreas. A favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela da classe trabalhadora. (RODRIGUES e SEABRA; 1986: 34)

Ocorre que, com o sucateamento cada vez maior dos salários, surge parcela da classe trabalhadora que não consegue mais ascender à propriedade da terra, ainda que fosse através de financiamentos da casa própria. Então, a opção possível foi obter uma parcela do solo urbano através da ocupação de terrenos públicos, em sua maioria, e da autoconstrução de barracos. Assim, essa população foi ocupando as áreas de uso público que o Banco A.E. Carvalho havia destinado, por imposição da legislação vigente quando fez o loteamento da Cidade A.E. Carvalho. Essas áreas, que passaram a pertencer à municipalidade, não fizeram parte do loteamento porque tinham como característica principal a elevada inclinação e, por

⁴⁶ Segundo o Cadastro de Favelas da Cidade de São Paulo, há atualmente no distrito de Itaquera 14 favelas. Destas, 08 estão situadas dentro do perímetro da Cidade A.E. Carvalho. Ver: www.habisp.inf.br.

conseqüência, eram áreas de drenagem pluvial. Algumas tendo fluxo de água intermitente. Eram, por excelência, áreas de risco.

Conforme demonstrado na Tabela 4, num período de onze anos, entre 1975 a 1986, surgem mais de 1400 unidades habitacionais, distribuídas entre cinco favelas, todas construídas em madeira, num primeiro momento. A favela Cidade A.E. Carvalho, juntamente com as favelas Jacupeval e Goiti eram as mais populosas. Na década de 1990 formam-se mais três favelas, construídas em alvenaria, totalizando 1755 unidades habitacionais em situação de vulnerabilidade social.

As favelas tinham organizações e lideranças próprias, e praticamente não se articulavam com a SACAEC e com os moradores dos conjuntos do IPESP, que também criaram as suas associações de bairro. Porém, foram essas organizações que trouxeram o primeiro posto de saúde para a Cidade A.E. Carvalho, através do movimento popular pela saúde, que teve entre a sua liderança uma moradora da favela A.E. Carvalho.

Dessas favelas surgiu grande parte da mão-de-obra voltada para reforma de casas, e essa era a relação estabelecida entre os moradores da segunda geração e dos conjuntos do IPESP e os moradores das favelas.

A favela Goiti, através do PROVER – Programa de Urbanização e Verticalização de Favelas da Prefeitura de São Paulo, sofreu intervenção para implementação do projeto de urbanização a partir do ano de 1992. Algumas casas foram demolidas para alargamento de ruas e seis prédios foram construídos, do programa Cingapura, para atender tanto a população que perdeu a casa quanto grupos que vieram de outras favelas que também sofreram projetos de intervenção. Assim, no ano de 1996 foi inaugurado conjunto habitacional Goiti, com 379 unidades

habitacionais. Os prédios foram construídos no local onde havia a pedreira que foi explorada pelo Banco A.E. Carvalho, na gleba 3⁴⁷.

Tabela 4 - Favelas e Núcleos Urbanizados nas glebas da Cidade A.E. Carvalho, 2008.

Nome	Gleba	Ano Ocupação	Propriedade	UHs	Categoria/ Situação	Renda Média (R\$)	Área (m²)
Caititu	5	1975	Municipal	130	Favela/ Irregular	645,44	10.089,88
Jd. Guarany II	6	1976	Municipal	272	Favela/ Prefeitura	211,55	16.794,716
Goiti	3	1977	Municipal	330	Favela/ Urbanização	-	-
Cidade A.E. Carvalho	3	1979	Particular e Municipal	520	Favela/ Irregular	490,78	29.930,176
Cambaxirra	1	1980	Municipal	4	Favela/ Irregular	2.301,01	515,745
Jacupeval	5	1986	Municipal	480	Favela/ Irregular	354,88	35.077,185
André Cavalcante	4	1990	Municipal e Estadual	110	Favela/ Irregular	250,31	6.020,053
Edmundo de Paula Coelho	5	1996	Municipal	200	Favela/ Irregular	290,99	8.006,533

Fonte: PMSP. HABI. www.habisp.inf.br. Acesso em 17-05-08. Elaborado por Débora R. Aversan, 2008.

Para a favela Cidade A.E. Carvalho, que além de estar sobre uma área de topografia elevada, com drenagem pluvial, tem no seu subsolo dutos da Petrobrás, houve um projeto de intervenção que previa a remoção de todas as unidades habitacionais. Esse projeto também fazia parte dos projetos PROVER e Cingapura, e encaminhava as famílias para o conjunto habitacional São Francisco, localizado no Parque São Rafael, região que fica entre Sapopemba e São Matheus, na divisa do município de São Paulo com o município de Mauá, há mais de 10 km de distância, sentido Sudeste. Na época era um lugar desprovido dos equipamentos urbanos e da quantidade de meios de transporte que essa população dispunha na Cidade A.E.

⁴⁷ Ver: Planta de Divisão do sítio de Itaquera e Artur Alvim, Anexo I.

Carvalho. Obviamente, poucas foram as famílias que aceitaram a proposta de mudança. Destarte, a prefeitura abandonou o projeto de urbanização e, tempos depois, novos barracos somaram-se à favela.

Tabela 5 - Conjuntos Habitacionais da Prefeitura, construídos nas glebas da Cidade A.E. Carvalho.

Nome	Gleba	Ano Ocupação	Imóveis	Categoria-Situação
Goiti	3	1977	379	Urbanização total C.H. Cingapura COHAB

Fonte: PMSP. HABI. www.habisp.inf.br. Acesso em 17-05-08 e SHDU - Superintendência de Habitação Popular. Divisão Téc. de Planejamento – HABI 1. Ficha cadastral completa: cadastro de favelas da Cidade de São Paulo: favela nº 1674. Elaborado por Débora R. Aversan, 2008.

Além das ocupações supracitadas, como se pode notar na Tabela 6, surgiram nas décadas de 1970 e 1980 outros dois loteamentos: o Guarany e o “Sem Nome”. O loteamento Guarany ocupou parte da gleba 6, que não recebeu projeto de loteamento do Banco A.E. Carvalho. Então, as terras foram partilhadas em unidades bem menores do que se tem nas demais glebas. Conseqüentemente, há no loteamento Guarany 551 unidades habitacionais a mais do que o segundo maior loteamento, realizado também no ano de 1984, que são os prédios do conjunto Alamandas, construídos pelo IPESP. Note-se que a concentração de prédios de cinco andares, com quatro apartamentos por andar, não adensou em termos de unidades familiares tanto quanto o Guarany, onde há somente casas.

A pesada mancha urbana, com “*uma sucessão infindável de bloco e laje, bloco e laje, bloco e laje*” (SEABRA, 2004: 274) é notoriamente a marca que essa população, tendo como respaldo o próprio Estado, pode imprimir na Cidade A.E. Carvalho, vivendo um fragmento do urbano, que é o pequeno espaço da casa, e transpondo-o para o espaço da metrópole através dos meios de circulação e dos seus postos de trabalho, quando os têm.

Tabela 6 - Loteamentos nas glebas da Cidade A.E. Carvalho.

Nome	Gleba	Ano Implantação	Lotes	Imóveis	Renda Média (R\$)
A.E.Carvalho – IPESP	6	1984	299	3.969	296,91
A.E. Carvalho	5	1986	-	1601	568,14
A.E. Carvalho	4	-	-	1835	589,33
Cidade A.E. Carvalho	1, 2, 3	1955	4260	3208	220,42
Guarany	6	1984	-	4520	310,35
Sem nome		1970	-	29	804,05

Fonte: PMSP. HABI. www.habisp.if.br. Acesso em 17-05-08.

Elaborado por Débora R. Aversan, 2008.

2.3.3 Movimentos de moradia e as “Casinhas do Quércia”

Na década 1980, intensifica-se na Zona Leste de São Paulo a ação dos movimentos de moradia ocupando lugares ociosos, fazendo valer o uso social da terra. Nesse contexto, o primeiro movimento a requerer o uso de áreas ociosas na Cidade A.E. Carvalho foi o Movimento dos Sem Terra de Ermelino Matarazzo, liderado por Dona Socorro – figuras 19 e 20. Este grupo era composto por moradores de favelas e/ou de casas de aluguel das regiões de Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista e Jardim Robrú. A liderança do movimento organizava passeatas com alto-falante, chamando a população carente para agregar-se ao grupo. Porém, a forma mais eficiente de divulgação que o movimento pode contar foi a divulgação *boca-a-boca*. O que se divulgava era a construção de casas na Cidade A.E. Carvalho. *“Eles ficavam sabendo, ‘olha, você ta pagando aluguel? Estão fazendo uma inscrição lá pra umas casas’. Então a gente ia”*⁴⁸.

⁴⁸ Depoimento do Sr. José Araújo, morador do conjunto habitacional Águia de Haia I. São Paulo, 2008.

Os interessados deveriam cadastrar-se e freqüentar semanalmente, aos domingos, as reuniões do grupo. Nessas reuniões, a liderança comunicava os integrantes sobre a situação das negociações com o poder público e convocava-os, quando preciso, para uma carreata. Foi numa dessas ocasiões que o prefeito em exercício, Jânio Quadros, repeliu os manifestantes jogando sobre eles água de esgoto.

Figura 19 – Movimento dos Sem Terra de Ermelino Matarazzo.
Acervo (particular) Sidney Paixão. São Paulo, s/d.

O grupo de Dona Socorro continuou a pressionar os governos municipal e estadual para obter o direito de morar nas terras ociosas da Cidade A.E. Carvalho. Quando o governo finalmente reconheceu a legitimidade do grupo, determinou que as casas populares fossem construídas na região da Encosta Norte, no extremo Zona Leste, onde a cidade faz divisa com Ferraz de Vasconcellos, ou seja, aproximadamente 10km a Leste mais distante do que a região pretendida pelo grupo. O argumento oficial era que a área de Cidade A.E. Carvalho tinha um valor imobiliário elevado, e que a construção das casas faria com que essa área perdesse

o seu valor. Havia um boato de que na Cidade A.E. Carvalho seria construída uma unidade da Universidade de São Paulo – USP.

Foi descoberto o seguinte, na visão deles, que os sem-teto não mereciam esta área. Para eles, na época, essa área era quase que uma área nobre. Foi quando nós fomos ao palácio do governo. Porque foi quando a liderança do movimento passaram pra gente, “Nós vamos perder aquela área. Ou vocês vão para luta ou vão perder. Porque agora descobrimos que a área lá é considerada pelo governo como área nobre. Nós vamos todos pra Encosta Norte”. Que é depois do Itaim. Pra você vê, a gente ia ficar próximo de uma infra-estrutura bem melhor, e ia ser jogado no Itaim! Foi quando nós fomos pra luta. Valeu a pena. Porque com certeza aqui seria talvez o que eles queriam, um outro empreendimento de mais valor.⁴⁹

A descoberta de que a área tinha uma boa qualificação imobiliária, fez com que outros grupos de moradia também a requeressem. Então o grupo de Dona Socorro começou a organizar acampamentos para garantir o terreno não permitindo que nem a Prefeitura e nem os outros movimentos de moradia pudessem tomá-lo. As famílias montavam barracas e chegavam ficar uma semana inteira acampadas. As mulheres e crianças tinham maior presença durante o dia. Os homens costumavam chegar à noite, depois do trabalho. Mesmo em meio a esta estratégia de luta, pairava a dúvida sobre o grupo *“será que essa área vai ser nossa ou não? E a liderança pressionava dizendo que quem não participasse não teria direito à casa”*⁵⁰.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

Figura 20 - Grupo do Movimento sem Terra, liderado por D. Socorro. Acervo (particular) Sidnei Paixão. São Paulo, s/d.

Dessa forma, depois de várias manifestações e alguns acordos, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano ficou encarregada de construir os conjuntos habitacionais na Cid. A.E.Carvalho, num total de sete conjuntos de casas populares, conforme Tabela 7:

Tabela 7 - Conjuntos Habitacionais construídos pelo CDHU nas glebas da Cidade A.E. Carvalho e proximidades, até o ano de 1995.

Nome	Gleba	Modalidade	UHs	Data da Entrega
Águia de Haia I	5	EG	575	31/03/1988
Águia de Haia II	5	EG	625	31/03/1988
A.E. Carvalho	6	EG	740	31/03/1988
Jardim São Carlos I		EG	179	12/11/1988
Jardim São Carlos I		EG	111	30/05/1989
Jardim São Carlos I		EG	351	30/06/1989
Jardim São Carlos II		EG	777	29/09/1989

Fonte: PMSP. HABI.

<http://www.habitacao.sp.gov.br/aplicacoes/internauta/perfil/producao/MunicipioView.asp>. Acesso em 17-05-08. Elaborado por Débora R. Aversan, 2008.

Como nota-se nas figuras 21 a 25, o conjunto foi entregue com infra-estrutura bastante precária. Todos os projetos foram contratados através da modalidade EG – empreitada por preço global, segundo as diretrizes da Lei Federal 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Segundo a referida lei, “*empreitada por preço global [é] quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total*”. (Seção II, Artigo 6º, Parágrafo 8º). Isso quer dizer que não faz parte das obrigações da empreiteira contratar prover a obra com infra-estrutura de circulação, iluminação pública etc. Essa infra-estrutura poderia ter sido garantida se o poder público optasse pela empreitada integral, que é

(...) quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada (...). (Lei 8.666/93, Seção II, Artigo 6º, Parágrafo 8º).

Mas essa não foi a escolha, se assim podemos dizer, do poder público. Destarte, as casas foram entregues sem nenhum acabamento; entre uma casa e outra não havia limites; os quintais, com os seus varais de roupas, eram os espaços de todos, e de ninguém ao mesmo tempo. No início era muito comum que os moradores confundissem a sua própria casa, entrando na casa do vizinho. Da mesma forma que ocorrera há 30 anos com a segunda geração, quando chovia os moradores tinham que carregar um sapato a mais na bolsa, pois as ruas tornavam-se lamacentas; ou, cobriam os pés calçando uma sacola plástica até chegarem à Avenida Águia de Haia.

Aí naquela semana mesmo [semana em que houve o sorteio das casas para as pessoas cadastradas no movimento], nós íamos visitar o conjunto “Vamos lá vê como que é minha casa”. Inclusive era um padrão tão igual que tinha companheiro que entrava na casa de outro. Teve até a história de um amigo meu, ele entrou aqui na rua oito, ele mora na rua nove, na casa

de outra pessoa. E ele chegando do trabalho, tinha tomado umas pingas, ele nem conhecia a pessoa, a mulher tava no fogão, fazendo o rango, e ele disse “como que é, isso vai ou não vai? E a mulher olha pra trás, vê esse rapaz, saiu gritando. A sorte que outras pessoas, “não, ele mora na outra rua...” entendeu. Aqui na casa do Sr. José, um cara tomou umas pingas, onze horas da noite batendo na porta do homem: “se não abrir eu derrubo a porta”. Achando que era a casa dele. Seu José abriu a porta “o quê!” Ele foi embora. Porque eram muito igual as casas. Não tinha muro. Era um padrão só. A diferença era a casa de corredor. Então as pessoas que pegavam casa de corredor tinha essa diferença. Só que mesmo assim, eles não tinham guardado a rua, porque não tinha nome em poste, não tinha nada. Era rua 31, 32, era por número. Então, se a pessoa não guardasse o número da rua, ela acabava entrando em outra rua.

Aí, quando a gente saía de manhã pra trabalhar, que era um barro danado, saía usando uma sacolinha no pé. Só via os montes de sacola, lá em cima na avenida. Era legal assim também na época. Mas era muito sofrimento.⁵¹

A partir da conquista do objeto de luta, o movimento sem terra dispersou. D. Socorro então formou uma associação de moradores que passou a buscar melhorias para o conjunto: asfalto, iluminação pública, escolas; implantaram o projeto Circo Escola, que oferece atividades físicas e artísticas para a população local, sobretudo aos jovens. Atualmente, pode-se dizer que o conjunto está em situação estável, com a infra-estrutura básica construída.

Em resumo, essa população obteve tão somente o direito de habitar, *stricto sensu*. Aqui, surge com vigor o conceito de urbanização crítica, pois, de fato, não havia, dentro dessas condições, a possibilidade do urbano para todos (DAMIANI, 2005).

Mesmo nessas condições, havia uma relação de pertencimento e de confiabilidade entre essa população, de forma que um resguardava o espaço do outro.

No grupo só tinha gente trabalhadora, a gente podia confiar. Depois o pessoal foi vendendo a casa por preço muito barato. A pessoa que nunca tinha visto um dinheirinho na mão, vendia a casa e ia pro norte, sei lá. Só que as pessoas que começaram a entrar aqui, não eram pessoas que tinham feito uma luta.⁵²

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

Assim, tem-se que

O sentido da constituição do lugar é essencialmente coletivo; para Roncayolo é definido pela forte ligação com um local particular, é uma relação entre os homens derivada da prática e constituindo uma referência para os indivíduos. Assim, os lugares enquanto áreas definidas da metrópole, podem ser analisados enquanto espaço material onde se inscrevem os atos de gerações e onde o processo de apropriação aparece como condição necessária à vida que se realiza no e através do uso. Mas o uso não é um simples ato de consumo, ele coloca acento sobre as relações entre as pessoas com o espaço no plano do imediato, no nível das relações de vizinhança, na construção de uma identidade concreta. (CARLOS, 1996: 69).

O valor de troca sobreposto ao valor de uso, mesmo para a população que não tinha como obter a casa própria não fosse pela via do movimento de moradia, fez que com em um curto período de tempo – menos de vinte anos – a referência surgida através da relação estabelecida entre o lugar e a população que fez parte do movimento se desintegrasse. Para os primeiros moradores, o espaço foi apropriado através do uso. Mas, os signos erigidos no início da ocupação das casas não foram apreendidos pelas pessoas que chegaram depois. Assim, não houve a possibilidade de formar uma segunda geração que os assegurassem.

Figura 21 – Conjunto Habitacional A.E. Carvalho – CDHU, localizado na gleba 6.
Acervo: Subprefeitura de Itaquera, São Paulo, S/d.

Figura 22 - Conjunto Habitacional Água de Haia - CDHU, localizado na Gleba 5.
Acervo: Subprefeitura de Itaquera, São Paulo, s/d.

Figura 23 - Primeiros moradores do Conjunto Águia de Haia - CDHU. Ao fundo, conjunto Esmeraldas, do IPESP. Note-se a ausência de limites entre uma casa e outra. Acervo: Subprefeitura de Itaquera, São Paulo, s/d.

Figura 24 - Famílias chegando de mudança no Conjunto Águia de Haia I através da Rua Terra Brasileira – sem asfalto. Acervo: Subprefeitura de Itaquera, São Paulo, s/d.

Figura 25 - Família reunida na sala de sua nova casa.
Acervo: Subprefeitura de Itaquera, São Paulo, s/d.

2.4 Quarta geração de moradores – Jardim Vila Nova

Após um intenso processo de construção de conjuntos habitacionais (Ver Tabela 3), o IPESP interrompe a produção de moradias nas glebas da Cidade A.E. Carvalho. As áreas que pertenciam a este instituto ficaram abandonadas por um período de aproximadamente 10 anos. Ocorre que nesse período os movimentos de moradia da Zona Leste começam a investir nas terras ociosas, nas regiões de Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Itaquera, entre outras. Não tardou para que iniciassem a ocupação nas glebas do IPESP. Fenômeno que começou no ano de 1994 *“clandestinamente num processo lento e gradual por algumas famílias [que] se mantinham quase isoladas umas das outras”* (Souza, 2003:154).

Assim germinou o Jardim Vila Nova, a quarta geração de moradores que se desenvolveu na Cidade A.E. Carvalho, a partir de um foco de ocupação que teve início em 1994 nas glebas 4, 5 e 6 e que, dois anos mais tarde, se expande de vez, ocupando toda a área livre que restava.

De acordo com as tabelas apresentadas, houve outras ocupações nesta década. Porém, destacamos a ocupação do Jardim Vila Nova como uma nova geração por três motivos:

a) Origem da área ocupada. Todas as favelas e ocupações da Cidade A.E. Carvalho estão assentadas em áreas de domínio da municipalidade. Já as glebas que foram ocupadas pela população que deu origem ao Jardim Vila Nova não pertenciam ao município. Eram terras ociosas do IPESP, que enquanto autarquia ligada à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, tinha a possibilidade de negociar no mercado de terras. Portanto, pode-se considerar que as terras eram de propriedade privada. Outro aspecto que deve ser considerado é em relação à qualidade das terras. Como dissemos anteriormente, toda a área que fosse considerada de risco e portanto inviável ao loteamento do Banco, fora transmitida para o domínio da municipalidade, razão que explica a existência das favelas nessas áreas. As terras ociosas do IPESP já haviam recebido as benfeitorias necessárias – terraplanagem e instalação de redes de iluminação pública e de água – à construção de novos conjuntos habitacionais, fato que constitui-se em atrativo e facilitador para a instalação das casas.

b) Dimensão da área ocupada e conseqüente adensamento de unidades habitacionais. Os lotes deixados pelo IPESP, sobretudo na gleba 6, eram extensos, pois previa-se a construção de prédios com estacionamentos. Especulava-se também, desde a época em que foram construídos os conjuntos do CDHU, que na gleba 6 seria construída uma unidade da USP. Então é nessa área, grande e “valorizada”, que os grileiros urbanos, já presentes no primeiro foco de ocupação, iniciam um processo intenso de parcelamento do solo. Assim, a partir das avenidas existentes – Alamandas e Caititu – esses grileiros,

(...) [abriram ruas e venderam] os terrenos para outras pessoas que pagavam um pequeno valor, compatível com a renda das famílias pobres (...). A facilidade de comprar um lote em condição irregular e a baixo custo dos grileiros que vendiam as terras do IPESP atraiu familiares daqueles que já moravam ali irregularmente; portanto, a ocupação se deu irregularmente de duas maneiras, uma mais lenta e gradual, por parte das famílias que adquiriam os lotes dos grileiros ou simplesmente ocupavam um lote, e a segunda alternativa foi a partir das associações e movimentos populares organizados, como a entidade de Dona Dagmar, da Vila Curuçá, na Zona Leste. Segundo alguns ocupantes, há hipótese de que o ex-prefeito Paulo Maluf tenha orientado o grupo de Dona Dagmar nessa ocupação” (Souza, 2003: 155).

Segundo a Associação dos Moradores do Jardim Vila Nova, estimava-se que no ano de 2004 existiam 6.000 unidades familiares, e mais de 30.000 moradores.

c) Atuação dos moradores juntos às associações de bairro e sua inserção na comunidade da capela Nossa Senhora. Diferentemente dos moradores e das associações dos conjuntos habitacionais do CDHU e das favelas, os moradores do Jardim Vila apropriaram-se da Cidade A.E. Carvalho. Através de sua associação, articularam-se com outros movimentos de moradia para que conquistassem a legitimidade do uso da terra. Além disso, muitos moradores começaram a freqüentar a capela de Nossa Senhora. Nessa igreja, criaram a tradição de anualmente celebrar a missa dos negros, com o apoio da Pastoral Afro, e a missa sertaneja, além de “engrossarem” as procissões. Também utilizam o seu espaço para desenvolver o projeto MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.

O processo de ocupação do Jardim Vila Nova foi marcado por momentos de forte conflito com o dono das terras, o IPESP. O primeiro conflito ocorreu no ano de 1995, quando havia uma centena de casas. Através de um mandato de reintegração de posse e com a presença da polícia militar, o IPESP colocou tratores para destruírem as casas e retirar os ocupantes⁵³. A população reagiu, posicionando-se na frente das máquinas. Sem êxito no processo de reintegração de posse, através

⁵³ VER: Anexo II: Matéria de jornal com data de 01/12/1995.

do CDHU, que é um órgão que lida legalmente com a habitação popular, ofereceu às famílias uma carta de crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – referência para no ano de 1994 – para que desocupassem o terreno. Algumas famílias aceitaram o pagamento, e foram embora. Outras não aceitaram. E um terceiro grupo recebeu o pagamento e permaneceu em suas casas. Logo se espalhou a notícia de que o IPESP estava pagando para as famílias ocupantes das terras da Cidade A.E. Carvalho, e isso foi o estopim para que finalmente deflagrasse a ocupação total. Não havendo a menor possibilidade de esses órgãos lidarem com a demanda de ocupantes, a ocupação, por um curto período, aconteceu à revelia do poder público.

No ano de 1997, com um novo mandato de reintegração de posse, o IPESP emitiu uma ordem de despejo para as milhares famílias que agora integravam o Jardim Vila Nova. Mais uma vez, os moradores se organizaram e reivindicaram o direito legal de morar. Eles propuseram ao CDHU a compra dos seus lotes. Segundo matéria do jornal Diário Popular, datada de 24/03/1997⁵⁴, havia um clima de instabilidade entre os manifestantes:

Os moradores têm medo que as negociações falhem principalmente porque a região está sendo valorizada em termos comerciais. Quando os primeiros ocupantes chegaram lá, o local era abandonado e muitas vezes serviu como depósito de corpos e carros roubados. Hoje, além do metrô próximo, a região é cercada por comércio, escolas e até shopping center.

Após diversas reivindicações, no ano de 1998, por meio de decreto do governador Mário Covas, a ocupação foi reconhecida como legítima e recebeu o nome de Jardim Vila Nova. A partir de então, iniciou-se um novo processo de lutas, agora para reivindicar a ligação de água, esgoto e energia elétrica nas casas, para a legalização dos lotes e obtenção do termo de posse da terra.

⁵⁴ VER: Anexo II.

Houve também uma problemática que o movimento travou junto à subprefeitura de Itaquera para a derrubada de um muro. Ocorre que, moradores do conjunto Pérolas, do IPESP, que fica em frente à ocupação, numa atitude vexatória, construíram um muro em toda a extensão da rua que fazia divisa entre ambos, fechando inclusive a entrada de algumas casas do Jardim Vila Nova. Na verdade, aqueles moradores acreditavam que a ocupação desvalorizaria o seu espaço, tanto do ponto de vista mercadológico quanto “moral”, e conseguiram, dessa forma, a anuência da subprefeitura.

Notoriamente, há um conflito de interesses que revela que não existe homogeneidade na produção do espaço mesmo nas menores escalas, quando se têm diversos atores. Cada ator criará o seu espaço específico. E a configuração deste espaço revelará as diferenças, as hierarquias sociais que estão postas em nossa sociedade. Segundo Carlos (1996), dessa relação entre hierarquia social e produção do espaço, surgem os *guetos*. Assim, “*gueto é produto direto da relação entre morfologia social/hierarquia espacial, que segrega grupos e lugares enquanto consequência da fragmentação do tecido urbano e de suas formas de apropriação*”. (CARLOS, 1996: 70).

Duraram alguns meses até que os moradores do Jardim Vila Nova pudessem finalmente derrubar o muro.

Mapa 5 - Uso e Ocupação do Solo na Cidade A.E. Carvalho, 2008

Organização: Debora R. Aversan, 2008.

Fonte: Imagem de Satélite disponível no programa [on line] Google Earth, 2008.

2.5 Modernização e valorização da Cidade A.E. Carvalho – o Metrô chega ao bairro

A forma como se desenvolve a cidade A.E. Carvalho representa uma face da forma como a própria cidade se moderniza, e se metamorfoseia em metrópole, criando as suas extensas periferias.

Até a década de 1980, a paisagem da Cidade A.E. Carvalho era marcada pelos conjuntos habitacionais, pelas favelas e loteamentos, e apesar da densidade populacional, tinha a aparência de estagnação, produto inegável do seu caráter de bairro dormitório. A chegada do metrô não altera essa aparência, e nem tão pouco

suscita o surgimento de uma nova geração de moradores, como havíamos afirmado em pesquisa anterior⁵⁵. No entanto, trás uma mudança significativa no conteúdo da Cidade A.E. Carvalho, tanto do ponto de vista imobiliário quanto na relação entre os seus moradores. A Cidade A.E. Carvalho deixa de ser um local de passagem e passa a ser um local de interesse público e privado.

A estação terminal Corinthians-Itaquera do Metropolitano de São Paulo foi inaugurada em 01/10/1988. O projeto é da década de 1960 e foi pensado de forma a articular a estação ao futuro estádio de futebol do Sport Clube Corinthians Paulista, que seria construído em terreno que a Prefeitura de São Paulo doou a este clube na mesma época. O estádio não foi construído, mas no terreno há o Centro de Treinamento do Corinthians. No entanto, o Metrô manteve o projeto inicial da estação e construiu sobre a Avenida Radial Leste, que também foi ampliada no contexto desta obra, uma passarela de mais de 100 metros que dá acesso a lugar nenhum.

⁵⁵ VER: AVERSAN, Debora R. O lugar da Cidade A. E. Carvalho na metrópole paulista. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Depto. Geografia, FFLCH-USP. São Paulo, 2004.

Mapa 6 - Equipamentos de uso público na Cidade A.E. Carvalho.

- Terminal de ônibus A.E. Carvalho
- CEU Azul da Cor do Mar
- Escolas Ensino Básico (Municipal / Estadual)
- Campo de futebol
- Circo Escola (1) / Obra Social Dom Bosco (2)
- Shopping Artur Alvim (1) / Shopping Metro Itaquera (2)
- Poupatempo Itaquera
- Estação Artur Alvim – Metrô (2) / Estação Itaquera – Metrô / CPTM (1)
- Delegacia A.E. Carvalho
- UBS A.E. Carvalho
- SESI A.E. Carvalho
- Sociedade Amigos da Cidade A.E. Carvalho
- Igreja Cristo Ressuscitado (1) / Capela Nossa Senhora (2)
- FATEC Zona Leste

Organização: Debora R. Aversan, 2008.

Fonte: Imagem de Satélite disponível no programa [on line] Google Earth, 2008.

De toda forma, através do complexo da estação terminal, o Estado criou um arcabouço técnico, uma mancha que se destaca na densa mancha urbana da Subprefeitura de Itaquera, perdendo somente para área do Parque do Carmo e que ao mesmo tempo constitui-se em um paradoxo em relação à paisagem da Cidade A.E. Carvalho, marcada pela autoconstrução, pelos conjuntos habitacionais e, conseqüentemente, pelo elevado parcelamento do solo

O metrô trouxe em seu bojo mudanças que marcariam profundamente a Cidade A.E. Carvalho e toda a região de Itaquera. Com ele, seguiu-se a construção da estação de trem da CPTM, com uma nova linha com destino a Guaianazes, que seguiu um traçado a partir de Artur Alvim paralelo ao da linha do metrô, diferentemente da linha da Central do Brasil, que foi desativada. Em seguida, sobre essa mesma linha seguiu-se um novo projeto: a construção da Nova Radial Leste, que ligaria a marginal Tietê à Avenida Jacú-Pessego, e mais, chegando até o centro de Guaianazes. Para a implantação da Nova Radial Leste, todas as estações de trem da Central do Brasil, a partir de Itaquera, foram demolidas, assim como parte dos núcleos urbanos mais antigos, que ficavam no entorno dessas estações. No caso da estação de trens de Itaquera, esta era um dos prédios mais antigos, tendo completado, no ano em que foi demolida – 2004 – 130 anos. Itaquera está sofrendo um intenso processo de especulação imobiliária, e alguns moradores já venderam as suas casas para o setor comercial

No mesmo complexo do metrô e da estação de trem, foi inaugurado o Poupatempo Itaquera e mais recentemente, o Shopping Metro Itaquera. A Cidade A.E. Carvalho está, agora, sofrendo também intenso processo de especulação imobiliária. Um imóvel de 100 m² pode ser comprado ao um preço superior a R\$ 100.000,00, principalmente aqueles que se encontram nas glebas 1, 2 e 3.

Podemos dizer que o Estado pesa sobre a sociedade planificando-a racionalmente com a contribuição do conhecimento e das técnicas através de planos e programas. Nesse contexto ao mesmo tempo que produto social e meio o espaço é também instrumento da ação – meio de controle, logo, de dominação e de poder, que produz uma hierarquia dos lugares centrado no processo de acumulação que produz a centralização do poder.

Antes da inauguração do metrô Itaquera, havia um terminal de ônibus na estação Tatuapé, que atendia várias linhas da periferia da Zona Leste. Com as novas estações do metrô, a maior parte das linhas de ônibus desloca-se para Itaquera e Artur Alvim.

A estação de Itaquera foi construída em plataforma elevada, com um terminal de ônibus na parte inferior, que passou a receber as linhas de ônibus das regiões de Guaianases, Cidade Tiradentes, Conj. José Bonifácio, Camargo Velho, Fazenda do Carmo, Gleba do Pêssego, São Matheus, entre outras linhas que surgiram com a criação de outros conjuntos habitacionais da COHAB, expandindo ainda mais a periferia da cidade, como Cidade Tiradentes, Castro Alves, Barro Branco, Etelvina, etc., concentrando dessa forma mais de 30 linhas de ônibus.

A estação de Artur Alvim é destino final de linhas que saem da região de São Miguel, Itaim Paulista e Jardim Robrú. Estando entre ambas as estações, a Cidade A.E. Carvalho tem seu fluxo de transporte e de circulação ampliado sensivelmente, e, acredita-se que esteja em vias de tornar-se uma centralidade em relação aos bairros mais periféricos, dada a qualidade dos equipamentos urbanos que foram construídos na presente década.

Do ponto de vista dos moradores da segunda geração, a Cidade A.E. Carvalho finalmente recebeu a atenção do poder público, e agora pode ser reconhecida como um bairro nobre. Esse sentimento é revelado na poesia *A.E. Carvalho, meu canto*, feita por um morador.

A.E. Carvalho, meu canto

A.E. Carvalho, meu canto,
Meu recanto,
Meu encanto.

Noite calma, escuridão,
Candeeiro ou lamparina
Numa e noutra habitação.
Casas esparsas, pequenas,
Plantadas em barro e silencia,
Em poeira e solidão,
Parte delas construção,
Argamassa de argila ordinária,
Paredes crescendo de massa
do chão.
Então, era aqui tudo, tudo,
Tal qual em um mar da Lua,
Quietude e desolação.

Dia a dia,
O suor e o sangue
Do homem cansado, enxágüe,
Juntos com magra argamassa
Vão compondo moradias,
Aqui na periferia
Pobre e de beleza escassa.
A beleza surgiria
Com a nossa vasta tristeza
E a diminuta alegria
(o pranto e o acalanto),
Meu recanto,
Meu encanto

Tempo agitado
Céu brumado
Derramando temporal
(Logo haverá lamaçal)
Explodem relâmpagos,
Ribombam trovões,
Por entre o uivar do vento
E o vergastar do tormento,
Gritos de dor, de aflição:
Árvores, paredes, casas,
Destroçadas sobre o chão.

Por muito tempo
Esta guerra.
Com a água e o pó da terra,
Fez um barro lamacento,
Vermelho, forte, sangrento,
Como nosso sofrimento.

E eis que o bairro surgiu
Devagar... numa canseira,
Mas o governo não viu,
E por quase dez janeiros
Não percebeu nem sentiu.
E o bairro não sucumbiu.
Surgiu do barro, da poeira.
E foi-se unindo sua gente
Sofredora, paciente,
E a multidão sacudiu
A governança soneira,
Tal se balança a roseira.

E, ainda com as mãos feridas,
Sangrando a golpes de
espinho,
Algo então se construiu.
(O Metro está a caminho!)
Saiu-se da pasmaceira.
Germinou, brotou, floriu.
Fecundou, nasceu, cresceu,
Como a grama, a bananeira,
Por nossa necessidade,
Um bairro feito cidade.
Porém, que queira ou não
queira,
Por esta necessidade,
A nossa comunidade
Está balançando a roseira!
Balança, gente, balança,
Balança a grande roseira,
Com amor e confiança,
Com a força da esperança!

Já desponta nova aurora
De o sofrimento ir-se embora
Dando lugar, primazia,
Ao amor, à alegria.
Isto que esperamos tanto,
Muito em breve, no entanto,
Já não será fantasia,
A.E. Carvalho, meu canto,
meu recanto,
meu encanto.

Setembro de 1981
Cap. PM Camerino Pereira de
Oliveira

Figura 26 - Vista panorâmica da porção Sul da Cidade A.E. Carvalho.
No centro da foto, pode-se ver a estação Corinthians Itaquera, do Metrô. Dos lados esquerdo e direito, trecho da Av. Radial Leste. Ao fundo, intensa ocupação de uso residencial e comercial. Foto: Debora R. Aversan, 2004.

3 Modernização e crise da sociedade produtora de mercadorias: como fica a produção do *lugar*?

No âmbito da Geografia é notoriamente reconhecido o fato de que o espaço é produto da forma como se desenvolvem e se realizam os grupos sociais, ao mesmo tempo em que também é condição para o movimento da sociedade (SANTOS, 2005), ou seja, não é um atributo passivo. Como já apontamos no Capítulo 1 – *Modernização – Metrópole e Lugar*, em que abordamos especificamente a produção do espaço, de acordo com os períodos históricos cada sociedade irá produzir um espaço que é o seu reflexo e que ao mesmo tempo induz a sua forma de reprodução. Santos (2005), retomando a noção de *formação econômico social*, elaborada por Marx e Engels, postula que este conceito elucida um tempo histórico e um espaço específicos, próprios da sociedade produtora de mercadorias.

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.

(...) Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço. (SANTOS, 2005: 28-29)

Nessa sociedade, no que tange ao aspecto visível do espaço produzido, há uma tendência à formação de espaços homogêneos, que ao mesmo tempo se realizam a partir da junção de fragmentos, que podem ser desde espaços de produção – industrial, agropecuário – até espaços “naturais” resguardados como áreas de preservação⁵⁶. A impressão que se tem é que nenhum ponto escapa à

⁵⁶ É notória a participação da indústria do turismo, atrelada à ação do Estado, na valorização de espaços que pareciam estar fora do circuito produtivo da sociedade. Sobre esse assunto, ver: NOFFS, Paulo da Silva. A disputa pela hegemonia do espaço na baía dos Castelhanos. Tese de Doutorado apresenta ao Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 2008.

supremacia desta formação social. Na escala da metrópole destaca-se o espaço urbano, como um espaço contínuo, homogêneo e racionalizado.

Assim, consideramos importante resgatar o conceito de *formação econômico social* porque a partir dele pudemos realizar uma leitura crítica das várias etapas de constituição da Cidade. A.E. Carvalho, que já era reflexo do processo de modernização que se ampliava pelo território da cidade de São Paulo, mas que revelou a sua aparência técnica a partir da instalação do metrô de Itaquera e Artur Alvim e anos mais tarde com a inauguração da FATEC e a formulação e aplicação de projetos de urbanização que vieram embutidos no Plano de Desenvolvimento da Zona Leste.

No capítulo precedente, delineamos o processo de ocupação e uso das sete glebas que pertenceram ao Banco A.E. Carvalho, nomeadas por ele de Cidade A.E. Carvalho, desde o período que antecedeu à sua presença, até a década atual, ou seja, uma trajetória histórica de mais de 70 anos. Este percurso nos possibilitou perceber como se constituiu um fragmento da periferia paulistana, fenômeno decorrente da expansão da cidade que se metamorfoseava em metrópole. Isto posto, nos permitiu reconhecer o processo de modernização da cidade, que deixava de ser uma centralidade local, uma referência para os bairros que a compunham, para tornar-se uma metrópole global⁵⁷, inserida nas redes e fluxos [mundiais] materiais e imateriais (SANTOS, 2005), um espaço que carrega a aparência da informalidade, apartado das relações do viver. Daí decorreram as problemáticas na produção do espaço, retidas através da leitura do objeto, que apresentaremos nas linhas seguintes.

⁵⁷ Ao abordar a temática do espaço da globalização, SANTOS (2005) oferece pelo menos oito características dos espaços globais firmados pela sociedade global. Ver: SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005, p. 147.

A primeira problemática diz respeito à própria formulação conceitual: o que é a Cidade A.E. Carvalho? *Lugar* ou *Bairro*? Quando da sua fundação, a Cidade A.E. Carvalho era considerada um bairro, no sentido estritamente administrativo, que ficava entre os bairros de Itaquera, Artur Alvim, Vila Ré e Ponte Rasa; a sua localização era assim percebida e definida tanto pela população local quanto pelos órgãos públicos.

Com a remodelação dos distritos paulistanos, a maior parcela do território da Cidade A.E. Carvalho ficou inserida no distrito de Itaquera, sendo que parcelas das glebas também se encontravam nos distritos de Artur Alvim (gleba 2) e Ponte Rasa (gleba 7). Portanto, do ponto de vista administrativo, a maior parte dos moradores passou a pertencer ao distrito de Itaquera.

Porém, os moradores mais antigos, principalmente aqueles oriundos da segunda geração, que criou a SACAEC, a Rádio Divulgadora, os times de futebol, que batalhou por melhorias urbanas, não reconhecem essa divisão administrativa, sentindo-se pertencentes à Cidade A.E. Carvalho (*bairro*). Veja-se como exemplo os ofícios que a diretoria da SACAEC tem encaminhado à prefeitura municipal com o objetivo de dotar equipamentos públicos com o nome da Cid. A.E. Carvalho.

Já os moradores da terceira e quarta gerações, não relacionam a sua existência a nenhum bairro. Em pesquisa de campo, perguntávamos às pessoas na rua onde elas moravam, e as respostas foram as mais variadas: no conjunto do Quércia, no CDHU, no Alamandas, nas casinhas, no Jardim Vila Nova, no Cingapura.

Isso demonstra que *conceitos* muitas vezes têm significado em termos relacionais. Mesmo quando utilizados com a intenção de marcar um espaço-tempo determinado, podem ser revisitados.

Não fizemos uso do conceito de *bairro* neste estudo porque o reconhecemos como uma categoria de uso possível apenas até meados do século XX, onde havia um contexto socioeconômico e cultural que permitia aos indivíduos um modo de vida de enraizamentos que firmavam características específicas a cada bairro, como bem demonstrou SEABRA (2004) a partir do conceito de *vida de bairro*, evidenciado através de extensa pesquisa sobre o bairro do Limão.

Contudo, como falar da Cidade A.E. Carvalho de forma a demonstrar os processos de enraizamento, de relações de vivência e de pertencimento, que são muito tênues, mas que existem? Os termos administrativos não comportariam tal incursão. Por isso lançamos mão do conceito de *lugar*, porque nos permitiria falar de um modo de vida percebido na Cidade A.E. Carvalho, através de algumas marcas na paisagem e da atuação de seus moradores.

Talvez, a diferença entre ambos – *bairro* e *lugar* – esteja no *tempo* de assimilação e construção do espaço, que comporta uma multiplicidade de trajetórias dos indivíduos (MASSEY, 2008), como também no próprio espaço de vivência. Isto posto, qual seria a escala espacial passível de vivência dentro do contexto metropolitano? O espaço da metrópole, da cidade, do distrito? Em nossa pesquisa percebemos que a dimensão e a informalidade de ambos inviabilizaria a sua apropriação. Assim, a partir das entrevistas realizadas, surgiu a proposição de que dentro do contexto metropolitano a escala mais próxima da vivência seria a da própria casa, às vezes se estendendo para as imediações, a vizinhança.

Em relação ao bairro, o tempo decorrido na sua constituição permitiu que fossem inscritos neste espaço características peculiares ao grupo que o compôs, através, inclusive, das gerações de parentesco que se formaram. A Cidade A.E. Carvalho se constituiu num momento em que a sociedade já era fundamentalmente

urbana. Assim, as pessoas que para lá se dirigiram eram, num primeiro momento, operários inseridos no ritmo da metrópole, de forma que somente aos finais de semana poderiam viver o *seu* espaço. Eles mal tiveram tempo de imprimir a sua marca no ambiente que ocupavam – e o fizeram através da igreja que construíram, através dos clubes de futebol, através da SACAEC e das suas próprias casas – quando em seguida, menos de 20 anos, receberam como vizinhos uma terceira geração de moradores, constituída por funcionários públicos e grupos de movimento sem terra, que formaram as áreas de favelas e os conjuntos de casas populares. Menos de 10 anos decorridos surge uma nova vizinhança, oriunda de movimentos de ocupação não dispostos a aguardar a ação do Estado para legitimar o seu acesso ao solo urbano, ocupando as áreas ociosas do IPESP, com intenso parcelamento do solo. Por isso, logo de início, não foram considerados “vizinhos bem vindos”, como demonstrado no episódio sobre a construção do muro que separava o conjunto Pérolas de parte do Jardim Vila Nova – segundo capítulo, item 2.4 – Quarta Geração de Moradores: conjunto Jardim Vila Nova.

Essas diferenciadas práticas no espaço colocam em questão a homogeneidade do espaço mesmo. As situações destacadas por meio do objeto de estudo revelaram que o cotidiano pode ser diferenciado, dentro de um grupo específico, de acordo com as suas práticas e anseios. Aqui está o acento sobre o *lugar*.

Tanto a região, quanto o lugar, são subespaços subordinados às mesmas leis gerais de evolução, onde o tempo empiricizado entra como condição de *possibilidade* e a entidade geográfica entra como condição de *oportunidade*. A cada temporalização prática corresponde uma espacialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos. (SANTOS, 2005: 159)

A segunda problemática diz respeito à mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977), que está na base do sistema produtor de mercadorias, que dita a direção

para onde irá a mão de obra, determinando fluxos e criando centralidades, fixando o trabalhador na cidade ou no campo de forma a atender às necessidades valorativas do capital.

Desde a sua fundação, em 1958, até recentemente, a Cidade A.E. Carvalho tem recebido migrantes oriundos de vários pontos, inclusive da própria Zona Leste da cidade de São Paulo. Conforme Mapa 08, que demonstra cartograficamente os processos de urbanização da cidade de São Paulo, com recorte para a Zona Leste, a região que compõe a Cidade A.E. Carvalho, ou parte dela, aparece dentro das “áreas de urbanização recente”, em todos os períodos apresentados, sendo que nos períodos de 1975-1985 e 1993-2002 ela foi responsável pelo crescimento populacional positivo do distrito de Itaquera.

De maneira geral, cada um dos períodos listados no Mapa 8 ratifica as gerações de moradores que apresentamos no capítulo 2. Assim sendo, qual ou quais os fatores que atraíram continuamente esses contingentes populacionais para a Cidade A.E. Carvalho? Partimos do pressuposto de que a junção de duas variáveis, aliadas à mobilidade do trabalho, foi o motor propulsor dessa atração interna: disponibilidade de terras ociosas, de propriedade pública e privada, e a proximidade com as estações de trem e de metrô.

A partir desse pressuposto e retendo as práticas sociais da segunda a quarta gerações de moradores, passamos a inferir que o capital mobiliza e fixa o trabalhador, mas não em “qualquer ponto”. Os sujeitos urbanos, ainda que mediados por relações fetichizadas, colocam em questão o papel do Estado no que diz respeito à produção e alocação de moradias, buscando locais em que possam reproduzir o seu cotidiano de forma menos precária, nas suas ponderações.

Segundo Damiani (1999),

Os esquemas de homogeneidade, fragmentação e hierarquização, que submetem o cotidiano, definem o lugar como equivalente a outros lugares; especializado cada um; diante de uma ordem hierárquica, em relação à plenitude da capitalização. (p. 168).

A população mais pobre também reconhece que há uma hierarquia dos lugares, definida através da variável valor, que se realiza no espaço através dos atributos que lhe são conferidos: melhor localização, melhor infra-estrutura urbana, melhor sistema de circulação e de transporte, etc. Assim, deseja igualmente, como qualquer outro grupo social, alcançar este espaço valorizado. E o fazem por meio do processo de favelização, ou de ocupação, ou de loteamentos clandestinos, enfim, pelas várias práticas verificadas no desenvolvimento da Cidade. A.E. Carvalho.

Na verdade, notou-se um duplo movimento: a partir da década de 1950, com a expansão geográfica das periferias urbanas para pontos cada vez mais distantes do centro da cidade, a população que acessava o solo urbano por meio de compra de casas populares o fazia em lugares mais distantes, em razão do preço. Então, não havia outra escolha, a periferia deveria ser desbravada. A partir da década de 1970, quando os terrenos intersticiais aos loteamentos passam a ser ocupados, há, em certa medida, a escolha entre lugares mais ou menos favoráveis à ocupação.

Daqui decorre a terceira problemática na produção do espaço: qual é a aparência do processo de modernização desigual quando observado apenas de um fragmento da metrópole? A partir de 2004, com os últimos investimentos públicos que ocorreram internamente e no entorno da Cidade A.E. Carvalho, os moradores especulam sobre uma provável desapropriação de casas na proximidade da Avenida Radial Leste, o que incluiria parte do conjunto de casas do IPESP e parte das favelas Goiti e A.E. Carvalho.

Técnicos da Subprefeitura de Itaquera não confirmam, tão pouco negam esta proposição. No entanto, se considerarmos a lógica de valorização do espaço,

atrelada a ela, *grosso modo*, há a espoliação urbana. Assim, a população mais pobre, principalmente os moradores da favela, teme não poder permanecer mais no bairro. Por ocasião da inauguração do Shopping Metrô-Itaquera, um grupo de moradores da favela A.E. Carvalho, que fica em frente ao shopping, elaborou um documento no qual o prefeito de São Paulo se comprometia a não realizar qualquer investimento urbano que implicasse na desapropriação das casas. Para esses moradores, a lógica de valorização estava definida.

Seria apropriado afirmar que na periferia o processo de modernização tardia se revele através dos projetos de revitalização dos espaços? Na verdade, o processo de modernização tardia, na condição de processo geral, é o motor que move a constituição, por exemplo, da metrópole paulista. Já os projetos de revitalização dos espaços, de ordem pública, têm como motor o Estado capitalista, que trabalha para manter a ordem de modernização alcançada ao mesmo tempo em que busca atingir os níveis de desenvolvimento dos países que já passaram por esta fase. Assim, pode-se inferir que a produção dos lugares permanecerá em situação fragilizada em função da situação estrutural na qual se desenvolve o país.

Mapa 8 - Urbanização da Cidade de São Paulo, com destaque para a Zona Leste e Glebas do Banco A.E. Carvalho, 1950 a 2002.

Urbanização no período de 1950/1962
Ocupação das Glebas 1 e 2 – 2ª Geração de Moradores

Urbanização no período de 1963/1974
Ocupação da Gleba 3 – 2ª Geração de Moradores

Urbanização no período de 1975/1985
Ocupação das Glebas 4, 5, 6 e 7 – 3ª Geração de Moradores
Conjuntos do IPESP e favelas

Urbanização no período de 1986/1992
Ocupação das Glebas 4 e 6 – 3ª Geração de Moradores
Loteamentos clandestinos e favelas

Urbanização no período de 1993/2002
Consolidação da ocupação na Gleba 6 – 4ª Geração de Moradores
Jardim Vila Nova

Urbanização no Período correspondente
Limite das Glebas do Banco A.E. Carvalho

Fonte: SEMPLA/DIPRO. Mapas de Urbanização. [on line]. Disponível em <http://www.sempla.prefeitura.sp.gov.br/histórico>. Acesso em: 26/05/2008
Organização: Debora Regina Aversan, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o trabalho, procuramos estabelecer um diálogo em torno do conceito de *lugar*, às vezes em termos empíricos, através da Cidade A.E. Carvalho, às vezes em termos teóricos, através das concepções acerca deste conceito. A partir deste caminho adotado, pudemos inferir as seguintes considerações:

1) Reconhecemos que a Cidade A.E. Carvalho não tenha germinado como um bairro, em termos conceituais, por razões que apresentamos nos capítulos 2 e 3, das quais se destaca o fato de ter surgido como um empreendimento imobiliário do Banco A.E. Carvalho. Porém, o fato de ter-se constituído em região distante do centro da cidade de São Paulo, e dessa forma ter permanecido por um bom tempo à revelia do poder público, fez com que os moradores da 2ª geração estabelecessem ali relações de vivência muito próximas da *vida de bairro*, contrapondo-se, de certa forma, ao cotidiano urbano.

Conforme consta na poesia *A.E. Carvalho, meu canto*, o bairro “*surgiu, devagar, numa canseira*”, se desenvolvendo sozinho, por muitos janeiros. A população que viveu essa época criou signos de pertencimento que agrupavam as mais variadas trajetórias de vida. O futebol, a capela Nossa Senhora e a Rádio Divulgadora foram notoriamente os elos de enraizamento para essas pessoas. Assim como as próprias mazelas que compartilhavam, como a falta de infraestrutura urbana, de transporte etc.

2) Essas mazelas estavam postas na vida de tantos outros grupos sociais que se dirigiram para a periferia da cidade de São Paulo. E não limitaram-se à época em que se formou a Cidade A.E. Carvalho (década de 1950). Elas se perpetuaram através do tempo sendo vivenciadas por cada grupo que iniciava uma nova

ocupação em área que estivesse ociosa. Assim, todas as gerações da Cidade A.E. Carvalho sentiram, com maior ou menor intensidade, as mesma mazelas sofridas pela segunda geração.

O que se revela, então, através da permanência das carências urbanas e sociais é a própria vida cotidiana, que “*no lugar pesa com todo o seu peso*”. (DAMIANI, 1999: 168). A vida cotidiana marca as práticas sociais dos que foram mobilizados para viver em um fragmento da metrópole. Ela é a própria ordem da sociedade global.

3) Dentro deste contexto, questionamos se o lugar seria a negatividade do bairro. Partindo do pressuposto que o bairro tenha surgido no bojo do processo de modernização da cidade, inferimos que ele seja também uma “invenção” da sociedade moderna e como tal tem sua base fincada na lógica racionalista de produção.

Quando os espaços se modernizam de fato, através dos rearranjos nas estruturas de ocupação, circulação, produção etc., deflagram os signos e as relações de vivência que deram significado àquele espaço produzido, abrindo caminho para o surgimento do *lugar*, que já estava latente, no bairro.

4) O signo de pertencimento emerge no âmbito do cotidiano a partir de práticas gerais, ratificadas também através do mundo do trabalho. Por outro lado, surgem também por meio dos movimentos de moradia dos sem terra.

No caso do Conj. Habitacional Águia de Haia, fazer parte do movimento sem terra permitiu que surgisse entre os seus integrantes um sentimento de confiabilidade que fazia com que até a metade da década de 1990 um vizinho resguardasse o espaço do outro. Esse sentimento é minado quando participantes do movimento mudam-se e o lugar recebe pessoas de outros lugares.

Assim, consideramos que a trajetória de vida de um grupo seja elemento fundamental para firmar-se uma prática de solidariedade no espaço. Não havendo esta trajetória, os espaços serão vividos na sua individualidade, no âmbito da casa. Esse talvez seja o significado do peso do Estado sobre os lugares.

5) Na Cidade A.E. Carvalho, iniciou-se um processo de revalorização do espaço que tem como principal agente o Estado. Ele atua diretamente através de investimentos em equipamentos urbanos, e indiretamente criando mecanismos legais para a participação do capital privado. Neste segundo caso, citamos como exemplo o Decreto nº 45.013/2004, que criou o Programa de Incentivos Seletivos para a área leste do município de São Paulo. Esses incentivos vão desde a isenção em impostos para as empresas que fomentarem o desenvolvimento econômico da região até a aquisição de terrenos.

Os moradores sentem que “finalmente o progresso chegou”:

(...) Algo então se construiu.
 (O metrô está a caminho)
 Saiu-se da pasmaceira.
 Germinou, brotou, floriu.
 Fecundou, nasceu, cresceu
 Como a grama, a bananeira.
 Por nossa necessidade
 Um bairro feito cidade. (...)
 (Trecho da poesia A.E. Carvalho, *meu canto*)

É inegável que o marco inicial da aparência modernizadora e da valorização do espaço da Cidade A.E. Carvalho tenha sido a inauguração das estações de metrô. Porém, as gerações de moradores ainda não se sentiram compelidas a mudar-se. Por enquanto, mudaram aqueles que foram obrigados, através dos programas de reurbanização das favelas. Muitos venderam as habitações onde estavam morando, geralmente em lugares mais distantes, e retornaram para a Cidade A.E. Carvalho, que, pelos conteúdos recentes, tornou-se uma centralidade.

Em síntese, o cotidiano prende as pessoas ao seu espaço, e dependendo da trajetória de cada grupo, surgirão vivências distintas dentro de um mesmo lugar, implicando na existência de lugares dentro de um lugar.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. São Paulo: USP-FFCL, 1958. (Séries Boletim, 19 e Geografia, 12). 343 p.

ALVAREZ, Ricardo. **Os vazios urbanos e o processo de produção da cidade**. 1994. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

AVERSAN, Débora. R. **O lugar da Cidade A.E. Carvalho na metrópole paulista – um estudo de bairro**. (Trabalho de Graduação Individual II) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 64 f.

BACELLI, Ronei. **A presença da Companhia City em São Paulo e a implantação do 1º bairro jardim 1915-1940**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. 190 f.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: EDUSP, 1994, 426 p.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998. 342 p.

_____. Depoimento. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano XVII, n. 42, p. 93-99, 2001.

BRADBURY, Malcon; MCFARLANE, James (Org.). **Modernismo: guia geral 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 556 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

CARLOS, Ana Fani A.; CARRERAS, Carles (Org.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. 159 p. (Novas Abordagens. GEOUSP, 4).

COE, Paulo. **São Paulo**: paraíso dos grileiros. São Paulo: Dragone, s.d. 256 p.

DAMIANI, Amélia Luisa. A cidade (des) ordenada e o cotidiano. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 09, p. 107-116, 1995.

_____. A geografia e a produção do espaço da metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, Ana Fani A.; CARRERAS, Carles (Org.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. p. 41-42.

_____. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 161-172.

_____. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p. 19-58.

FRANÇA, L. (coord.). **Enciclopédia Saraiva de Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 360 p.

GIESBRECHT, Ralph Minnucci. **Estações Ferroviárias do Brasil**. [On line]. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 14/07/2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991, 177 p.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Teorias e conceitos: uma contribuição para o debate crítico em Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 83, p. 33-56, 2005.

HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 469 p.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Geografia e formas de conhecimento – análise crítica de dois estudos sobre migrações na literatura alemã. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p. 25-39, dez. 1980.

HOBSBAWN, Eric. **Era do extremos: o breve século XX: 1914-191. 2.ed.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. Censo Demográfico. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em: 10 jan. 2007.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 244 p.

_____. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF – Pazulin, 2004. 293 p.

_____. **Os últimos combates**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 394 p.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. 354 p. (Série A. Biblioteca Geográfica Brasileira, 26).

_____. Depoimento. **Espaço & Debates**. São Paulo, ano XVII, n. 42, p. 85–91, 2001.

LEFEBVRE, Henri. Espaço y política: el derecho a la ciudad, II. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 2, p. 63-71, 1971.

_____. **Obras de Henri Lefebvre posteriores a 1958**. A. Buenos Aires: Pena Lillo Editor, 1967.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

_____. **Introdução à Modernidade**: prelúdios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 442 p.

LOBATO CORRÊA, Roberto. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 28-29.

MARQUES, E. C.; BICHIR, R. M. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano XVII, n. 42, 2001, p. 09–30.

MARTINS, José de Souza. Depoimento. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano XVII, n. 42, p. 75–84, 2001.

_____. **O cativeiro da Terra**. 8ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2004, 157 p.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. (Borrador) 1857 – 1858. Argentina: Editora Siglo Veintiuno Argentina Editores AS, 1973. v. 2.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312 p.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de Geografia Humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940. 292 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Foucault e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 66, p. 129-136, 1º semestre 1998.

NOFFS, Paulo. **A disputa pela hegemonia do espaço na baía dos Castellanos**. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 158 f

PONCIANO, Levino. **São Paulo**: 450 bairros, 450 anos. São Paulo: Ed. Senac, 2004. 362 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Cidade de São Paulo**: geografia e história. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 93 p.

Prefeitura do Município de São Paulo. **Histórico Demográfico do Município da Cidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www9.prefeitura.sp.gov.br/semla/historico/tabelas.php>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas, espaços colonizados. In: **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-20. (Novas Abordagens. GEOUSP; v. 4).

RODRIGUES, Arlete M. e SEABRA, Manoel. Habitação e Espaço Social na Cidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 64, p. 19-58, 1986.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. **Espaço & Debates**, São Paulo, n.37, p 19-33, 1994.

SANTOS, Cida. **Zona Leste fazendo história**. São Paulo: Marco Markovitch, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed., São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p.

_____. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990. 117 p.

_____. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. VALLADARES, Lucia; PRETECEILLE, Edmond. (Coordenadores). São Paulo: Nobel, 1990. p. 183-191.

_____. **Por uma Geografia Nova**. 4ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 236 p.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005. 170 p.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157 p.

SEABRA, Odette Carvalho de L. **Meandros dos rios nos meandros do poder: Tiete e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. 323 f.

_____. O pensamento de Henry Lefebvre e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 74, p. 07-103.

_____. Pensando o processo de valorização e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 66, p 97-104, 1º semestre 1998.

_____. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: **Geografias de São Paulo: repensando a crise da metrópole**. CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). São Paulo: Contexto, 2004, p. 271-312.

_____. Urbanização, bairro e vida de bairro. **Revista Travessia**, n. Set-Dez, 2000, p. 11-17.

_____. **Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão**. 2003. 397 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SERPA, Ângelo (Org.). **Fala Periferia:** uma reflexão sobre a produção do espaço metropolitano. Salvador: UFBA, 2001. 316 p. (Série UFBA em Campo; Estudos).

SILVA, Armando Correa da **O espaço fora do lugar.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1988. 128 p. (Série Geografia: Teoria e Realidade).

SILVA, M.M.; ALBUQUERQUE, M.C.R.; MAZZORCA, A.C.M. **Meio ambiente e cidadania:** a educação ambiental como instrumento de resgate da identidade e auto-estima de uma comunidade na busca pela melhoria na qualidade de vida. In: VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Vitória-ES, 2002.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, dez. 1980, p. 77-90.

SOARES, Maria T. de Segadas. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Carioca de Geografia**, ano XI, n. 3/4, Rio de Janeiro, 1958, p. 47-68.

SOUZA, Mônica Virgínia de. **Colonizando a periferia:** Zona Leste da cidade de São Paulo. 2003. 203 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

SPÓSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 80 p. (Coleção Repensando a Geografia).

Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas. Grupo DiTeses. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP:** documento eletrônico e impresso / Vânia M. B. de Oliveira Funaro, coor. ...[et al.]. São Paulo: SIBI-USP, 2004. 110 p.

Documentos e imagens consultados:

Anexo XXVII – Livro XXVII. **Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Itaquera.** São Paulo,

Certidão nº 829, 07/10/1985, constando as seguintes certidões de transcrição: nº 14.237, de 07/11/1945, nº 33.088, de 08/06/1951, nº 35.413, de 29/01/1952, nº 113.029, de 30/06/69. 9º Cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. São Paulo, 1985.

Decreto Municipal Nº 45.013, de 15/07/2004. Regulamenta a Lei 13.833/2004, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a Área Leste do Município de São Paulo.

Decreto Municipal Nº 45.082, de 04/08/2004. Regulamenta a Lei 13.872/2004, que aprova a operação urbana consorciada Rio Verde-Jacú.

Fotografias aéreas em escala de 1:25.000, do Laboratório de Aerofotografia do Departamento de Geografia – FFLCH – USP, dos anos de 1954, 1973, nº 41.454, 1994, fx. 15, nº 19.

Fotografia aérea em escala de 1:5.000, da PMSP / SEHAB / RESOLO, do ano de 2001, fx 47 nos. 25, 27, 29 e 31, fx. 48 nos. 12, 14 e 16 e fx. 46 nos. 28, 30 e 32.

Jornal de Itaquera, ano III, ed. 43, set/94; ano VIII, ed. 127, 31/8 a 17/09/99.

Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

Lei Federal Nº 10.257, de 10/07/2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei Municipal Nº 13.872, de 12/07/2004. Aprova a operação urbana consorciada Rio Verde-Jacú.

Lei Municipal Nº 13.885, de 25/08/2004. Estabelece normas complementares ao plano diretor estratégico, institui os planos regionais estratégicos das subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o uso e ocupação do solo do município de São Paulo.

PMSP/SEMP/Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo – RESOLO. **Levantamento de Processos de Regularização de Loteamentos**. São Paulo, 08/04/2008.

NONATO, Raimundo. **Pequeno retrospecto da história do nascimento do bairro A.E. Carvalho e da Sociedade Amigos da Cidade A.E. Carvalho**. São Paulo, s/d.

PMSP. Secretaria da Habitação e Desenvolvimento. Superintendência de Habitação Popular. Divisão Técnica de Planejamento – HAB1. **Ficha cadastral completa** – cadastro de favelas da cidade de São Paulo. Favela nº 1674.

PMSP. Secretaria da Habitação e Desenvolvimento. Superintendência de Habitação Popular. Divisão Técnica de Planejamento – HAB1. **Ficha cadastral completa** – cadastro de favelas da cidade de São Paulo. Favela nº 0439.

Mapas e Plantas

CROQUI da Cidade A.E. Carvalho – Situação das Glebas (cópia reduzida). São Paulo, 2005.

Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP. PLANTA de localização das Glebas – Cidade A.E. Carvalho. Escala 1:5.000. São Paulo, 1969

PLANTA de Divisão do sítio de Itaquera e Arthur Alvim / E.F.C.B. – Município de São Paulo. Escala 1:5.000. São Paulo, 1933.

Prefeitura do Município de São Paulo; Sara Brasil S/A. Mappa Topographico do Município de São Paulo. Escala: 1:5.000. São Paulo, 1930.

Internet – consulta de dados

Centro Paula Souza –

http://www.centropaulazouza.sp.gov.br/Fatec/Escolas/Zona_Leste.html

Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste (FDZL) – <http://www.fdzl.org.br>

Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – <http://www.prefeitura.sp.gov.br>

Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo (CDHU) –
<http://www.habitacao.sp.gov.br>

Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) – <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>

ANEXOS